

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
PROGRAMA INTERDEPARTAMENTAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM ARTES,
URBANIDADES E SUSTENTABILIDADE – PIPAUS

SAMUEL RODRIGUES RABAY

**EDUCOMUNICAÇÃO E LUTA ANTIMANICOMIAL: PRÁTICAS
TRANSDISCIPLINARES DE ARTE E CULTURA**

São João del-Rei
2023

SAMUEL RODRIGUES RABAY

**EDUCOMUNICAÇÃO E LUTA ANTIMANICOMIAL: PRÁTICAS
TRANSDISCIPLINARES DE ARTE E CULTURA**

Dissertação apresentada ao Programa Interdepartamental de Pós-Graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS), da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade.

Linha de pesquisa: Processo de Difusão – Popularização, Educação e Aplicabilidade

Orientador: Profa. Dra. Filomena Maria Avelina Bomfim

Coorientador: Prof. Dr. Walter Melo Junior

São João del-Rei
2023

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca (DIBIB)
e Núcleo de Tecnologia da Informação (NTINF) da UFSJ,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R113e Rabay, Samuel Rodrigues.
EDUCOMUNICAÇÃO E LUTA ANTIMANICOMIAL : PRÁTICAS
TRANSDISCIPLINARES DE ARTE E CULTURA / Samuel
Rodrigues Rabay ; orientadora Filomena Maria
Avelina Bomfim; coorientador Walter Melo Junior. -
São João del-Rei, 2023.
118 p.

Dissertação (Mestrado - Programa
Interdepartamental de Pós-Graduação Interdisciplinar
em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade) --
Universidade Federal de São João del-Rei, 2023.

1. Educomunicação. 2. Luta Antimanicomial. 3.
Expressão Comunicativa por meio da Arte. 4. Rede de
Atenção Psicossocial. 5. Sustentabilidade. I. Bomfim,
Filomena Maria Avelina , orient. II. Melo Junior,
Walter , co-orient. III. Título.



Universidade Federal de São João del-Rei

Programa Interdepartamental de Pós-Graduação Interdisciplinar em
Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS)

Dissertação intitulada *Educomunicação e luta antimanicomial: práticas transdisciplinares de arte e cultura*, de autoria de Samuel Rodrigues Rabay, aprovada pela seguinte banca examinadora:

Profa. Dra. Filomena Maria Avelina Bomfim – Orientadora (UFSJ)

Prof. Dr. José Rodrigues de Alvarenga Filho (UFSJ)

Prof. Dr. Marciel Aparecido Consani (USP)

São João del-Rei, 14 de julho de 2023

AGRADECIMENTOS

A Adriano Sexto, Adair, Márcia Silva, Lucinei, Lúdia Marcelino e tantos e tantas pelas inspirações.

À minha orientadora, Filomena Maria Avelina Bomfim, pela dedicação, pela excelência e pela sabedoria.

Ao meu coorientador, Walter Melo Junior, pela benção antimanicomial de um discípulo direto de Nise da Silveira.

Aos professores e aos colegas do Pipaus pelos momentos de utopia e criatividade.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos e por sua importância para o desenvolvimento da ciência brasileira.

À Produtora Peteca pelo carinho, pelas trocas e por acreditar na missão de não deixar cair a peteca da ação cultural.

Ao meu pai e à minha mãe pelo apoio, pela presença e pelo carinho, que tanto me nutrem.

À Taisão pelo afeto e pela parceria criativa na caminhada educomunicativa.

Eu sou dado ao maravilhoso, ao fantástico, ao hipersensível; nunca, por mais que quisesse, pude ter uma concepção mecânica, rígida, do Universo e de nós mesmos. No último, no fim do homem e do mundo, há mistérios, e eu creio neles. Todas as prosápias sabichonas, [...] sobre as certezas da ciência, me fazem sorrir e creio que este meu sorriso não é falso, nem precipitado, ele me vem de longas meditações e de alanceantes dúvidas. Cheio de mistério e cercado de mistério, talvez as alucinações que tive as pessoas conspícuas e sem tara possam atribuí-las à herança, ao álcool, a outro qualquer fator ao alcance da mão. Prefiro ir mais longe...

Lima Barreto, em *Diário do hospício: o cemitério dos vivos*.

RESUMO

Este trabalho defende que a Educomunicação pode ser utilizada como suporte à Luta Antimanicomial. Para tanto, realizou uma investigação sobre a aplicabilidade de práticas educacionais em instituições de saúde mental, demonstrando que essas atividades podem promover o aumento da qualidade de vida de seus frequentadores, além de contribuir para o combate à estigmatização desse público. O projeto é inspirado em ações realizadas anteriormente, em caráter profissional, durante dois anos, em um hospital psiquiátrico público. Nesse sentido, com base nos ideais da luta antimanicomial, a intenção desta iniciativa foi utilizar a experiência prévia como inspiração para a criação, a experimentação e o aprofundamento nas práticas que concernem à Educomunicação, partindo, porém, de um olhar crítico em relação à lógica hospitalocêntrica. Assim sendo, a pesquisa foi desenvolvida no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), elemento fundamental para o estabelecimento da rede substitutiva ao modelo de internações em hospitais psiquiátricos, defendida pela Organização Mundial da Saúde. Acredita-se que, a partir de diálogos sustentáveis entre arte e mídias, pautados pela liberdade criativa e protagonizados por pessoas em situação de vulnerabilidade psicossocial, seja possível questionar a maneira como a sociedade se relaciona com a questão da loucura, ocupando o espaço urbano por meios de comunicação e de intervenções artísticas (instalações, exposições, performances etc.). No decorrer das práticas, foram produzidos dois discos em parceria com os usuários do CAPS del-Rei, uma apresentação musical que compôs a programação de uma mostra de artes e uma série de intervenções urbanas que ocuparam, além do espaço físico, os meios de comunicação tradicionais e digitais. A análise e o desenvolvimento do processo foram pautados pela metodologia da cartografia psicossocial. Ademais, o trabalho apresenta um referencial teórico interdisciplinar que aproxima autores como Paulo Freire e Nise da Silveira para fundamentar a proposta.

Palavras-chave: Educomunicação; Luta Antimanicomial; Expressão Comunicativa por meio da Arte; Rede de Atenção Psicossocial; Sustentabilidade.

ABSTRACT

This paper argues that Educommunication can be used as support for the Antimanicomial Movement. To this end, an investigation was carried out on the applicability of educative practices in mental health institutions, demonstrating that these activities can promote an increase in the quality of life of their attendees, as well as contribute to combating the stigmatization of this population. The project is inspired by actions previously carried out, in a professional capacity, over a period of two years, in a public psychiatric hospital. In this sense, based on the ideals of the antimanicomial struggle, the intention of this initiative was to use previous experience as inspiration for the creation, experimentation, and deepening of practices related to Educommunication, starting, however, from a critical perspective regarding the hospital-centric logic. Therefore, the research was developed in the Psychosocial Care Center (CAPS), a fundamental element for the establishment of a substitute network for the model of hospitalization in psychiatric hospitals, advocated by the World Health Organization. It is believed that through sustainable dialogues between art and media, guided by creative freedom and led by people in situations of psychosocial vulnerability, it is possible to question the way society relates to the issue of madness, occupying urban space through means of communication and artistic interventions (installations, exhibitions, performances, etc.). During the practices, two albums were produced in partnership with CAPS del-Rei users, a musical presentation that composed the program of an art exhibition, and a series of urban interventions that occupied not only physical space but also traditional and digital media. The analysis and development of the process were guided by the methodology of psychosocial cartography. Furthermore, the work presents an interdisciplinary theoretical framework that brings together authors such as Paulo Freire and Nise da Silveira to support the proposal.

Keywords: Educommunication; Antimanicomial Movement; Communicative Expression through Art; Psychosocial Care Network; Sustainability.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Igreja católica assume direção do hospital	16
FIGURA 2 – Clínica Nosso Lar Adamantina, Adamantina/SP	18
FIGURA 3 – Localização do local de trabalho na Clínica Pai Nosso Lar	22
FIGURA 4 – Mapa de São João del-Rei	63
FIGURA 5 – Fotos do sarau de boas-vindas no CAPS del-Rei	73
FIGURA 6 – Fotos dos cartazes de divulgação das atividades feitos pelo grupo	78
FIGURA 7 – Fotos do dia da visita da arte-educadora Maria Cordélia [...]	82
FIGURA 8 – Frames do GIF de divulgação do show da Banda Ráio Roll	84
FIGURA 9 – Capa de <i>Rádio Lelé Vol. 2</i> [...]	86
FIGURA 10 – Matéria sobre a primeira edição de Rádio Lelé	87
FIGURA 11 – Matéria do site Vertente Agência de Notícias [...]	87
FIGURA 12 – Prints do <i>Instagram</i> do CAPS del-Rei	88
FIGURA 13 – Fotos do processo de produção do show da Banda Ráio Roll	92
FIGURA 14 – Postagem sobre entrevista de Adriano Sexto [...]	95
FIGURA 15 – Comentários em apoio a Adriano [...]	97
FIGURA 16 – Desenho na caixa de lápis	99
FIGURA 17 – Pintura coletiva do tambor de percussão reciclável [...]	100

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Justificativa pessoal	14
<i>1.1.1</i>	<i>Práticas artemidiáticas no hospital psiquiátrico [...]</i>	14
1.2	Justificativa acadêmica	14
1.3	Justificativa científica	26
1.4	Apresentação do objeto de pesquisa	27
1.5	Metodologia	28
1.6	Organização do trabalho	29
2	REFERENCIAL TEÓRICO	31
2.1	Educomunicação	32
2.2	Expressão comunicativa por meio da arte	35
2.3	Luta Antimanicomial	41
2.4	Sustentabilidade	48
3	PRÁTICAS EDUCOMUNICATIVAS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	56
3.1	Origens da Reforma Psiquiátrica no Brasil	56
3.2	O surgimento do SUS e a Lei da Reforma Psiquiátrica	57
3.3	O CAPS como elemento central da rede substitutiva	58
<i>3.3.1</i>	<i>Os tipos de CAPS</i>	60
3.4	Atendimento no CAPS e oficinas terapêuticas	60
3.5	O CAPS del-Rei	62
3.6	Práticas educ comunicativas transdisciplinares de Arte e Cultura	66
4	ESQUIZOCARTOGRAFIAS E CARTOGRAFIAS PSICOSSOCIAIS [...]	69
4.1	Cartografia das práticas arteducomunicativas: indicadores psicossociais	72
4.2	Indicador psicossocial I: Criatividade / Pontes Afetivas	76
4.3	Indicador psicossocial II: Produções e Intervenções Artemidiáticas	84
4.4	Indicador psicossocial III: Gestos	98
4.5	Indicador psicossocial IV: Contrastes [...]	100

5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
	REFERÊNCIAS	112

1 INTRODUÇÃO

Esta proposta buscou avaliar e dimensionar a capacidade de a Educomunicação ser suporte para a Luta Antimanicomial. Para tanto, uma investigação sobre a aplicabilidade de práticas educ comunicativas em instituições de saúde mental foi realizada, verificando, sobretudo, como essas atividades podem promover o aumento da qualidade de vida dos frequentadores desses locais, além de contribuírem para o combate à estigmatização desse público. Esses são, portanto, os objetivos da presente investigação científica.

Sob esse viés, a plataforma conceitual que fundamenta este trabalho é formada pelos seguintes conceitos básicos: Educomunicação, Expressão Comunicativa por meio da Arte, Luta Antimanicomial e Sustentabilidade. Assim sendo, os seguintes teóricos amparam as reflexões propostas: Paulo Freire (1996), Ismar de Oliveira Soares (2011), Marciel Consani (2017), Nise da Silveira (1992), Joel Birman (1992) e Davide Brocchi (2008).

A presente iniciativa é inspirada em práticas educ comunicativas realizadas anteriormente, em caráter profissional, durante dois anos, em um hospital psiquiátrico do Sistema Único de Saúde (SUS), no oeste do estado de São Paulo. A Clínica PAI (Polo de Atividades Integradas) Nosso Lar, de Adamantina/SP, é um espaço com 144 leitos para internações compulsórias e voluntárias que variam de um a seis meses, além de moradores que vivem no hospital há mais de 20 anos. A instituição atende homens e mulheres, desde jovens até idosos, que passam por problemas de saúde ligados ao alcoolismo, à dependência química, à depressão, à esquizofrenia, à bipolaridade e a outros desconfortos relativos à saúde mental.

O hospital dispõe de 144 leitos SUS (96 masculinos e 48 femininos), sendo 53 leitos ocupados por moradores, o que representa 36% dos leitos. Os dados conferem com as informações do CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. Segundo documento entregue pelo hospital, no dia da inspeção, havia 130 pessoas internadas, sendo 42 mulheres e 88 homens. (Clínica Nosso Lar Adamantina, Adamantina – SP). (CFP *et al.*, 2020, p. 428).

O projeto desenvolvido no hospital resultou em uma série de produções e de trocas diárias, com uma quantidade incalculável de pessoas. Entre os produtos desenvolvidos em parceria com os pacientes da clínica, vale ressaltar o primeiro programa de rádio gravado dentro de uma instituição psiquiátrica da região — transmitido via *web* e em uma rádio local —, um boletim audiovisual (reportagens etc.), intervenções urbanas e uma diversidade de registros artísticos.

Desse modo, a intenção desta iniciativa foi utilizar a experiência desenvolvida como inspiração para a construção de uma pesquisa que envolvesse a criação, a experimentação e o aprofundamento nas práticas que concernem à Educomunicação, porém, que partisse de um olhar crítico à lógica hospitalocêntrica¹ e amparada pelos ideais da luta antimanicomial. Assim sendo, a pesquisa foi desenvolvida no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), elemento fundamental para o estabelecimento da rede substitutiva ao modelo de internações em hospitais psiquiátricos.

Além de servir como inspiração para a presente proposta, essa experiência prévia traz um breve panorama histórico dos hospitais psiquiátricos, que auxilia na compreensão das estruturas manicomiais ainda presentes e que enriquece o trabalho, ao possibilitar o pensamento sobre diferentes conjunturas que envolvem o universo da saúde mental brasileira. Portanto, é possível refletir sobre a realidade hospitalocêntrica manicomial — que deve ser superada — e sobre maneiras de auxiliar na implantação e no fortalecimento da rede substitutiva. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), “os cuidados devem ser transferidos dos grandes hospitais psiquiátricos para os serviços comunitários que sejam integrados nos serviços gerais de saúde”. (OMS, 2001, p. 132).

Para tanto, partindo do conceito da transdisciplinaridade, buscou-se atuar, por meio das artes, de exercícios de urbanidade e de sustentabilidade, para promover o *Bem Viver*² de frequentadores das instituições de saúde mental e fomentar processos criativos que ocupem o espaço artístico-midiático da comunidade *glocal*³, a partir de diálogos com as redes sociais e as mídias tradicionais (rádio, jornal impresso etc.). Essa ocupação sustentável do espaço midiático-urbano é fundamental, pois visa, além do empoderamento e da reinserção dos indivíduos, a uma reeducação da sociedade para a aceitação do diferente. “Todos nós sabemos o que são estes muros e o que significa ultrapassá-los, principalmente se utilizando da palavra que foi o primeiro domínio de exclusão da loucura”. (MOSÉ, 2001, p. 31).

Segundo Paulo Freire (1987), a comunicação é o modo pelo qual se possibilita a transformação do indivíduo em protagonista de sua trajetória, uma vez que o conduz a uma

¹ Modelo psiquiátrico baseado na internação hospitalar, isolando o indivíduo do restante da sociedade, o que vai contra às determinações da OMS (2001).

² O conceito de Acosta (2016) nasce de uma oposição à ideia ocidental de bem-estar, um bem-estar individualista e despolitizado. As práticas do presente trabalho visam à promoção do bem-estar das pessoas em sofrimento mental, porém esse processo jamais se daria de uma maneira apolítica, pois a promoção da qualidade de vida desses indivíduos numa sociedade racionalista manicomial é um ato político, um ato de promoção do Bem Viver.

³ O conceito de "glocal" é uma combinação das palavras "global" e "local" e refere-se à interação e interdependência entre o nível global e o nível local. O termo foi cunhado para descrever a interação complexa e em constante evolução entre as forças globais e as realidades locais em diversos aspectos da sociedade, como economia, cultura, política e meio ambiente.

transformação de si mesmo e, conseqüentemente, de sua realidade a partir do desenvolvimento de uma consciência crítica. Freire propõe que o processo comunicativo torna possível um construir coletivo dos saberes, mediado pelas trocas entre o sujeito e seu entorno.

Desse modo, acredita-se que, por meio de diálogos sustentáveis entre arte e mídias, seja possível questionar a estigmatização da loucura pela sociedade dita “normal”, ocupando o espaço urbano através dos meios de comunicação e de intervenções artísticas (instalações, exposições, performances etc.). Foucault (1996) afirma que, historicamente, o discurso do louco é impedido de circular como o dos demais. Além disso, aponta que, para a sociedade racionalista, a ação discursiva do indivíduo em sofrimento psíquico é o ponto de partida para sua discriminação.

Esse conceito vai ao encontro das proposições de Joel Birman (1992). Em seu texto *Cidadania tresloucada*, o autor afirma que, na leitura da sociedade contemporânea, o louco é um indivíduo desprovido de razão e de vontade própria. Birman pontua que essa ausência de reconhecimento de verdade na experiência da loucura resulta em sua negativização.

A psiquiatria, na sua atitude face ao doente, invalida sumariamente os que não se adaptam às normas sociais vigentes, sem investigar os motivos que os levaram àquela atitude — problemas afetivos, familiares, econômicos. Apressam-se os psiquiatras em rotulá-los de esquizofrênicos [...]. O indivíduo não é mais uma pessoa, é um paciente, torna-se uma peça na engrenagem dessa fábrica de loucura. (SILVEIRA, 1992, p.15).

Apesar de as palavras de Nise da Silveira terem sido escritas há mais de 40 anos, infelizmente, permanecem atuais. A reforma psiquiátrica no Brasil é um processo lento e persistente e que possui marcas deixadas pelo horror de um passado ainda presente.

Para o enfrentamento dessa realidade, o campo educacional, em especial a área de atuação Expressão Comunicativa por Meio da Arte, foi escolhido como bússola para este trabalho, pois, de acordo com Soares (2011), projetos educacionais que se aproximam de práticas de arte-educação fomentam ecossistemas comunicativos mais potentes, a partir de um aumento na expressividade e no protagonismo dos participantes. Ismar de Oliveira identifica a prática social da imersão no fato artístico como forma de expressão criativa, assegurando o direito e a oportunidade de se fazer comunicação.

Já Marciel Consani (2017), ao reconhecer a proximidade entre os percursos históricos da Arte-educação e da Educomunicação, salienta que os paralelos resultam em uma prática educacional de viés democrático, voltada para ideais humanitários e estruturada por um método sustentável. Consani afirma que esse exercício de cidadania fomenta, nos indivíduos, o

pensamento crítico em relação à ordem hegemônica perpetrada pelos segmentos “tradicionais” da sociedade. Nesse sentido, tal aproximação vai ao encontro dos ideais da luta antimanicomial.

Um novo campo de práticas e experiências está em construção por meio dos projetos e intervenções artístico-culturais do processo de Reforma Psiquiátrica (RP) no Brasil. Isso ocorre pela invenção de novas possibilidades de vida e participação para os atores sociais envolvidos e da construção de um novo “lugar social” para a loucura, no qual os protagonistas não se identificam pelo diagnóstico psiquiátrico ou psicopatológico, mas sim pela afirmação de direitos de cidadania e construção de possibilidades de reprodução social. (AMARANTE; TORRE, 2017, p. 764).

No artigo segundo, sexto parágrafo do texto da Lei nº 10.216/2001, que regulamenta os direitos da pessoa portadora de transtorno mental, consta a seguinte determinação: “ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis” (BRASIL, 2001, p. 2). Nesse sentido, o viés democratizante do uso dos meios pela Educomunicação vai diretamente ao encontro das determinações presentes na Constituição Brasileira, no que se refere aos direitos dessas pessoas. Infelizmente, na maioria das vezes, tais determinações não são cumpridas, o que legitima a importância da aproximação entre o campo e as práticas educacionais, em favor da causa da luta antimanicomial.

A realidade encontrada nos hospitais psiquiátricos é de cotidiana violação de direitos humanos, pessoas com sofrimento e/ou transtorno mental tratados como não cidadãos, submetidos a qualquer tipo de “atendimento” sem preocupação com a qualidade da assistência prestada, na contramão das diretrizes de atenção à saúde definidas pelo SUS. (CFP *et al.*, 2020, p. 282).

A busca da Educomunicação pela garantia do acesso comunicacional e pela promoção do uso dessa ferramenta como um amplificador da capacidade do indivíduo de se expressar e de adquirir conhecimento de si e do outro é importante para a concretização dos objetivos presentes nesta dissertação. Por ser um campo interdisciplinar por natureza, a Educomunicação possibilita o desenvolvimento de um trabalho envolvendo fotografia, música, vídeo, memória, afetividade, artes, urbanidade, sustentabilidade, comunicação, entre outros. Vale ressaltar o caráter sustentável da iniciativa, pois, ao utilizar as mídias digitais e estimular o diálogo com os meios tradicionais da cidade, por meio da arte, é possível trazer para o primeiro plano a questão da saúde mental, a luta antimanicomial e suas demandas. Além disso, a prática pretende amparar a discussão de saídas sustentáveis para o quadro atual e trabalhar a questão da

urbanidade, a partir da ocupação do espaço midiático local e de possíveis intervenções artísticas.

1.1 Justificativa pessoal

Quando me formei no curso de Comunicação Social da UFSJ, em 2016, me afastei das práticas midiáticas convencionais que havia experimentado durante a graduação, pois não sentia essas atividades como algo “orgânico”. A presença de todas as normas técnicas e de todas as formatações do fazer jornalístico me distanciava daqueles com quem eu dialogava, seja no modo como eu conduzia uma entrevista, na linguagem que deveria utilizar durante uma reportagem ou, até mesmo, nas pautas escritas ou no formato de elaboração de um *press release*. Desse modo, passei a me dedicar à minha atuação como artista independente. Sou músico, instrumentista, cantor e compositor há mais de 10 anos e, durante o bacharelado, sempre enxerguei essa prática como um agir comunicacional. Passei dois anos me dedicando exclusivamente a esse tipo de atividades, porém precisava de algo que aliasse minha paixão pelas artes, pela comunicação e pelas pessoas e que pudesse ampliar as minhas possibilidades de atuação.

Durante meus estudos no curso de Jornalismo da UFSJ, tive contato com a disciplina de Educomunicação e com outras inspiradas pela natureza do campo educacional, ministradas pela professora Filomena Bomfim. Nessa área, encontrei a conexão que precisava para harmonizar a transdisciplinaridade de minhas ações expressivas. Em fevereiro de 2018, apresentei um projeto educacional para a administração da Clínica PAI (Polo de Atividades Integradas), de Adamantina/SP, no qual agregava minhas práticas artísticas (performance musical, atividades musicalizadoras/performativas, produção sonora etc.) às perspectivas e às ações educacionais por meio das mídias digitais e tradicionais.

1.1.1 Práticas artemidiáticas⁴ no hospital psiquiátrico: conjuntura, riscos e redução de danos

A Clínica PAI Nosso Lar é uma instituição psiquiátrica que foi fundada em 1969 pela Associação Filantrópica Espírita de Adamantina (AFEA) e que tinha como foco o atendimento e a internação de menores de idade em situação de “adoecimento mental” ou dependência

⁴ Artemídia é um termo adotado por Marciel Consani (2017) para debater a proximidade entre Educomunicação, Arte-educação, mídia e práticas artísticas.

química⁵. Segundo Angelica Aparecida Silva de Almeida (2007), durante a primeira metade do século XX no Brasil e, principalmente, no sudeste do país, a Psiquiatria e o Espiritismo estavam em busca de legitimação social. A autora destaca que os dois atores sociais estavam ligados às classes urbanas e intelectuais e disputavam espaço em busca de afirmar sua legitimidade.

Essa disputa se manifestou de várias maneiras, inclusive na fundação de diversos hospitais psiquiátricos espíritas. De acordo com dados do relatório *Hospitais psiquiátricos no Brasil* (CFP *et al.*, 2020)⁶, publicado em 2020, dos 131 hospitais psiquiátricos que se encontravam com habilitação ativa em setembro de 2018, cerca de 20% traziam no nome⁷ menção ao Espiritismo, o que equivale a 26 instituições espalhadas pelo território brasileiro.

Em agosto de 1980, o PAI Nosso Lar passou a atender internações temporárias para tratamentos psiquiátricos e de dependência química, mas, dessa vez, para adultos, como permanece até hoje. A instituição conta com um total de 144 leitos, ocupados por homens e mulheres, de variadas idades. Desse total, cerca de 53 são ocupados por indivíduos que vivem no hospital, alguns há mais de 20 anos.

Quando cheguei até a clínica, em 2018, ela estava se recuperando de uma crise causada por uma varredura desencadeada pelo Ministério Público Federal, no início do ano de 2017, relativa aos 30 milhões de reais que acumulava em dívidas, provenientes de encargos não recolhidos à União e ações trabalhistas⁸. Conforme matéria publicada pelo portal Siga Mais (INICIADO projeto, 2017), a contratação de uma consultoria técnica por parte de uma intervenção do Poder Judiciário resultou no arquivamento do inquérito e na renegociação de ações trabalhistas — incluindo um acordo com 108 funcionários que se encontravam sem receber o 13º há mais de quatro anos e que aceitaram receber o valor acumulado sem juros e atualizações, o que passou de R\$ 3.064.763,84 para 447.841,20. Além disso, a Clínica de Repouso Nosso Lar passava a adotar a sigla PAI (Polo de Atividades Integradas), simbolizando uma tentativa de reestruturação da instituição, que, a partir da ação da consultoria contratada pelo judiciário, apresentava um novo projeto institucional. O texto da matéria publicada cita

⁵ O histórico da instituição pode ser acessado em: <https://www.painossolar.com.br/-breve-historico-do-pai-nosso-lar/>

⁶ O relatório encontra-se integralmente disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/hospitais-psiquiatricos-no-brasil-relatorio-de-inspecao-nacional/>. É considerado um documento muito importante para avaliação das instituições psiquiátricas nacionais.

⁷ Além de espíritas célebres, também foram encontrados os nomes de diversos psiquiatras, militares, aristocratas e políticos brasileiros. Ler aquela extensa lista de nomes compostos e entender que cada um deles significava o espaço em que milhares de pessoas taxadas como “diferentes” passaram grande parte de suas vidas me impactou. Inspirado por esse espanto, compus uma canção chamada *Epopéia das Naus sem nome*, que se encontra disponível em: <https://youtu.be/CpxjufFcB-w>

⁸ Notícia divulgada no site: <https://www.sigamais.com/noticias/cidades/pai-nosso-lar-renegocia-divida-trabalhista-e-elimina-risco-de-predio-ir-a-leilao>

que a intenção seria “redefinir a atuação da Clínica de Repouso Nosso Lar, dentro de uma nova reconfiguração física, organizacional e conceitual.” (INICIADO projeto, 2017, não p.).⁹

Foi nesse contexto — apesar de desconhecê-lo na época — que apresentei meu projeto à administração. Vale ressaltar que, em dezembro de 2017, na então gestão do ex-presidente Michel Temer, o Ministério da Saúde aprovou a Portaria n° 3.588, que interrompia o fechamento de leitos em hospitais psiquiátricos e se contrapunha à Lei da Reforma Psiquiátrica, de 2001. A portaria ampliava os valores pagos para internações e previa a expansão do aporte de financiamento público às comunidades terapêuticas, ligadas à iniciativa privada e, na sua maioria, de cunho religioso. A medida foi duramente criticada por organizações relacionadas à saúde mental. Em agosto de 2018, a comunidade católica adamantinense assumiu a direção do Polo de Atividades¹⁰.

FIGURA 1¹¹ – Igreja católica assume direção do hospital



FONTE: Facebook (2021).¹²

⁹ Para maiores informações, acesse: <https://www.sigamais.com/noticias/saude/iniciado-projeto-que-pode-redefinir-atuacao-da-clinica-de-reposuo/>

¹⁰ Para maiores informações, acesse: <https://radiolifem.com.br/noticias/pai-nosso-lar-faz-investimentos-estruturais-resgata-credibilidade-e-se-torna-referencia-regional/>

¹¹ Na foto à esquerda, publicada no dia 16 de agosto de 2021, paciente da instituição, é batizado por líderes religiosos católicos. Na foto à direita, publicada no dia 21 de novembro de 2021, líderes religiosos católicos inauguram capela construída nas instalações do hospital.

¹² Veja matéria a respeito em: <https://www.fmmetropole.com.br/noticias/regio/com-celebra-ao-e-ben-ao-do-bispo-da-diocesano-pai-nosso-lar-inaugura-capela-23-11-2021>

Segundo Robert Castel (1978), existe uma tendência de redução das reformas psiquiátricas a uma reestruturação dos serviços, o que traz uma nova organização, porém sem alteração da lógica manicomial. É uma espécie de maquiagem sobre os velhos modelos, que são reapresentados como “novos”, mas que partem das mesmas estruturas de poder. Em 2020, no relatório *Hospitais psiquiátricos no Brasil*, elaborado pelo Conselho Federal de Psicologia; pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; pelo Conselho Nacional do Ministério Público e pelo Ministério Público do Trabalho, a Clínica PAI Nosso Lar de Adamantina é citada, diversas vezes, por aspectos que variam desde a estrutura da instituição até rotinas do funcionamento, que, de acordo com o documento, violam direitos humanos fundamentais.

As citações incluem “falta de materiais e insumos básicos de higiene pessoal”, “cardápio pobre no que se refere à variedade dos grupos alimentares e à qualidade nutricional” e “violações quanto ao direito ao livre acesso à água potável pelas pessoas internadas”. Também foi relatada a situação de que “as pessoas privadas de liberdade não possuem espaço privativo, com livre acesso para guarda de pertences pessoais, de modo que os acessórios, os objetos e as roupas próprias ficam sob posse das equipes, o que desencadeia as violações observadas no item sobre vestuário”. Ainda sobre a Clínica Pai Nosso Lar, o documento afirma que “a estrutura física não garante nenhuma privacidade e não possibilita espaços para preservação das individualidades”. (CFP *et al.*, 2020, p. 83-129).

No que concerne ao acesso aos meios de comunicação como telefone ou carta, limitações foram apontadas, “seja pela padronização de dias da semana para efetuar ligações, pelo acesso facultado à solicitação do usuário à equipe técnica, pelo controle do tempo de duração dos contatos telefônicos ou, ainda, pela obrigatoriedade de realização de ligações a cobrar”. Além disso, indicou-se violação da privacidade no processo, uma vez que “identificaram-se regras institucionais marcadas pela supervisão e/ou monitoramento dos telefonemas por profissionais da equipe técnica”. (CFP *et al.*, 2020, p. 134-135).

Segundo informado por trabalhadores do hospital, há um Grupo de Providências, momento em que uma técnica do serviço social liga para família, e o interno conversa com seus familiares na presença da profissional, ferindo novamente o direito à privacidade e à intimidade da pessoa internada. (Clínica de Repouso Nosso Lar, Adamantina – SP). (CFP *et al.*, 2020, p. 136).

De acordo com o relatório, mesmo as internações voluntárias não eram assinadas pelos usuários, mas pelos familiares, de modo que os fiscais observaram “desrespeito à manifestação de querer ir embora, uma vez que, mesmo pessoas internadas voluntariamente, necessitam de

“autorização” do familiar que assinou a internação.”(CFP *et al.*, 2020, p. 169). Vale ressaltar um fato gravíssimo identificado pela inspeção nacional, a presença de “espaço de isolamento — Cella forte”, na instituição.

Porém, segundo o relato de um interno que estava sozinho na ala masculina, enquanto os demais estavam no pátio, ele estava de castigo porque foi pego pulando o muro para entrar no hospital após ter saído para fumar cigarro, porque é proibido fumar no HP. Segundo ele, o castigo geralmente é o mesmo para qualquer “infração” e/ou agudização dos sintomas de agitação/agressividade, a saber, uma injeção para contenção, contenção física no leito e uma semana sem sair da ala. Essa informação foi confirmada pelo relato de outra interna. (Clínica Nosso Lar Adamantina, Adamantina – SP). (CFP *et al.*, 2020, p. 218).

FIGURA 2 – Clínica Nosso Lar Adamantina, Adamantina/SP¹³



FONTE: CFP *et al.* (2020, p. 219).

Essas são apenas algumas das violações apontadas pelo documento, que pode ser acessado na íntegra no do *site* do Conselho Federal de Psicologia¹⁴. Por fim, vale ressaltar o fato de que, apesar de a lei da Reforma Psiquiátrica (instituída no ano de 2001) afirmar, no seu artigo quinto, que o paciente há longo tempo hospitalizado ou para o qual se caracterize situação

¹³ Fotografia 43, presente no relatório: através de uma pequena abertura redonda em porta com barras de ferro trancada, vê-se ambiente vazio, tendo ao fundo uma pia sem torneira fixada na parede. Possível quarto de isolamento identificado pela equipe de inspeção.

¹⁴ <https://site.cfp.org.br/publicacao/hospitais-psiquiaticos-no-brasil-relatorio-de-inspecao-nacional/>

de grave dependência institucional, decorrente de seu quadro clínico ou de ausência de suporte social, “será objeto de política específica de alta planejada e reabilitação psicossocial assistida”(BRASIL, 2001, p. 1), mais de vinte anos após a implementação da lei, a Clínica Pai Nosso Lar contava com 53 moradores.

À época, o documento relatava a ausência de ações para garantir a desinstitucionalização e cumprir, dessa maneira, o que é proposto por lei. Mais do que isso, o relatório aponta que "tanto trabalhadores quanto a diretoria demonstraram ser contra a transferência dos moradores do hospital psiquiátrico para residências terapêuticas”, porque “acreditam que os moradores internos estejam protegidos e bem cuidados no hospital, mesmo que estejam privados do direito à liberdade, à individualidade e à convivência familiar e comunitária”. (CFP *et al.*, 2020, p.433).

Cheguei até a área de saúde mental devido, sobretudo, à difusão e à amplificação dos ataques à reforma psiquiátrica, que vêm ocorrendo nos últimos cinco anos. A partir das minhas práticas arteduo comunicativas, fui chamado a atuar nessa instituição que, seguindo uma tendência amparada pelas gestões federais que se instauraram após o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, buscava maneiras de transformar a percepção social sobre si, de modo a reconquistar amparo político-social e econômico. Naquele momento, não compreendia essa conjuntura, apenas tinha interesse em desenvolver práticas artísticas com aquelas pessoas e encontrei, naquela realidade, urgência por ações que pudessem (mesmo que minimamente) ajudá-las. É um fato: elas estão lá e precisam de muita ajuda. Ajuda para sair de lá e ajuda enquanto não saem. Um processo que, infelizmente, pode durar anos.

Porém, aqueles que me levaram até esses espaços, visando fomentar o discurso de que os hospitais psiquiátricos estavam se renovando, não contavam com o fato de que, a partir do meu contato com aquela realidade, eu poderia traçar leituras sobre o contexto como um todo e me aproximar com mais afinco dos ideais da luta antimanicomial. Não podiam prever que acabaria usando minha experiência na construção do conhecimento e de discursos e ações que objetivam a denúncia da realidade manicomial ainda presente e a transformação cultural no modo como a sociedade compreende e lida com a questão da loucura.

Nesse sentido, o potencial educativo da proposta era reduzido, uma vez que a postura da Educomunicação passa por um viés crítico aguçado e bem-fundamentado. Ao mesmo tempo em que a iniciativa buscava promover o protagonismo das pessoas em situação de vulnerabilidade psicossocial e reflexões sobre a questão da loucura, a partir desse protagonismo, o projeto acabava sendo usado pela instituição para fomentar uma transformação

da percepção social sobre o hospital. Desse modo, o efeito colateral das intervenções acabava por minar um posicionamento educacional mais aprofundado.

Saí dessa experiência com um questionamento: como promover a qualidade de vida para os que ainda se encontram manicomializados, sem legitimar os manicômios? Apesar da existência de tais instituições ir contra as orientações da Organização Mundial da Saúde, as pessoas que estão lá não podem ser esquecidas, pois são justamente as mais vulneráveis no universo da saúde mental pública brasileira. Penso tal tema como uma estratégia de redução de danos: apesar de sabermos que o uso abusivo de álcool e outras drogas é prejudicial à saúde e causa risco à vida do usuário, nem por isso abandonamos o indivíduo ou adotamos uma postura moralista de não prestar auxílio àqueles que se encontram em situação de dependência química, justamente por entender a complexidade da situação.

Deixei a instituição com vontade de poder voltar a atuar dentro de espaços da mesma natureza, porém receoso de que o trabalho pudesse/possa ser apropriado como uma maneira de maquiagem as estruturas manicomializadas. Por tal motivo, mantenho-me atento, para que isso não aconteça, e reflexivo sobre como equilibrar todas essas questões. Acredito que a Educação é uma aliada nesse sentido, fomentando diálogos e amplificando a voz dessas pessoas, inclusive em um sentido de denúncia, para que esses indivíduos possam relatar a situação em que se encontram, “vivendo” nessas instituições. Entretanto, para, de fato, exercer a prática educacional em todo o seu potencial, o ideal é que o educador tenha independência institucional, sendo amparado judicialmente, em um sentido de liberdade editorial. Do contrário, corre o risco de ser pressionado pela administração, que poderá filtrar os conteúdos produzidos, de modo que só sejam veiculados materiais que corroborem a construção de uma imagem positiva do hospital psiquiátrico.

O inciso sexto da Lei da Reforma Psiquiátrica afirma que é direito da pessoa portadora de transtorno mental “ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis” (BRASIL, 2001, p. 2). A partir dessa questão legal, creio que articulações com órgãos de defesa dos direitos dessa população, norteadas pelas perspectivas educacionais, possam resultar em políticas públicas que fomentem essa redução de danos, ao mesmo tempo em que ofereçam um instrumento de denúncia protagonizado pelas pessoas que mais precisam ser ouvidas no processo: os sujeitos em situação de vulnerabilidade psicossocial.

Penso ainda que a Educação pode ser um instrumento para buscar um diálogo com os trabalhadores da instituição em vias de fechamento, no sentido de conscientização e de articulação de demandas trabalhistas desses proletários, que, muitas vezes, dedicaram-se à entidade por toda a sua vida, sendo quase moradores do hospital — muitos adoecidos

psicologicamente. Desse modo, pode ser possível contribuir com o acesso dessas pessoas a dados e posicionamentos de uma maneira independente da administração, que tende a perpetuar percepções que favoreçam sua permanência nessa posição de poder e a estrutura que garante seu lucro.

No 7º Congresso Brasileiro de Saúde Mental, da Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME), em 2020, apresentei um trabalho¹⁵ abordando o tema das práticas educacionais na saúde mental e tive a oportunidade de conversar diretamente com Paulo Amarante, fundador e presidente honorário da entidade. Amarante é uma das principais referências do movimento da reforma psiquiátrica no Brasil, tendo escrito vários livros sobre o tema. Em nossa conversa, falei sobre a necessidade de pensarmos nas pessoas ainda manicomializadas. Paulo disse que um dos principais agravantes de nossa reforma foi a demora para, de fato, efetuar-la. Segundo ele, a causa de tal sofrimento é a maneira como o processo de fechamento das instituições se arrasta, criando esse quadro danoso para os institucionalizados. Paulo Amarante salientou ainda que essa demora gera uma brecha para que gestões federais conservadoras se aproveitem e tentem inverter o processo, a chamada “Contrarreforma Psiquiátrica”.

Cerca de dois dias antes do início do congresso, que começou em 9 de dezembro de 2020, o Ministério da Saúde do governo Bolsonaro (2019-2022) havia apresentado a proposta de um “revogação”, anulando cerca de cem portarias relacionadas à área de saúde mental, mais especificamente às questões ligadas à reforma e à rede de atenção psicossocial (BOSCO, 2020, não p.). Tal “revogação” acarretou uma série de reações por parte das organizações relacionadas à luta antimanicomial, além de trabalhadores e órgãos ligados ao campo da saúde mental. Foram e ainda são tempos difíceis, em que temos que avaliar a prioridade de pautas que urgem, em resposta aos ataques constantes à luta antimanicomial. Apesar disso, deixo esse modesto apelo à causa, a fim de que olhemos para as pessoas que ainda se encontram nos manicômios e pensemos maneiras de chegar até elas.

Esse breve panorama histórico do espaço permite visualizar, de maneira resumida, o contexto político da psiquiatria no país, tanto a longo quanto a curto/médio prazo, saindo de um breve período progressista (a partir de 2001) e retornando a um viés predominantemente conservador nas políticas públicas de saúde mental. Atuar com Educação nesse cenário foi dialogar com posturas engessadas e uma administração, muitas vezes, receosa acerca das proposições progressistas do campo educacional. De acordo com o psiquiatra Vitor

¹⁵ RABAY, Samuel. Educação como prática em Instituições de Saúde Mental. In: CONGRESSO ABRASME, 7, 2020, Santo André. *Anais...* Santo André: Coopacesso, 2020. p. 501-502.

Pordeus¹⁶ (2021), como forma de punição à recusa de Nise da Silveira em adotar os métodos desumanizadores da psiquiatria da época, como o eletrochoque, a direção do Hospital Pedro II, no Rio de Janeiro, a “jogou” nos fundos da instituição, em uma seção que se encontrava em condições extremamente precárias. Em resposta, Nise, em parceria com a comunidade e articulando-se com colaboradores do hospital, construiu dezessete ateliês com atividades expressivas diferentes, como pintura, teatro, música etc.

Salvo as enormes diferenças proporcionais em relação à obra de Nise — com a qual eu jamais ousaria me comparar —, algo semelhante ocorreu durante minha experiência trabalhando na Clínica Pai Nosso Lar, em Adamantina, onde tive que acomodar minhas atividades em um espaço que se encontrava desativado, nos fundos do hospital e que era acoplado ao que outrora fora o necrotério da instituição. Tão afastado era esse espaço, que, no fundo da minha sala, era possível visualizar a Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros (SP-294), responsável por conectar as cidades daquela região do interior do oeste de São Paulo. Ou seja, nossa sala ficava à margem de uma instituição construída à margem do resto da cidade — como uma maneira de isolar os “loucos” do restante da sociedade. Porém, de certa forma, eu achava interessante trabalhar em um espaço tão distante do restante do hospital, pois, assim, tínhamos mais liberdade na hora de criar, de brincar e de batucar, sem olhares ou ouvidos que pudessem julgar ou, até mesmo, censurar o que se passava ali.

FIGURA 3 – Localização do local de trabalho na Clínica Pai Nosso Lar



FONTE: Google Maps (2022).

¹⁶ O vídeo completo pode ser acessado no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=fThVh1RGQL0>

Apesar disso, nos mais de dois anos em que desenvolvi minhas atividades no hospital, conviver diariamente com os pacientes foi uma vivência riquíssima, a qual a simples menção me emociona. O ambiente da psiquiatria no Brasil é tão desumanizado e tantas vezes punitivo, que basta uma postura que não seja repressora para que aquelas pessoas mostrem o que há de mais humano no seu ser. Meu dia a dia na clínica com os pacientes era uma rotina fraterna e carinhosa, para não dizer lúdica e criativa. Eu estimulava aquelas pessoas a criar e, a partir de exercícios de improvisação musical, questionava o que era “normal”. Produzíamos materiais e os exibíamos na televisão do refeitório — como era gratificante percebê-los interessados em se ver e em serem vistos, naquela tela, se expressando.

“É indestrutível a criatividade. Está presente em toda a parte.”¹⁷ (SILVEIRA, 2014).

Os colaboradores, que, muitas vezes, eram os objetos das nossas produções narrativas, também se mostravam gratos em se ver representados naquelas produções. Lembro-me de uma ocasião em que uma paciente entrevistou o pessoal da cozinha, e todas as colaboradoras do setor se aglomeraram no balcão do refeitório para ver o resultado, em companhia dos pacientes da instituição. Certa vez, propus um exercício de criação coletiva com cerca de 20 pacientes da ala masculina, e a atividade ganhou vida própria. Os participantes ficaram 25 minutos criando e performando ininterruptamente. Naquele momento, eu me vi diluído da posição de educador, ocupando apenas o lugar de mais um participante, e essa potencialidade me tocou profundamente. Criamos um programa de rádio, transmitido por uma FM local, e usávamos as criações desenvolvidas nas oficinas como conteúdo, além de relatos pessoais de vários tipos. Com o passar do tempo, tornaram-se comuns os momentos nos quais me encontrava com pacientes da instituição nos corredores ou áreas comuns e passava períodos conversando com eles informalmente, tornando-nos amigos.

“Estou cada vez menos doutora, cada vez mais Nise.” (SILVEIRA, 1992).

A fala de Nise remonta à importância de uma abordagem transdisciplinar no campo da saúde mental: a autora mostra o contraste entre a “Doutora” disciplinar, psiquiatra e detentora de um olhar que se origina exclusivamente do campo médico e a “pessoa Nise”, com todas as suas referências culturais, emocionais, experiências etc. Como alguém que vem de fora do

¹⁷ Mostra virtual CCMS sobre Nise da Silveira. Para acompanhar, acesse:
<http://www.ccms.saude.gov.br/nisedasilveira/frases.php>

campo da saúde mental, consigo compreender o aspecto benéfico de tal perspectiva, pois, ao me relacionar com os pacientes, carrego uma visão menos atrelada aos diagnósticos, às patologias, entre outros aspectos, e, por outro lado, mais relacionada ao indivíduo, ao diálogo e à sua expressividade.

As experiências e as leituras que pude tecer a partir dessa vivência me transformaram profundamente. Esteticamente, fascina-me o debate sobre os limites entre arte e loucura e, como cidadão, comove-me a riqueza do material humano daqueles que a sociedade marginaliza ao taxá-los como “diferentes”. São pessoas afetivas, criativas e potentes. O projeto se justifica, pois, para mim, é mais um passo nessa direção: ao encontro dessas pessoas e ao fortalecimento da luta antimanicomial.

1.2 Justificativa acadêmica

O presente trabalho adéqua-se aos objetivos do Programa Interdepartamental de Pós-Graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS), pois concebe uma proposta ativista-educomunicativa como um modo de elevar a qualidade de vida dos frequentadores de instituições da saúde mental, além de promover a representatividade desses indivíduos, em consonância com os ideais da luta antimanicomial. A utilização da oficina arte-educomunicativa como prática se justifica devido ao processo de desumanização das pessoas em sofrimento mental: Através da prática artístico-terapêutica, é possível promover o Bem Viver e o aumento da autoestima, à medida que o indivíduo se vê capaz de aprender a aprender.

Ademais, aliando a arte ao caráter educomunicativo do uso das mídias, amplia-se a capacidade de expressão, o que empodera ainda mais o participante e fortalece esse processo de aprendizagem e autoavaliação, ao mesmo tempo em que, através da ocupação do espaço midiático, é amplificada a voz desse grupo invisibilizado pela herança manicomial da sociedade brasileira. A partir dessa produção de discursos e de registros, fomenta-se o combate à estigmatização do indivíduo em vulnerabilidade psicossocial, que passa a exercer um papel ativo em seu discurso e a se mostrar um ator social dentro de suas infinitas subjetividades e capacidades expressivas.

Outro ponto a destacar no Programa é seu forte caráter aplicado ou, por assim dizer, ativista e com ênfase nas artes (ativista, portanto) e, é neste sentido, que a arte é concebida nesta proposta: com base numa definição expandida que segue as redefinições de arte concebida não como um ato formal, mas como uma intervenção na sociedade, de modo que o artista trabalha em equipes comunitárias interdisciplinares e a criatividade artística já não é um ato de isolamento. (PIPAUS, 2015, p. 2).

A proposta desta pesquisa se enquadra, portanto, na natureza transdisciplinar da área de concentração do Pipaus, já que, em sua ação, engloba variados campos do conhecimento. Artes, música, rádio, comunicação, urbanismo, foto, sustentabilidade estão aqui reunidos, com o intuito de promover o Bem Viver dos participantes e estimular uma mudança no discurso midiático local, trazendo um olhar mais profundo acerca da questão da saúde mental.

O Programa, único na América Latina a conectar interdisciplinarmente disciplinas de artes e urbanidades com a sustentabilidade, parte da necessidade do tratamento transdisciplinar dos problemas contemporâneos para construir novas teorias e metodologias adequadas ao enfrentamento da agenda sustentável. [...] sustentabilidade pode e deve ser compreendida não apenas do ponto de vista das ciências naturais, mas a partir de pressupostos que colaboram mutuamente, seja em artes e/ou urbanidades, para que questões e/ou soluções relacionadas aos campos do conhecimento envolvidos na presente proposta possam ser construídas a partir de outras possibilidades. (PIPAUS, 2015, p. 2-3).

Nesse sentido, a utilização de diversas mídias e variadas possibilidades dialógicas entre elas é embasada na perspectiva de Kagan (2008, p. 16.), para quem a sustentabilidade é um processo cultural, que requer o desenvolvimento de distintas perspectivas de reflexividade. Ademais, o projeto pertence à linha 2 do Programa – Processo de Difusão: Popularização, Educação e Aplicabilidade, pois busca ampliar a possibilidade humana de ação no mundo, por meio da educomunicação, além de possibilitar o desenvolvimento e a pesquisa de práticas interdisciplinares que envolvem artes, urbanidades e tecnologia, promovendo, assim, a sustentabilidade.

Linha 2 – Processo de Difusão: Popularização, Educação e Aplicabilidade
Considerando as relações entre pesquisa e extensão, desenvolver e investigar práticas e teorias inter-transdisciplinares socioculturais sustentáveis em artes, urbanidades e tecnologias que contribuam para a ampliação das possibilidades humanas de ação no mundo, nos campos da educação e da comunicação, novas práticas e formas pedagógicas e de popularização do conhecimento. (PIPAUS, 2018, não paginado).

Dessa maneira, a proposta intenta uma articulação entre teoria e prática que transcenda uma escrita e uma reflexão baseadas apenas em aspectos teóricos, buscando superar o cartesianismo acadêmico, um dos principais responsáveis por essa separação. Se buscamos romper com visões racionalistas cartesianas no universo da saúde mental, é natural que o façamos também na construção do conhecimento acerca desse processo, visando a uma transdisciplinaridade epistemológica, ou seja: que esse ideal se manifeste em aspectos e etapas diversos da iniciativa.

1.3 Justificativa científica

Esta pesquisa colabora com o desenvolvimento científico de trabalhos transdisciplinares no campo das Artes, Urbanidade e Sustentabilidade, ao articular autores de diversos campos do conhecimento, para investigar práticas promotoras de saúde e de cidadania, dois conceitos indissociáveis. O alinhamento das perspectivas da reforma psiquiátrica à interface entre Arte-educação e Educomunicação vai ao encontro das proposições de Nise da Silveira (2015) acerca do afeto catalisador e da emoção do lidar.

Silveira desenvolveu atividades expressivas, de natureza artística, cuja finalidade era proporcionar o ambiente necessário para a expressão de ideias e de emoções; citando suas próprias palavras: *“O que melhora o atendimento é o contato afetivo de uma pessoa com outra. O que cura é a alegria, o que cura é a falta de preconceito.”*¹⁸ (SILVEIRA, 2014). Além disso, a aplicação dos princípios de Nise da Silveira em práticas educacionais com indivíduos em sofrimento psíquico contribui para o aprofundamento da discussão proposta por Marciel Consani (2017) sobre a aproximação entre Educomunicação e Arte-educação.

Outro viés de aproximação entre as duas abordagens educativas em questão pode ser identificado no conjunto das demandas sociais que motivaram suas proposições, cada uma, em seu contexto temporal. O empoderamento dos sujeitos/educandos orientado para uma perspectiva de transformação social questionadora de uma ordem hegemônica que se pretende imutável: a supremacia cultural e política de grupos minoritários e elitistas. (CONSANI, 2017, p. 4).

Consani afirma que o diferencial da Educomunicação é a possibilidade de transformar as vivências educacionais em instâncias que melhorem as relações humanas na educação.

¹⁸ <http://www.ccms.saude.gov.br/nisedasilveira/frases.php>

Isso se dá a partir do entendimento do processo educativo como algo democratizante. O autor afirma que, para atingir essa meta, a Educomunicação deve se aproximar ainda mais da Arte.

A transdisciplinaridade está presente na união de três áreas distintas, a Educomunicação, a Saúde Mental e as Artes, que o presente trabalho busca relacionar. Nesse sentido, a Educomunicação funciona como um aglutinador que fomenta o diálogo entre os demais campos, pois, como disse Ismar de Oliveira Soares (2000), é um espaço de mediações. Além disso, o projeto se inspira em princípios educacionais freireanos, que buscam posturas dialógicas nos processos educativos. Tal postura encontra paralelos no pensamento de Nise da Silveira e na sua luta por uma psiquiatria humanizada que procurava adentrar o universo dos pacientes para promover saúde a partir dessa troca.

Ao combinar o pensamento de Paulo Freire e Nise da Silveira, além de demais autores do campo educacional e das humanidades, a pesquisa pode se tornar referência para a elaboração de políticas públicas que busquem humanizar o universo da saúde mental no Brasil e elevar o padrão de qualidade de vida de seus usuários.

O segredo do método é descer do salto e chegar perto das pessoas [...] sem ser de cima pra baixo, é de dentro pra fora, de baixo pra cima. Essas pessoas têm grande interesse em se comunicar, em relatar a história deles, em dizer o que aconteceu com eles, em comunicar com a comunidade, em retornar pra comunidade. Mas não retornar da maneira doente que sempre foi, é pra retornar de uma maneira com mais pedagogia da autonomia, com mais pedagogia do diálogo, com mais afeto catalisador. (PORDEUS, 2021, 28m46-29m51).

Dessa maneira, este trabalho defende que posturas dialógicas no universo da saúde mental fomentam a autonomia de seus frequentadores. Tal abertura para o outro pode ser sintetizada tanto pelas colocações de Nise da Silveira (2015) acerca do afeto catalisador como uma intenção de escuta (de presença não arbitrária a e alteridade), quanto pelo pensamento de Freire (1995), em relação ao que ele chama de amorosidade: uma postura ética fundamental para os processos pedagógicos.

1.4 Apresentação do objeto de pesquisa

A instituição selecionada para a realização das práticas educacionais propostas foi o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) del-Rei, um espaço situado na cidade de São João del-Rei, no bairro do Tijuco, e que, à época, atendia 3.836 pessoas cadastradas com transtornos mentais graves a severos em situação de crise psiquiátrica. O CAPS del-Rei recebe pessoas de

14 municípios da microrregião das Vertentes. Geralmente, os transtornos atendidos são a esquizofrenia, depressões graves e transtorno bipolar. Por se tratar de um espaço da rede pública de saúde, que é frequentado por participantes de diferentes bairros (de periferia, em sua maior parte), cidades e também da zona rural, o CAPS del-Rei atende um grupo diversificado, o que enriquece a presente análise.

Apesar de o CAPS del-Rei não ser uma unidade de internações e os seus usuários gozarem de maior autonomia, no Brasil, os “muros” da psiquiatria estão para além da institucionalização dos indivíduos; estão, sobretudo, na invisibilização e na discriminação desses sujeitos. De acordo com Alverga e Dimenstein (2006), as perspectivas manicomiais permeiam nossas ações e nossos posicionamentos dentro e fora dos hospitais psiquiátricos, de modo que devemos estar atentos a essa influência, mesmo nos serviços substitutivos à lógica hospitalocêntrica, bem como nas relações sociais cotidianas.

Diante disso, questiona-se quais seriam os métodos que poderiam auxiliar na investigação de estratégias para elevação do padrão de qualidade de vida dos frequentadores. Assim sendo, a hipótese da pesquisa é que a formação de um ecossistema comunicativo dentro da instituição pode, além de contribuir favoravelmente para o atendimento dos objetivos científicos, desempenhar o papel de uma nova sensorialidade envolvida na construção e na expressão de práticas e de discursos antimanicomiais, fomentando um ambiente mais sustentável no universo da saúde mental. Desse modo, a educomunicação pode ser uma metodologia de trabalho que favorece o desenvolvimento de práticas que promovem o Bem Viver dos frequentadores do Centro de Atenção Psicossocial de São João del-Rei.

1.5 Metodologia

De acordo com Passos *et al.* (2009), em geral, investigações no campo de estudos da subjetividade partem de pesquisas quantitativas, que podem possuir impasses metodológicos. Pesquisas quantitativas se adaptam bem a roteiros que já existem e metodologias estatísticas que contam com *softwares* para a análise de dados. Já as pesquisas qualitativas requerem processos mais abertos e inventivos. A partir dessas reflexões e tendo em vista a dimensão humana da proposta, que aborda um universo repleto de subjetividade e passa pelo fomento e uma escuta atenta à diversidade cultural da loucura, a abordagem qualitativa subsidia a análise desenvolvida.

Dentro desse cenário, os métodos da cartografia e da pesquisa-ação dialogam com o trabalho, pois percebem uma sintonia entre o objeto e o método, além de uma horizontalidade

nesse diálogo, que trata de acompanhar processos. Além disso, a cartografia é um método que historicamente se relacionou com discussões propostas por Guattari e Rolnik (1996) acerca da reforma psiquiátrica brasileira, entre outras pautas políticas “minoritárias”.

A investigação e o desenvolvimento de práticas educomunicativas com os frequentadores do CAPS del-Rei — universo desta pesquisa — e a adoção de metodologias de pesquisa-intervenção, como é o caso da pesquisa-ação, proposta por Thiollent (1986), justificam-se devido a seu caráter transdisciplinar. Tais estratégias dialogam tanto com a prática da proposta quanto com seu arcabouço teórico. Ademais, possibilitam a utilização dos dispositivos para experimentar a produção de subjetividade no decorrer do processo, visando a uma perspectiva comunicativa mais diversa e focalizada em estratégias construtivistas. (KASTRUP, 2009, p. 32-51).

Para realizar esta investigação, as seguintes técnicas de coleta de dados foram utilizadas: observação participante, história oral, práticas educomunicativas etc. Os dados foram analisados a partir da técnica de análise de conteúdo, aliada às perspectivas cartográficas. As práticas se deram a partir do debate com os participantes, de propostas acerca de oficinas de musicalização e de criação artística realizadas com os frequentadores da instituição. Foi necessário um acordo coletivo para definir como seriam as práticas arte-educativas, que geralmente consistem em momentos de espontaneidade e afetividade.

Esse estreitamento afetivo foi fundamental na elaboração dos discursos midiáticos desse coletivo. Além da proposição de trocas terapêuticas de cunho artístico, foram promovidas oficinas nas quais os participantes tiveram contato com a parte técnica do fazer audiovisual, ou seja, explorar as possibilidades dos registros videográficos, de foto, de gravação de áudio etc. e, a partir daí, produzir registros experimentais desse processo.

Vale destacar que o Bem Viver dos participantes foi uma prioridade da iniciativa, que buscou engajar o grupo em atividades artístico-musicais-performáticas — a amostra de pesquisa —, promovendo o diálogo entre essa interface e a produção de narrativas sobre as vivências.

1.6 Organização do trabalho

A presente dissertação está dividida em cinco capítulos. O segundo capítulo é dedicado ao referencial teórico. As referências elencadas revelam o caráter transdisciplinar do texto, que promove um diálogo entre autores da área da Educação, da Comunicação, das Artes e da área da Saúde Mental. No eixo Educação-Comunicação-Artes, são utilizados os conceitos advindos

das obras de Paulo Freire (1996), Ismar de Oliveira Soares (2014) e Marciel Consani (2017). Consani faz a articulação do campo educacional com o campo da Arte-educação e, nesse sentido, é a ponte para o pensamento de Nise da Silveira (2015), que, por sua vez, articula a relação das Artes com o universo da Saúde Mental e da luta antimanicomial, discussão que será complementada pelos argumentos de Joel Birman (1992), com relação à história da Psiquiatria e aos aspectos da cidadania das pessoas em situação de sofrimento psíquico no Brasil.

Já no terceiro capítulo, apresenta-se o CAPS del-Rei. Além disso, traça-se um breve panorama histórico da reforma psiquiátrica brasileira e do surgimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), da qual os CAPS são integrantes e que aparece dentro do contexto da reforma. Após essa apresentação, são destacados os atuais desafios para a humanização no campo da Saúde Mental no Brasil e proposta a investigação de metodologias possíveis para fomentar o desenvolvimento de estratégias que elevem o padrão de qualidade de vida dos usuários do CAPS del-Rei. Desse modo, discorre-se sobre a hipótese de que a Educomunicação pode ser, além de um fator positivo para o alcance dos objetivos científicos, um método auxiliar no desenvolvimento de práticas que visem ao Bem Viver dos pacientes da instituição em questão.

O quarto capítulo é dedicado à aplicação da metodologia de pesquisa. Para tanto, descreve o processo e organiza os dados obtidos por categorias e tabulações, de modo a facilitar e otimizar a interpretação dos dados. Em seguida, procede à análise e a apresentação dos resultados.

No quinto e último capítulo, são dispostas as considerações gerais sobre a pesquisa e o processo do trabalho, analisando o caminho transdisciplinar traçado durante a investigação científica e elencando percepções que possam surgir ao rever aspectos da obra à luz dos procedimentos finais. Em seguida, são apresentados as referências acessadas para a discussão e os anexos fundamentais para a ampla compreensão das proposições.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico da presente pesquisa, embasado pelos conceitos de Educomunicação, Expressão Comunicativa por meio da Arte, Luta Antimanicomial e Sustentabilidade, revela uma plataforma conceitual transdisciplinar, que alia autores de diversas áreas do conhecimento para buscar maneiras de fomentar a elevação do padrão de qualidade de vida das pessoas em sofrimento mental.

Além de pensar ações práticas, que partem da interface entre a Educomunicação e a Arte-Educação, área conhecida como “Expressão Comunicativa por meio da Arte”, esta pesquisa reflete sobre o processo de transformação cultural, visando ao estímulo à mudança de mentalidades por meio da reflexão. Tal postura embasa-se no conceito de Sustentabilidade, que, segundo Brocchi (2008) e Kagan (2008), é uma questão situada no campo da cultura. Esse posicionamento encontra paralelos no pensamento de Nise da Silveira (1992) e Joel Birman (1992) sobre a Luta Antimanicomial, pois ambos encaram a questão do manicômio como uma problemática cultural. Nesse sentido, o texto *Loucura e diversidade cultural*, de Amarante e Torre (2017), torna-se um apoio, uma vez que a obra apresenta um levantamento histórico da relação entre o posicionamento antimanicomial e o campo da cultura, além de demonstrar aspectos transdisciplinares dessa conexão, enfatizando a natureza dialógico-discursiva da arte.

Ressaltando o caráter transdisciplinar da proposta, estão as reflexões de Henri Lefebvre (2008), que, apesar de não tratar especificamente da problemática manicomial, aborda aspectos do projeto urbano que facilitam a compreensão de como a sociedade racionalista priva as pessoas em sofrimento mental de seu direito à cidadania. Outros autores e conceitos são transcendidos de seus campos, de modo a promover uma articulação transdisciplinar de conhecimentos, como é o caso do conceito de Bem Viver, de Acosta (2016). No presente texto, Bem Viver é aproximado da noção de sustentabilidade, pela sua relação com a questão cultural e pelo entendimento da necessidade de uma postura política que articule as questões ecológicas e sociais.

Já o campo educucomunicativo, apontado por Ismar de Oliveira Soares (2000) como um espaço de mediações, proporciona o aparato teórico para acomodar tais combinações, além de apontar uma série de possibilidades práticas, no que se refere à questão do uso das mídias e das tecnologias. Outrossim, de acordo com Soares e Consani (2017), a Educomunicação é uma área que visa à promoção da solidariedade no relacionamento humano, o que dialoga tanto com o conceito de Sustentabilidade, presente neste trabalho, quanto com o pensamento de Paulo Freire (1987), precursor do campo educucomunicativo.

2.1 Educomunicação

Em seus estudos sobre as práticas educomunicativas, Consani (2017, p. 847) destaca a necessidade de a Educomunicação “buscar a dimensão sensorial do fenômeno artístico [...], independente do meio de expressão (plástico, cênico, etc.) e do escopo social mais coletivo ou mais individual de seu alcance”. Para o autor, na vivência pedagógica do fazer artístico, a prática educomunicativa está justamente na possibilidade de transformar essas ações em instâncias que promovam a melhoria das relações humanas na educação, equilibrando as demandas individuais e sociais. Nesse sentido, a fim de alcançar tal objetivo, a “Educomunicação deve se aproximar ainda mais da Arte”. (CONSANI, 2017, p. 848).

Portanto, Consani acredita que, por meio da Educomunicação, é possível transmutar a vivência artística livre em um impulsionador para processos coletivos que visem à sustentabilidade. Vale ressaltar que a vivência artística livre diz respeito a um processo artístico que não esteja focalizado em escolas estéticas, e sim nos aspectos sensoriais de se fazer arte.

Na mesma direção, Freire (1987) pontua que é prioritária a restituição do direito à pronúncia do mundo, sobretudo para aqueles que se encontram privados do mesmo.

Esta é a razão por que não é possível o diálogo entre os que querem a pronúncia do mundo e os que não a querem; entre os que negam aos demais o direito de dizer a palavra e os que se acham negados deste direito. É preciso primeiro que os que assim se encontram negados no direito primordial de dizer a palavra reconquistem esse direito, proibindo que este assalto desumanizante continue. Se é dizendo a palavra com que, “pronunciando” o mundo, os homens o transformam, o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens. (FREIRE, 1987, p. 45).

O autor segue e ressalta a importância do aspecto dialógico no próprio processo pedagógico emancipador, rompendo com a dicotomia entre libertadores e libertados, pois, se o processo não for protagonizado coletivamente, não será verdadeiramente libertador.

Porque é encontro de homens que *pronunciam* o mundo, não deve ser doação do *pronunciar* de uns a outros. É um ato de criação. Daí que não possa ser manhoso instrumento de que lance mão um sujeito para a conquista do outro. A conquista implícita no diálogo é a do mundo pelos sujeitos dialógicos, não a de um pelo outro. Conquista do mundo para a libertação dos homens. (FREIRE, 1987, p. 45).

Além disso, enfatiza o aspecto afetivo da postura dialógica, que é fundamental para o diálogo. “Sendo fundamento do diálogo, o amor é, também, diálogo. [...] onde quer que estejam

estes, oprimidos, o ato de amor está em comprometer-se com sua causa. A causa de sua libertação. Mas, este compromisso, porque é amoroso, é dialógico.” (FREIRE, 1987, p. 45).

Freire, como precursor e inspirador do campo da Educomunicação, ressalta a importância do diálogo e da comunicação; salienta, também, a relevância de cada indivíduo pronunciar o mundo e ser protagonista na construção da sua narrativa; da sua história. O autor destaca a necessidade de amplificar a voz daqueles que se encontram silenciados, oprimidos, pois diz que o ato de pronunciar o mundo é uma ação humanizadora. Nesse viés, Freire reforça a importância da dialogicidade no próprio processo de libertação do oprimido, que não pode ser vertical — o salvador, herói; e os oprimidos, passivos —, pelo contrário, deve ser feita de maneira horizontal e coletiva. Para o pedagogo, o afeto ocupa um lugar de destaque nesse processo, e o amor, sendo a base do diálogo, é, também, diálogo. Portanto, é possível afirmar que afeto é diálogo, é pronunciar o mundo, é narrar com, é criatividade, é Educomunicação.

Influenciado pelo pensamento freireano, Ismar de Oliveira Soares, afirma que

a Educomunicação prega o protagonismo dos sujeitos pela conquista da autonomia sobre os aparatos técnicos [...]. O objetivo imediato é a construção de ecossistemas comunicativos abertos e criativos nos espaços educativos. Nesse contexto, o artigo defende o desenvolvimento, tanto entre os docentes quanto entre os alunos, das denominadas competências não cognitivas e socioemocionais, por facilitarem a adesão da comunidade educativa a projetos voltados a transformar as mediações tecnológicas em linguagens favorecedoras da construção de um mundo diferenciado, rico de expressividade e essencialmente mais solidário. (SOARES, 2014, p. 19).

Soares também ressalta a importância do diálogo e da criatividade para o processo educacional de formação dos sujeitos.

Para a Educomunicação, além de dominar uma pedagogia de projetos, o educador deve converter-se em um gestor de processos comunicativos, levando em conta que a principal lição a ser aprendida por todos — professores e alunos — é justamente a necessidade de se construir um novo mundo em conjunto, tendo o diálogo aberto e criativo como o grande instrumento de persuasão. (SOARES, 2014, p. 29).

Sob tal ótica, indica Soares (2014, p. 30), a finalidade essencial da Educomunicação é a promoção da solidariedade nas relações humanas. “Trata-se, pois, de um movimento político e pedagógico que nasceu na sociedade civil, visando, essencialmente, ao desenvolvimento da solidariedade em processos de relacionamento.” Dentro desse contexto, Soares aponta a relevância da questão afetiva/emocional nas relações e confronta a postura racionalista de nossa sociedade, ao dizer que a Educomunicação adota uma nova atitude existencial.

Não se trata, na verdade, da construção de uma nova racionalidade, mas da adoção de uma nova atitude perante a vida. Para tanto, a ação comunicativa deverá também levar em conta o que a moderna psicologia denomina competências socioemocionais ou não cognitivas. (SOARES, 2014, p. 27).

Resumidamente, para Ismar de Oliveira Soares, a Educomunicação tem como objetivo a construção de uma sociedade diversa, solidária, criativa e expressiva. Nesse sentido, o diálogo e a criatividade têm um papel central no processo e, para tanto, é necessário pensar sobre nossos aspectos afetivo/emocionais. Soares prega uma nova atitude existencial, superando o racionalismo, e define a Educomunicação como um movimento político/pedagógico que visa fomentar relações humanas mais solidárias.

Portanto, Soares, Consani e Freire pensam a Educomunicação como uma ferramenta para solidarizar as relações humanas e fomentar processos mais democráticos. Apesar de Freire não se referir diretamente à Educomunicação — tendo em vista que ele é um dos precursores e inspiradores para o surgimento do campo —, o autor se refere à importância da solidariedade nas relações humanas e ressalta a relevância do diálogo e do protagonismo narrativo do “pronunciar” o mundo e se pronunciar. Tanto Soares quanto Consani e Freire pensam a Educomunicação como um caminho para um mundo mais diverso e sustentável.

A despeito da confluência dos posicionamentos, há particularidades na reflexão desses autores. As diferenças entre o pensamento de Freire e Soares estão relacionadas, principalmente, à escolha dos termos para referenciar o processo educ comunicativo, uma vez que Paulo Freire refletia sobre os princípios que norteariam a Educomunicação antes mesmo da sua formulação como disciplina/campo do saber. Já Consani tem uma abordagem mais próxima do campo artístico arte-educativo e pensa o processo comunicativo da arte como uma tecnologia — o que não fica explícito nos estudos de Freire ou Soares. Apesar disso, tanto Freire quanto Soares ressaltam a importância de aspectos expressivos e criativos. Além disso, Soares também menciona fatores socioemocionais, o que, de certa forma, se aproxima do sensível que Marciel Consani traz em suas colocações.

Embora os três conceitos se aproximem bastante da abordagem educ comunicativa presente nesta pesquisa, por se debruçar sobre o fazer artístico dentro de processos da Educomunicação, a perspectiva de Marciel Consani é a que mais dialoga com a proposta. Vale ressaltar que os escritos de Consani são mais recentes e influenciados pelos outros dois autores. Consani parte de perspectivas pontuadas por Soares, que, por sua vez, se inspira em Freire para traçar seu pensamento. Ademais, tanto Soares quanto Freire dissertam sobre aspectos de

expressividade e criatividade, o que se aproxima de um pensar sobre a questão da arte dentro desse contexto. Contudo, ao abordar detalhes do que é a relação das práticas artísticas arte-educativas no campo educacional, a proposta de Consani ampara mais adequadamente o desenvolvimento desta iniciativa.

Assim sendo, para este estudo, a Educomunicação é uma perspectiva de ação contra-hegemônica e antimanicomial, que permite maneiras de humanizar a relação com o próximo por meio do diálogo, do afeto e de uma arte verdadeiramente livre, cujo objetivo seja o Bem Viver a partir do fazer artístico coletivo e da aceitação da subjetividade do indivíduo na sua expressão e através da sua expressão. Educomunicação é, portanto, florescer de variadas formas, transcendendo o conceito de belo — ou qualquer conceito estético — e abraçar a diversidade da existência humana, fomentando a livre expressão coletiva, o entendimento de cada indivíduo sobre si — como um processo único e válido — e o entendimento do mundo sobre esse indivíduo. Educomunicação é o direito criativo de ser e estar e a busca pela humanização das relações nas instituições de saúde mental. Educomunicação, nesta pesquisa, é sermos vozes e cantos, tão estranhos e, por isso, tão belos e originais, sem perder a fé e a vontade de lutar por essa utopia criativa.

2.2 Expressão Comunicativa por meio da Arte

Inicialmente denominado “Expressão Comunicativa através das Artes”, o conceito de Expressão Comunicativa por meio da Arte refere-se, segundo Soares (2011), à aproximação entre práticas educacionais e aquelas próprias da Arte-educação. Dessa convergência, resulta um processo que visa à superação da mentalidade racionalista, à emancipação e ao empoderamento dos indivíduos por meio da criatividade e da livre expressão.

A área da Expressão Comunicativa através das Artes está atenta ao potencial criativo e emancipador das distintas formas de manifestação artística na comunidade educativa, como meio de comunicação acessível a todos. Todo estudo da história e estética das artes — que representa um valor em si mesmo — está a serviço da descoberta da multiplicidade das formas de expressão, para além da racionalidade abstrata. Essa área aproxima-se das práticas identificadas com a Arte-educação, sempre que primordialmente voltada para o potencial comunicativo da expressão artística, concebida como uma produção coletiva, mas como desempenho individual. (SOARES, 2011, p. 47)

A respeito dessa reflexão, Consani (2017) apontou a necessidade de um olhar mais cuidadoso com relação ao termo até então adotado: primeiramente, relatava a ambiguidade

relativa ao uso da palavra “expressão”, que pode tanto indicar uma atitude comunicativa, no sentido da emissão de uma mensagem, quanto referir-se à manifestação de um estado subjetivo emocional. Ao encarar a dualidade desse aspecto do fenômeno expressivo, o termo “Expressão Comunicativa através das Artes” ganha mais profundidade, pois reconhece a multiplicidade do fenômeno criativo/artístico, capaz de comunicar mensagens que transcendem o campo da palavra.

Há pelo menos duas “desambiguações” necessárias que se devem fazer à nomenclatura “Expressão Comunicativa através das Artes”. A primeira, seria o uso da dualidade inerente ao termo “expressão”, que tanto pode significar a exteriorização de um estado emotivo, quanto a manifestação de uma intencionalidade comunicativa. (CONSANI, 2017, p. 848).

O seguinte apontamento de Consani é relativo à preposição “através”, presente em “através das artes”. Para o autor, tal escolha acaba por reduzir a compreensão acerca do fazer artístico, repleto de sensorialidades e camadas envolvidas no fato social da criação, no ato de “pronunciar o mundo”, como apontado por Freire (1987), seja essa pronúncia verbal ou não. De acordo com Consani, a escolha do termo “através” atribui um papel funcional ao fazer artístico, semelhante ao papel de uma linguagem ou meio de comunicação.

A outra desambiguação se refere ao fato desta expressão se ar (sic) “através” das Artes, o que reduz, em grande medida, o fazer artístico, retirando-o de sua dimensão de fato social complexo e atribuindo-lhe, implicitamente, o papel funcional de uma linguagem ou canal de comunicação. É claro que essas interpretações redutoras são fruto do desenvolvimento incipiente de uma reflexão ontológica e epistemológica daquela vertente, constatação que apenas reforça a necessidade de retomarmos esta linha de trabalho. (CONSANI, 2017, p. 847).

A partir do pensamento de Consani e de outros autores, Silva e Viana (2019) refletem sobre o nome e a definição da área e atualizam a nomenclatura, alterando-a de “através das artes” para “por meio da arte”, terminologia adotada pela presente pesquisa. Os estudiosos abordam ainda o termo arteducomunicação, ao se referirem às ações “arteducomunicativas”, como uma espécie de sinônimo para o campo Expressão Comunicativa por meio da Arte.

Consani (2017) finaliza sua explanação afirmando que a reflexão em torno da Expressão Comunicativa por meio da Arte deve se basear em uma percepção ampla do conceito de Arte, sem que esta seja confundida com seus resultados ou correntes estéticas. A Arte, dentro daquele conceito, deve ser uma arte questionadora sobre si mesmo, assim como a mídia, dentro da Educomunicação, deve ser uma mídia que questione os modelos hegemônicos de comunicação

social. Consani prega uma expressão livre e questionadora, focada no equilíbrio das demandas individuais e coletivas e na ação criativa como um meio para alcançá-lo.

Essa reflexão, no entanto, tem que ser apoiada numa visão ampla do que seja a Arte, sem confundi-la com seus resultados, isto é, as produções artísticas de qualquer natureza. [...] Tais questões dependem de um entendimento mais completo e abrangente do que seja a Arte e da atualidade de seus questionamentos: os que dizem respeito a ela mesma e aqueles que ela dirige ao contexto cultural no qual se constrói e é praticada. Ou seja, não basta que os educadores utilizem recursos e estratégias metódicas comuns aos arte-educadores: eles devem transcender o aspecto puramente didático para alcançar a dimensão pedagógica da vivência artística. [...] Por fim, o diferencial educacional se traduz na possibilidade de transformar tais vivências em instâncias que promovam a melhoria das relações humanas na educação, entendida como um processo de desenvolvimento que equilibre as demandas individuais e sociais. Com certeza, para alcançar este objetivo a Educação deve se aproximar ainda mais da Arte. (CONSANI, 2017, p. 847).

Tais percepções dialogam com o pensamento de Amarante e Torre (2017), no texto *Loucura e diversidade cultural*, no qual os autores apontam os paralelos entre a postura antimanicomial e a crítica à institucionalização dos padrões da Arte, rompendo com a perspectiva tecnicizante de uma maneira geral e reforçando a importância da autonomia dos indivíduos. Os autores ressaltam o papel subversivo da Arte e enfatizam essa função social da cultura como instrumento de cidadania e de resistência, rompendo com as amarras da arte institucionalizada, que, de certa forma, restringe o acesso dos indivíduos a esse protagonismo criativo, colocando a técnica como condição para exercê-lo. Dessa maneira, Amarante e Torre (2017) relacionam a liberdade criativa a um posicionamento antimanicomial, o que é consonante com o pensamento de Consani (2017), quando este propõe uma percepção mais abrangente do que seja Arte e reafirma o potencial democratizante desse posicionamento.

Tais rupturas dizem respeito ao deslocamento da ideia de doença mental como incapacidade e inferioridade; à crítica do discurso científico e técnico como lugar da verdade; à crítica da ideia de cultura como restrita à arte institucionalizada; e à crítica da noção de arte e cultura como terapêutica. Essas rupturas se relacionam ainda com uma redefinição de conceitos, com a ampliação e transformação do conceito de cultura e da noção de reforma psiquiátrica [...]. Por sua vez, para uma ressignificação do conceito de cultura, existem duas abordagens importantes: primeiro, a discussão sobre a arte-cultura como linguagem dialógica que supera e transcende a racionalidade científica (rompendo com o discurso técnico e especializado e com as relações de poder advindas do modelo biomédico). A partir daí, a cultura deixa de ser restrita à arte institucionalizada ou a formalismos escolásticos para ser instrumento na construção de identidades coletivas e direitos de cidadania, funcionando como “resistência ao poder”, questionando

a noção de cultura dita nobre em superioridade à cultura popular e, portanto, rompendo com o discurso dominante no campo da arte e cultura. (AMARANTE; TORRE, 2017; p.764).

Nise da Silveira (1992), apesar de não se referir diretamente ao termo Expressão Comunicativa por meio da Arte, promovia a prática artística coletiva como um modo de fomentar a criação de um ecossistema comunicativo com os frequentadores das instituições de saúde mental. Silveira adotou o termo “emoção de lidar”, que surgiu em conversa com um dos seus clientes ¹⁹, para se referir ao processo, que era pautado na dialogicidade, no afeto e na criatividade para promover a reinserção dos sujeitos em sofrimento mental no convívio social.

A equipe da Casa das Palmeiras está sempre atenta para ler sem impertinência, ou melhor, apreender, o que transparece na face, mãos, gestos do cliente. Essa observação, seja nas atividades individuais ou de grupo, nos parece indispensável para que o cliente seja conhecido em maior profundidade e torne-se possível uma abordagem terapêutica mais segura. A emoção de lidar favorece mil oportunidades para essas observações. (SILVEIRA, 1992, p. 22).

O método de Nise consistia no estímulo a práticas criativas/expressivas, ao diálogo e à afetividade. Dentro desse contexto, as atividades de criação e de expressão eram pautadas para estimular a liberdade criativa dos participantes, indivíduos constantemente privados do seu direito de pronunciar o mundo. A partir dessas trocas, da convivência e de uma postura de profundo respeito ao próximo, era possível a construção de um ambiente dialógico fundamental para o tratamento.

Fazemos constante apelo às atividades que envolvam especialmente a função criadora mais ou menos adormecida dentro de todo indivíduo.[...] Convivendo com ele durante várias horas por dia, vendo-o exprimir-se verbal ou não verbalmente em numerosas oportunidades diferentes, o médico logo chegará a um conhecimento bastante profundo de seu doente. E a relação que nasce entre ambos, tão importante no tratamento, é muito mais genuína que a relação de consultório entre médico e doente. [...] damos grande ênfase às relações interpessoais entre corpo técnico e cliente, sem as marcadas distinções discriminatórias que os separam. Distinguir médicos, psicólogos, monitores, estagiários, clientes torna-se tarefa ingrata. A autoridade da equipe técnica estabelece-se de maneira natural, pela atitude serena de compreensão face à problemática do cliente, pela evidência do desejo de ajudá-lo e por um profundo respeito à pessoa de cada indivíduo. (SILVEIRA, 1992, p. 21).

¹⁹ Em oposição ao uso do termo “pacientes”, comumente usado dentro do campo médico e psiquiátrico, Nise da Silveira se referia aos frequentadores das instituições como “clientes”, denotando que estes deveriam ser respeitados e atendidos.

Além disso, a partir das exposições com as obras de seus clientes, Silveira promovia questionamentos antimanicomiais, em uma perspectiva artista²⁰, que revela esse duplo aspecto do termo “Expressão Comunicativa por meio da Arte”, ou seja: além da expressão de um estado emocional do cliente por meio da criação artística, também se expressa uma mensagem de cunho antimanicomial, por meio da pronúncia artística do mundo pelos sujeitos em situação de vulnerabilidade psicossocial.

Seja a exposição agora apresentada uma mensagem de apelo neste sentido, dirigida a todos que aqui vieram e participaram intimamente do encantamento de formas e de cores criadas por seres humanos encerrados nos tristes lugares que são os hospitais para alienados. (SILVEIRA, 2015, p. 19).

Vale ressaltar que, apesar de valorizar os aspectos terapêuticos da atividade artística, nesta pesquisa, tal questão é pensada para além desse parâmetro. Nesse sentido, a presente prática é mais próxima do viés da cultura, em consonância com as proposições de Paulo Amarante e Eduardo Henrique Guimarães Torre (2017). Esses autores fazem uma crítica à percepção da Arte e da Cultura como um recurso meramente terapêutico, apontando-as como estratégias de intervenção social e promoção do protagonismo das pessoas em sofrimento psíquico.

A segunda discussão é sobre a problematização da arte como restrita à terapia. Das oficinas terapêuticas e grupos nos hospitais psiquiátricos, e depois nos hospitais-dias e serviços de atenção psicossocial, as experiências artístico-culturais se desprendem de uma função estritamente terapêutica e se tornam intervenção na cultura, como estratégia de reconstrução de possibilidades de vida dos sujeitos em sofrimento mental. (AMARANTE; TORRE, 2017, p. 764).

Soares, Consani e Silveira pensam o exercício de uma arte livre como um modo de fomentar ecossistemas comunicativos que visam a perspectivas solidárias de relacionamento humano. Apesar de Nise da Silveira não usar o termo “Expressão Comunicativa através da Arte”, a autora adota o conceito de Emoção do Lidar para se referir às múltiplas instâncias comunicativas, que podem surgir a partir de um contato dialógico e afetivo mediado pela prática artística, e aos benefícios coletivos e individuais que surgem de tais ações. Tanto Nise da Silveira quanto Consani e Soares pensam a Expressão Comunicativa por meio da Arte como

²⁰ Neologismo que nasce da junção dos termos arte +ativismo.

um caminho para a promoção da solidariedade, do protagonismo dos indivíduos, por meio da criatividade, e como um exercício para a liberdade.

O pensamento de Soares e de Consani diferem principalmente no que se refere a uma reflexão mais aprofundada sobre o fazer artístico, fenômeno que engloba diversas camadas de significação social. Além disso, Consani propõe uma perspectiva artística questionadora, que promova a reflexão e a prática de uma arte livre de amarras estéticas e com foco principal na liberdade criativa e no contexto em que se insere. Tal posicionamento vai ao encontro das proposições de Nise da Silveira, que também adota uma perspectiva de prática artística menos ligada a padrões estéticos e que pensa a dimensão emocional de se pronunciar²¹ por meio da arte.

Apesar da proximidade entre os conceitos e a proposta da presente pesquisa, as perspectivas que mais dialogam com o trabalho são as de Consani e Silveira: Nise da Silveira, por ter sido uma precursora da aplicação de práticas artísticas no universo da saúde mental brasileira, com um forte viés libertário e antimanicomial; Marciel Consani, por oferecer o arcabouço teórico que sustenta a aproximação entre as práticas artísticas/arte-educativas e educacionais, como um modo de fomentar processos criativos livres, de viés revolucionário, e uma reflexão que embasa as múltiplas possibilidades de diálogo através; dentro das; para e com as artes.

Para esta pesquisa, portanto, o conceito de Expressão Comunicativa por meio da Arte parte da transdisciplinaridade para combinar diversos aspectos comunicativos/expressivos e se pauta, principalmente, na liberdade criativa e nos questionamentos dos padrões/normas — bases para a elaboração de conceitos hegemônicos como a “normalidade”, o “normal”. Neste estudo, a Expressão Comunicativa por meio da Arte é uma expressão livre, baseada no próprio direito de se expressar e no entendimento de que a criatividade é um elemento constituinte de todos os indivíduos, bastando apenas ser estimulada para surgir.

Se cada indivíduo é único, certamente é capaz de criar algo único, nem melhor nem pior, nem belo nem feio, apenas original e, por isso, magnífico. Nesta pesquisa, Expressão Comunicativa por meio da Arte é valorizar as texturas únicas de cada um e cada uma e estimular sua livre manifestação, em oposição a uma sociedade que incessantemente reprime, seja pelo medo do ridículo, pelo medo do feio, seja pela camisa de força. A partir da manifestação harmônica das diferenças por meio da arte, pretende-se fomentar o diálogo coletivo e individual

²¹ “A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo”. (FREIRE, 1987, p. 44).

— do indivíduo consigo mesmo — para o entendimento das múltiplas possibilidades do fazer criativo e, conseqüentemente, das inúmeras possibilidades de existir.

Ao criar juntos, necessariamente temos que nos comunicar, de uma maneira que, muitas vezes, é lúdica e dinâmica, tendo em vista que o objetivo da prática é pautado pela liberdade e o comum acordo. Além disso, o resultado artístico, fruto do exercício coletivo, oferece uma recompensa imediata, gerando um novo discurso a partir da união de diversos discursos e do fortalecimento da autoestima ao nos entendermos como pronunciadores e pronunciadoras de nossas criações. O resultado de tais práticas e posicionamentos certamente pende para a fraternidade, o afeto e uma experiência humana mais rica em possibilidades, sabores e sentidos.

2.3 Luta Antimanicomial

Foucault (1978), ao refletir sobre a *história da loucura*, afirma que, na Idade Média, os loucos eram violentamente escorraçados das cidades europeias e mandados para locais de detenção, que, além de apresentarem um aspecto puramente prisional, não ofereciam tratamento. De acordo com Amarante (1996), séculos depois, Franco Basaglia — uma das principais referências internacionais da luta antimanicomial —, ao assumir a direção do Hospital Provincial Psiquiátrico de Gorizia, na Itália, deparou-se com uma realidade não muito diferente da apontada por Foucault. Já Jurandir Freire Costa (2007), ao referir-se à Liga Brasileira de Higiene Mental, entidade civil fundada em 1923, composta pelos principais psiquiatras da época e subsidiada pelo governo federal, salienta que os programas da instituição foram influenciados pela noção de prevenção eugênica, inspirando-se na Psiquiatria Nazista²².

O fato é que existem diversos relatos de abusos e opressões cometidas sob o domínio do manicômio, no Brasil e no mundo, como é o caso do livro *Holocausto brasileiro*, de Daniela Arbex (2013). A obra narra o genocídio de milhares de homens, mulheres e crianças que perderam a vida no Hospital Colônia de Barbacena, em Minas Gerais, fundado em 1903 e que chegou a ter cinco mil pacientes em 1961.

Em 2020, conforme já mencionado, o *Relatório Hospitais Psiquiátricos no Brasil*, uma ação interinstitucional estruturada pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), pelo Ministério Público do

²² “Restava impor aos brasileiros as receitas da Psiquiatria Nazista. Os psiquiatras passaram a pedir a esterilização sexual dos indivíduos doentes, a pregar o desaparecimento da miscigenação racial entre brasileiros, a exigir a proibição de imigração de indivíduos não brancos, a solicitar a instalação de tribunais de eugenia e de salário paternidade eugênico etc.” (COSTA, 2007, p. 19).

Trabalho (MPT) e pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), apontou que a situação de violação dos direitos humanos e constantes abusos por parte dos hospitais psiquiátricos ainda persiste no país. O relatório indica que foram muitas as situações de violação de direitos humanos, inclusive com indícios de práticas de tortura e outros tratamentos cruéis e humilhantes. O documento também denuncia a ocorrência de revistas vexatórias, estupro, violência de gênero, intolerância religiosa e imposição de religião como método terapêutico.

A análise produzida neste documento revela situação alarmante no que se refere à desassistência da atenção à saúde nos hospitais psiquiátricos brasileiros, com graves e múltiplas violações de direitos humanos das pessoas com sofrimento e/ou transtornos mentais, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas. Diante deste quadro, não há como sustentar que as instituições inspecionadas possam ser consideradas instituições de saúde, pois, antes disso, são exclusivamente instituições de privação de liberdade. (CPF *et al.*, 2020, p. 493).

Por tantos motivos, Nise da Silveira era crítica ferrenha da psiquiatria manicomial, pois afirmava que, dentro desse contexto, o internado não é considerado “uma pessoa humana no gozo de seus direitos” (SILVEIRA, 1992, p. 16).

A psiquiatria, na sua atitude face ao doente, invalida sumariamente os que não se adaptam às normas sociais vigentes, sem investigar os motivos que os levaram àquela atitude — problemas afetivos, familiares, econômicos. Apressam-se os psiquiatras em rotulá-los de esquizofrênicos e a hospitalizá-los. Será quase impossível escapar. Uma vez nas malhas do hospital psiquiátrico, ora entrando, ora saindo, ora reentrando, o indivíduo não é mais uma pessoa, é um paciente, torna-se uma peça na engrenagem dessa fábrica de loucura. (SILVEIRA, 1992, p. 15).

Silveira defendia uma verdadeira transformação no campo da saúde mental, sendo considerada uma precursora da luta antimanicomial no Brasil. Segundo a psiquiatra, além da abolição do modelo institucionalizante — que ela chamava de carcerário — e dos métodos agressivos, um dos pontos centrais para essa reforma é a mudança de postura com relação às pessoas em sofrimento psíquico, que deve ser pautada na solidariedade e no respeito.

Aquilo que se impõe (à psiquiatria) é uma verdadeira mutação, tendo por princípio a abolição total dos métodos agressivos, do regime carcerário, e a mudança de atitude face ao indivíduo, que deixará de ser o paciente para adquirir a condição de pessoa, com direito a ser respeitada. (SILVEIRA, 1992, p. 14).

Tal pensamento vai ao encontro das afirmações de Joel Birman, em seu texto *A cidadania tresloucada* (1992), no qual pontua que a questão da reforma psiquiátrica está para além da própria psiquiatria, pois seu foco central é reformular a maneira como a sociedade lida com a questão da loucura.

[...] a problemática colocada pela reforma psiquiátrica insere a questão da assistência psiquiátrica como um dos seus temas e mesmo como um tema privilegiado, mas certamente a transcende, pois o que está em pauta de maneira decisiva é delinear um outro lugar social para a loucura na nossa tradição cultural. (BIRMAN, 1992, p. 73).

Birman (1992, p. 73) afirma que “o Estado brasileiro teria uma dívida real para com os doentes mentais em função de sua longa exclusão social” e pela degradação de seus laços sociais, consequências desse processo de isolamento. Segundo o autor, essa dívida se dá pelo desrespeito à condição de cidadão dos sujeitos em sofrimento psíquico, e tal processo é um dos elementos que contribuem para manter os indivíduos nessa situação. O estudioso aponta que, para confrontar o manicômio, é necessário transcender a noção de assistência psiquiátrica e buscar uma postura que parta de uma outra ordem de realidade, adotando um novo posicionamento político/pedagógico e ações que se originem de diferentes campos de atuação.

[...] a ideia de reforma psiquiátrica não se identifica absolutamente com a noção de assistência psiquiátrica, mas coloca algo de uma outra ordem teórica de realidade, assumindo então feições políticas diferentes, indicando outros campos possíveis de intervenção no espaço social. (BIRMAN, 1992, p. 73).

Já Henri Lefebvre (2008a), apesar de não se referir diretamente à luta antimanicomial, critica o nosso projeto de sociedade, o qual aponta como racionalista. Segundo o autor, o espaço urbano é formulado politicamente, ou seja, um projeto orientado por ideologias dominantes. Nesse sentido, Lefebvre (2008b) afirma que tanto o acesso ao espaço urbano e a seus fluxos materiais e imateriais — que o autor chama de *direito à cidade* — quanto a falta desse acesso são frutos do planejamento de indivíduos e instituições que detêm o poder.

De acordo com Lefebvre (2008a, p.139), o direito à cidade é o “direito à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais”. Para ele, esse é um direito universal; dessa maneira, se a estrutura manicomial é compreendida como uma estrutura que priva os cidadãos de seu direito à cidade de várias maneiras, seja pela desumanização das pessoas em sofrimento mental, seja pelo seu isolamento durante as internações nos hospitais

psiquiátricos, é possível afirmar que o pensamento de Lefebvre constitui uma reflexão que vai ao encontro da luta antimanicomial.

Entre estes direitos, recordemos: o direito à cidade (o direito a não ser afastado da sociedade e da civilização, num espaço produzido com vista a essa discriminação) e o direito à diferença (o direito a não ser classificado à força em categorias determinadas por potências homogeneizantes). (LEFEBVRE, 1973, p. 38).

Nise da Silveira, Joel Birman e Henri Lefebvre são autores críticos ao projeto racionalista da nossa sociedade. Apesar de não se referir diretamente à questão da luta antimanicomial, Lefebvre (2008) reflete sobre o direito universal à cidadania e, nesse sentido, dialoga com a crítica que Joel Birman (1992) faz ao Estado brasileiro, quando diz que este não reconhece os indivíduos em sofrimento psíquico como cidadãos. Essa crítica é presente também no pensamento de Nise da Silveira, ao apontar a desumanização das pessoas em situação de sofrimento psíquico e descrever o sistema que transforma esses indivíduos em peças de um esquema que envolve diversos atores sociais e interesses político-econômicos.

A principal diferença entre as teses de Silveira e Birman reside no fato de que, enquanto Nise da Silveira concentra suas críticas majoritariamente no universo da psiquiatria, do qual é oriunda, Birman traça um argumento cuja abrangência é mais ampla, debruçando-se sobre aspectos constitutivos do aparato estatal brasileiro e fazendo uma leitura que passa por um olhar acerca da sociedade como todo. Já Lefebvre parte de direitos universais, para apontar uma sociedade racionalista, cujo projeto tem como objetivo a invisibilização das pessoas que não se enquadrem nesse padrão.

Apesar da relevância de todos os autores citados, os conceitos de Luta Antimanicomial que mais se aproximam da presente pesquisa são o de Joel Birman e o de Nise da Silveira. Joel Birman enxerga a questão do manicômio como uma questão cultural e conclama, portanto, ações de diversos campos do conhecimento para fomentar tal transformação. Além disso, Birman traz uma discussão que avalia especificamente o contexto brasileiro e proporciona um arcabouço que dá a possibilidade de interpretar a complexa conjuntura sociopolítica que envolve o universo da saúde mental no país.

A crítica de Birman concebe, dessa forma, a luta antimanicomial como um movimento político e, a partir disso, permite arquitetar posicionamentos e ações de uma maneira mais consciente. Nise da Silveira também situou a questão da loucura no campo cultural, partindo de ações artísticas desenvolvidas com e pelos pacientes, que visavam, além de avanços no processo

terapêutico, ao questionamento da postura da sociedade com relação aos indivíduos em situação de vulnerabilidade psicossocial.

Diante desse cenário e considerando o conceito de Luta Antimanicomial presente nesta investigação, o manicômio representa uma visão de mundo conservadora, que só poderá ser completamente transformada por meio do campo cultural, processo que, certamente, será impulsionado por perspectivas artivistas, geradas a partir do protagonismo das pessoas em sofrimento psíquico. À luz dessas reflexões, são ratificadas aqui as proposições do I Encontro Nacional da Luta Antimanicomial, que ocorreu em Salvador/BA, no ano de 1993. De acordo com Amarante e Nunes (2018), naquela ocasião, foi consolidado um dos fundamentos da Reforma Psiquiátrica: “trata-se da concepção de que, se o objeto da mudança seria no âmbito da cultura, das práticas culturais, a estratégia também deveria ser cultural. Surge aí a proposta de trabalhar com a cultura como meio e como fim”. (AMARANTE; NUNES, 2018, p. 2.071).

Seguindo essa lógica, a Luta Antimanicomial implica a valorização da criatividade desses indivíduos e o reconhecimento da grande potência de sua capacidade de criar, dialogando através dela. Nesse mesmo sentido, Freire e Shor (1986, p. 20) destacam que “[...] a criatividade na pedagogia está relacionada com a criatividade na política. Uma pedagogia autoritária, ou um regime político autoritário, não permite a liberdade necessária à criatividade e é preciso criatividade para se aprender.”.

Portanto, para esta iniciativa, a Luta Antimanicomial é uma luta pelo direito de ser, uma luta pelo direito à diversidade e uma luta contra a tortura e a desumanização do outro. Além disso, é uma luta por cidadania e pela garantia do direito das pessoas em situação de sofrimento psíquico de ocuparem a cidade e seus meios. Embora perceba a discussão manicomial como situada no campo da cultura, esta pesquisa também destaca que tal questão passa por ações diretas e medidas que devem ser cobradas do Estado brasileiro.

Segundo Anelize Moreira (2019), até maio de 2019, existiam cerca de 16.000 leitos psiquiátricos no país, e a gestão federal à época vinha aumentando o volume de investimentos em instituições que seguem o modelo de internações. Em matéria publicada no *site* do Ministério da Cidadania, em março de 2021, consta a afirmação de que "os hospitais psiquiátricos também são considerados essenciais no processo de reinserção social".²³ Conforme salienta Ilka Soares (2006), essa é uma contradição explicitada pelo simples fato de, historicamente, tais instituições serem situadas às margens do espaço urbano, em regiões limítrofes da cidade, o que por si só já dificulta o processo de reinserção. Nas palavras de Joel

²³ Mais informações podem ser acessadas em: <https://acesse.one/WbkCL>

Birman (1992, p. 75), o indivíduo em situação de sofrimento psíquico é “instalado forçosamente na periferia do espaço social, nos confins do espaço urbano, nos limites da cidade e da razão [...]”.

No âmbito deste trabalho, a luta antimanicomial e a reforma psiquiátrica são percebidas como um processo urgente, que deve ser encaminhado sob um olhar que priorize sempre a qualidade de vida das pessoas em sofrimento psíquico. Além de propor um novo modelo, é necessário encarar uma realidade que ainda é presente e considerar que, apesar de se tratar de uma questão do campo das políticas públicas, é fundamental pensar cuidadosamente nos efeitos diretos de tais movimentações sobre a vida desses indivíduos, usurpados de sua condição de cidadania. Nesse contexto, é preciso também nunca esquecer que hospital não é lugar para se morar.

Vale ressaltar que o conceito de Luta Antimanicomial aqui defendido vai ao encontro do inciso sexto da Lei da Reforma Psiquiátrica, segundo o qual é direito das pessoas portadoras de transtornos mentais “ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis” (BRASIL, 2001, p. 2). Nesse sentido, a Educomunicação e a Expressão Comunicativa por meio da Arte podem ser verdadeiras aliadas dessa luta e se tornarem — além de instrumentos de denúncia — agentes na redução de danos para os usuários das unidades de cuidado da saúde mental no Brasil. Esta pesquisa busca reforçar e traçar estratégias que fomentem uma histórica — porém ainda vanguardista — abordagem cultural com relação à questão da loucura.

De acordo com Walter Melo (2013), Luiz Cerqueira — discípulo de Ulysses Pernambucano e um dos pioneiros da reforma psiquiátrica no Brasil — apontava, já em 1964, que a prática coletiva de criação de um jornal, feito pelas pessoas em tratamento e tendo como base “a livre expressão”, poderia ser um importante instrumento de promoção do Bem Viver.

O explícito fator de comunicação de um jornal concebido pelas próprias pessoas em tratamento pode preparar o terreno para a organização de grupos com a mesma característica: informar. Assim como as demais atividades, o jornal possui como base a livre expressão, podendo inclusive surgir críticas aos técnicos da instituição. (MELO, 2013, p. 48).

Melo (2013, p. 50) pontua que, para Cerqueira, uma das condições necessárias para a busca por saúde mental e por integração social das pessoas em sofrimento psíquico seria “possibilitar a livre expressão em qualquer tipo de atividade”. Nesse sentido, o pensamento de uma ação midiática protagonizada pelas pessoas em situação de sofrimento mental e baseada na livre expressão, apontada por Luiz Cerqueira como estratégia para combater a lógica manicomial, dialoga com o pensamento educ comunicativo e com a presente proposta.

Quais são os meios de comunicação disponíveis, cujo livre acesso pelas pessoas em sofrimento mental é garantido pela Constituição? A análise do pensamento de Nise da Silveira (2015) permite afirmar que o afeto é um meio de comunicação, pelo qual o terapeuta se aproxima do universo do paciente? O estudo da Expressão Comunicativa por meio da Arte autoriza a compreensão desse campo como um meio de comunicação? Freire (2013) afirma que o modo por meio do qual o indivíduo se relaciona com o mundo é um processo criativo. Nesse sentido, a criatividade pode também ser um meio de comunicação?

A etimologia da palavra mídia, do latim *media* (plural de meio), se refere à mediação, ou seja, ao encontro. As pessoas em situação de vulnerabilidade psicossocial têm direito ao encontro, sejam esses encontros promovidos por meio das mídias, da arte, do afeto ou do livre acesso aos demais meios de comunicação disponíveis. Sob essa ótica, a questão da loucura, em partes, pode ser compreendida como uma questão de (ou da falta de) comunicação? De modo geral, é nomeado louco aquilo — ou quem — não é entendido, ou seja, aquilo com o que não nos comunicamos. Nesse sentido, Foucault (1996) ressalta que é a partir da comunicação que se reconhece e exclui o louco, cujos discursos não podem circular como os do restante da sociedade.

Se é direito da pessoa portadora de transtornos mentais ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis, trata-se do direito, garantido por lei, à construção dialógica (arteducomunicativa ou não) da busca por maneiras diferentes de se relacionar — ou se comunicar — com a questão da loucura. É necessário, pois, reconhecer a responsabilidade coletiva e constitucional de busca pela construção transdisciplinar de diferentes meios de comunicação disponíveis, para estabelecer novas formas de relacionamento com as pessoas em situação de sofrimento psíquico.

2.4 Sustentabilidade

Para Davide Brocchi, autor do texto *The Cultural Dimension of Sustainability* [A Dimensão Cultural da Sustentabilidade] (2008), a sustentabilidade é um processo cultural, que, além de questões ecológicas, deve visar à igualdade, à paz, à democracia e aos processos de justiça social.

Pelo menos na teoria, sabe-se que questões de justiça social, paz, democracia, autoconfiança, ecologia, mudanças climáticas e qualidade de vida estão intimamente relacionadas. [...] Os objetivos do modelo de desenvolvimento da sustentabilidade podem ser resumidos da seguinte maneira: – Superação da crise global do meio ambiente; – Satisfação das necessidades básicas de todas as pessoas; – Justiça intra e intergeracional (e isso abrange também as questões relacionadas a paz e democracia); – Equilíbrio entre as demandas ecológicas, econômicas e sociais. (BROCCHI, 2008, p. 32, tradução nossa).²⁴

Brocchi (2008, p. 26) afirma que, se a crise global tem causas que se originam no âmbito da cultura, sua solução se dará a partir do campo cultural. O autor vai além e afirma que o principal desafio da sustentabilidade é transformar sistemas e culturas de dentro para fora. Nesse sentido, sua discussão vai ao encontro do pensamento de Kagan (2008), que também enxerga a sustentabilidade como um processo cultural, que pode ser fomentado a partir de ações que estimulem a reflexão dos indivíduos. “Sustentabilidade, como um processo de transformação cultural, depende do avanço das habilidades dos educandos (indivíduos e organizações). Essas habilidades se referem ao desenvolvimento de diferentes tipos de reflexividade [...]” (KAGAN, 2008, p.16, tradução nossa)²⁵.

Kagan se refere ao campo da Sustentabilidade como uma área de transformação cultural que envolve a transdisciplinaridade, a ética e a reflexividade. O autor se debruça sobre o universo das Artes, pois acredita que esse seja um dos caminhos para promover tais transformações no campo da cultura. Ele analisa a interface dos processos de promoção da sustentabilidade através das artes e pensa essa relação em diversos âmbitos da vivência e da prática artística. Nesse sentido, Kagan afirma que uma abordagem artística pressupõe uma postura ética do indivíduo e um comprometimento com a diversidade e a autonomia dos participantes.

²⁴ No original: At least in the theory it is acknowledged that the questions of social justice, peace, democracy, self-reliance, ecology, climate change and quality of life are closely connected. [...] The goals of the development-model of Sustainability could be summarized in the following way: - To overcome the global environmental crisis - To satisfy the basic needs of all the people - Intra- and intergenerational justice – and it concerns also the questions of peace and democracy - Balance between the ecological, economic and social demands.

²⁵ No original: Sustainability, as a cultural change process, requires also the advancement of learners’ skills and competencies (learners being both individuals and learning organizations). The skills imply the development of different types of reflexivity [...].

[...] a sustentabilidade nas artes está relacionada aos processos pelos quais se desenvolvem as atividades intrínsecas ao campo artístico: processos de busca, de pesquisa, de aprendizado, de trabalho. Esses processos envolvem nossa reflexividade sobre nós mesmos em um sentido amplo (desde aspectos individuais até as estruturas de poder). Eles desenvolvem habilidades reflexivas de variados tipos, apelando a uma diversidade de qualidades humanas, além dos tipos limitados da racionalidade, reproduzidos pela maioria dos discursos científicos[...] sustentabilidade nas artes se relaciona a uma série de valores, a um questionamento ético sobre os significados e consequências da justiça no mundo contemporâneo. Sustentabilidade significa o compromisso do ator social com uma cultura aberta, que reconhece a diversidade cultural e favorece políticas participativas e descentralizadas [...]. (KAGAN, 2008, p. 18, tradução nossa)²⁶

Já Acosta (2016), em seu livro *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*, apesar de não se referir diretamente ao termo sustentabilidade, oferece um conceito equivalente à noção de sustentabilidade cultural, apontada por Brocchi (2008) e Kagan (2008). Acosta utiliza o conceito de Bem Viver como uma chave para discutir e solucionar questões ambientais, aplicando “respostas aos devastadores efeitos das mudanças climáticas” (2016, p. 33), bem como uma ferramenta contra-hegemônica em busca de justiça social. O autor pensa a construção do Bem Viver como um elemento de fomento à democracia e de fortalecimento das reivindicações de grupos marginalizados.

Nessa direção, estava pensando no conceito de "Bem-Viver", que faz uma crítica à noção ocidental de bem-estar, rompe com a relação binária Homem-Natureza e assume uma perspectiva política, propondo algumas alternativas: "Se o desenvolvimento trata de “ocidentalizar” a vida no planeta, o Bem Viver resgata as diversidades, valoriza e respeita o “outro”. O Bem Viver emerge como parte de um processo que permitiu empreender e fortalecer a luta pela reivindicação dos povos e nacionalidades, em sintonia com as ações de resistência e construção de amplos segmentos de populações marginalizadas e periféricas. Em conclusão, o Bem Viver é eminentemente subversivo. Propõe saídas descolonizadoras em todos os âmbitos da vida humana. O Bem Viver não é um simples conceito. É uma vivência." (ACOSTA, 2016, p. 82).

Segundo Acosta, o Bem Viver é um processo, uma vivência, uma perspectiva político-cultural de relação com o outro e com a natureza. Nesse sentido, percebem-se paralelos

²⁶ No original: [...] sustainability in the arts relates to the processes by which arts-related activities are carried out: search processes, research processes, learning processes, working processes. These processes involve all-out reflexivity about ‘ourselves’ in a wide sense (from individual routines to social institutions to power networks). They develop reflexivity skills of different types, appealing to a diversity of human qualities, beyond the limited types of rationality tapped by most scientific discourses [...] sustainability in the arts relates to an ensemble of values, an ethical enquiry into the meanings and implications of justice or rather justices in the contemporary world. Sustainability implies that social actors bear normativity. Not any kind of normative frame, but a clearly ‘open culture’, one that acknowledges cultural diversity, favors participatory polyarchic polities [...].

com o conceito de Sustentabilidade proposto por Brocchi (2008), quando este destaca que sustentabilidade é um processo cultural que deve visar, além das questões ecológicas, a ideais democráticos de justiça social. Outro paralelo presente no texto de Acosta se encontra na crítica que o autor faz ao desenvolvimentismo, afirmando que tal modelo é nocivo ao equilíbrio ecológico e social.

O desenvolvimento, enquanto proposta global e unificadora, desconhece violentamente os sonhos e as lutas dos povos subdesenvolvidos. A negação agressiva do que é próprio desses povos foi muitas vezes produto da ação direta ou indireta das nações consideradas desenvolvidas: recordemos, por exemplo, a atuação destrutiva da colonização ou das próprias políticas do FMI. Além disso, agora sabemos que o desenvolvimento, enquanto reedição dos estilos de vida dos países centrais, é irrepitível em nível global. Tal estilo de vida consumista e predador, ademais, está colocando em risco o equilíbrio ecológico. E, cada vez mais, marginaliza massas de seres humanos de suas supostas vantagens. Nem sequer a fome — que não é uma questão de falta de alimentos — foi erradicada do planeta. (ACOSTA, 2016, p. 50).

Essa crítica ao conceito de desenvolvimento, inserida na discussão sobre sustentabilidade, encontra eco nas proposições de Brocchi (2008), que aponta um desencontro entre o desenvolvimentismo e a agenda sustentável. Brocchi afirma que o *establishment* — governos, empresas e alguns indivíduos — querem um desenvolvimento sustentável sem mudanças radicais e que uma cultura verdadeiramente sustentável seria o mesmo que uma revolução.

O debate da sustentabilidade tem vários pontos fracos. Primeiramente, o desencontro entre as metas da agenda sustentável e o desenvolvimentismo parece aumentar cada vez mais. A realização das quatro metas da sustentabilidade mencionadas acima iria equivaler a uma revolução. Porém, muitos governos, companhias e pessoas desejam um desenvolvimento sustentável sem transformações radicais. (BROCCHI, 2008, p. 33, tradução nossa).²⁷

Os três autores pensam a Sustentabilidade como um processo cultural que passa por uma transformação da mentalidade dos indivíduos e que deve visar, além de questões ecológicas, à igualdade, à democracia e à justiça social. Apesar de não se referir diretamente ao termo sustentabilidade, Acosta (2016) usa o conceito de Bem Viver para ponderar sobre uma

²⁷ No original: The debate on Sustainability has also got several weak points. First the gap between sustainable goals and real development seems to become wider and wider. The consequent realization of the four above-mentioned goals of Sustainability would equal a revolution. But many governments, companies and people desire sustainable development without radical changes.

postura político-cultural que almeja o equilíbrio entre as demandas ambientais e sociais. Acosta, Kagan e Brocchi entendem que a reivindicação por cidadania de populações marginalizadas é um elemento fundamental na busca por sustentabilidade. Além disso, os estudiosos refletem sobre perspectivas culturais que fomentem o protagonismo desses indivíduos.

Embora Acosta não utilize o termo sustentabilidade, suas colocações acerca do conceito do Bem Viver são muito próximas às proposições de Brocchi (2008). Kagan (2008) também parte de princípios semelhantes, porém se debruça sobre o processo artístico para pensar o conceito de Sustentabilidade Cultural, entendendo a arte como um disparador para tais transformações. Pela proximidade com o campo artístico e por uma visão que pensa a qualidade de vida de todos os indivíduos como um elemento central do equilíbrio sustentável, os conceitos de Sustentabilidade que mais se aproximam desta pesquisa são, respectivamente, os de Kagan e Acosta.

O conceito de Acosta nasce de uma oposição à ideia ocidental de bem-estar, um bem-estar individualista e despolitizado. As práticas do presente trabalho visam à promoção do bem-estar das pessoas em sofrimento mental, porém esse processo jamais se daria de uma maneira apolítica, pois, em uma sociedade racionalista e manicomial, a promoção da qualidade de vida desses indivíduos é um ato político, um ato de promoção do Bem Viver. Por isso, o objetivo deste trabalho não é apenas proporcionar um momento de lazer para essas pessoas, mas buscar a promoção de sua autonomia e questionar o projeto de sociedade que visa privá-las de sua cidadania.

Além da luta contra a violência institucional, a opressão e a exclusão social dos sujeitos em sofrimento mental, em busca da extinção dos manicômios, registra-se uma visão que pode ser considerada como de discriminação produtiva, promocional dos direitos humanos; que é a do reconhecimento da diversidade dos sujeitos em sofrimento mental ou vulnerabilidade psicossocial. Isso implica em não apenas defendê-los da violência, mas em reconhecer a sua diversidade cultural e em promovê-la enquanto emancipação, cidadania, capacidade de trocas sociais e formas de reprodução das subjetividades. (AMARANTE; TORRE, 2017, p. 766).

No presente trabalho, a noção de Sustentabilidade é de natureza transdisciplinar, pois envolve diversas áreas do conhecimento — arte, mídias, saúde mental etc. — para fomentar a autonomia das pessoas em situação de vulnerabilidade psicossocial e estimular o seu Bem Viver. Nesse sentido, é um conceito, segundo o qual a ideia de equilíbrio passa, necessariamente, pela questão da justiça social e do direito à cidadania dos indivíduos em situação de sofrimento psíquico. Esta iniciativa recusa um conceito elitista de sustentabilidade,

como apontado por Brocchi (2008). Ou a busca por sustentabilidade é um processo que considera a realidade social/econômica do universo onde pretende atuar ou não é sustentabilidade. “O Bem Viver será para todos e todas, ou não será.” (ACOSTA, 2016, p. 240).

Sustentabilidade, portanto, é uma busca por transformação cultural por meio da arte, assim como apontado por Kagan (2008); pretende fomentar o Bem Viver dos participantes pelo seu protagonismo e pelas práticas artísticas, combater a invisibilização e o isolamento das pessoas em sofrimento mental, possibilitando novas reflexividades. Essa perspectiva vai ao encontro do pensamento de Acosta (2016), quando este afirma que o Bem Viver só é possível a partir do fortalecimento das reivindicações de populações marginalizadas. Nesta pesquisa, é impossível conceber a sustentabilidade sem pensar as violações dos direitos das pessoas em sofrimento psíquico. Manicômio — cultural ou material — é incompatível com sustentabilidade, ou seja: a busca pela sustentabilidade é uma busca pelo fim dos manicômios e da mentalidade manicomial.

Neste estudo, a ideia de sustentabilidade é uma tentativa de *arreganhar* as janelas do manicômio, presentes no olhar da sociedade racionalista e *esfregar* a arte e a narrativa protagonizada pelos sujeitos em sofrimento psíquico *na cara* desses indivíduos e instituições. É contestar a Psiquiatria que, de acordo com Nise da Silveira, insiste em *desviar a vista* e enxergar nessas obras apenas “reflexos de sintomas e de ruína psíquica” (SILVEIRA, 2015, p. 17). Mais do que isso, é a busca por fomentar, dentro dos usuários da Rede de Atenção Psicossocial, o entendimento sobre si mesmos como indivíduos criativos, autores e autoras, artistas e cidadãos que têm o direito de pronunciar sua realidade e criar um mundo mais sustentável a partir da reverberação de suas vozes.

Os conceitos apresentados nesta proposta se relacionam entre si e com os nossos objetivos. A Educomunicação e sua interface artística — Expressão Comunicativa por meio da Artes — são compreendidas como fomentadores de um processo de Sustentabilidade, consonante com a questão da Luta Antimanicomial. Sob essa ótica, acredita-se que a prática artística — coletiva ou individual —, aliada ao exercício da criação, pode estimular o desenvolvimento de um ecossistema mais afetivo e dialógico no universo da saúde mental. Nessa mesma direção, a Luta Antimanicomial é compreendida como uma luta pelo direito dos indivíduos de se pronunciarem e pronunciarem o mundo à sua maneira, criativamente — capacidade oriunda ao ser humano. Além disso, a luta pelo fim do manicômio é uma luta pelo direito à cidadania das pessoas em situação de vulnerabilidade psicossocial e uma mudança que se dá no campo da cultura.

As concepções de Educomunicação, Expressão Comunicativa por meio da Arte, Luta Antimanicomial e Sustentabilidade desenvolvidas neste capítulo se aproximam dos pilares do Pipaus. O conceito de Educomunicação aqui desenvolvido tem relação estreita com tais parâmetros, pois parte da proposição de práticas artísticas/educativas para promover ocupações artísticas urbanas, tanto no espaço físico quanto midiático. Desse modo, visa fomentar o protagonismo das pessoas em sofrimento mental e amplificar sua reivindicação pelo direito à cidade, ratificando seu compromisso com as Urbanidades.

Assim sendo, o modo como o conceito de Expressão Comunicativa por meio da Arte é aplicado se inspira em Nise da Silveira para propor um pensamento e uma prática artística livre, indicando o uso de diferentes linguagens — música, performance, mídias digitais, improviso, etc. —, a fim de promover estratégias que aspirem ao Bem Viver dos sujeitos em sofrimento psíquico. Dessa maneira, busca-se o incentivo a uma postura solidária no relacionamento humano, estimulando processos de sustentabilidade cultural, em consonância com as ideias de Kagan (2008).

Além do mais, ao inspirar-se em Ismar de Oliveira Soares (2014) e confrontar o racionalismo que pauta a sociedade, esta iniciativa adota uma nova postura existencial, que preza os aspectos afetivos, criativos e solidários das relações humanas. Sob esse viés, a Educomunicação vai ao encontro do conceito de Sustentabilidade proposto pelo Pipaus (2015), que a compreende como um campo que transcende as ciências naturais, que, por sua vez, corrobora a perspectiva de Kagan (2008), para quem Sustentabilidade é um processo cultural.

Conjugando esses saberes, a ação educacional do presente trabalho concebe a cultura como o ponto de partida para a transformação do modo como a sociedade compreende e trata as pessoas em sofrimento psíquico. Nesse sentido, o potencial dialógico das artes e a dimensão emocional da expressão artística são elementos que confirmam o principal objetivo do campo educacional, que, de acordo com Soares (2014), é a formação de ecossistemas comunicativos abertos e criativos. A partir do diálogo incentivado e ressignificado pela prática artística e da ocupação dos *media* — tradicionais e digitais — por esses processos, é possível contribuir com uma pronúncia mais democrática do mundo, que, conforme explica Lefebvre (2008), passa pelo direito de ocupar a cidade e seus meios, o que inclui o âmbito cultural e o espaço midiático.

Da mesma maneira, a percepção relativa à luta antimanicomial desenvolvida nesta pesquisa se conecta diretamente com as Artes, as Urbanidades e a Sustentabilidade. Relaciona-se com as Artes, pois pensa a prática artística como um caminho para a redução de danos no universo da saúde mental brasileira e o ativismo protagonizado pelas pessoas em

sofrimento mental como um modo de resistência e contestação da ótica manicomial. Além disso, concebe a ocupação dos *media*, com registros dos processos arteduo comunicativos,²⁸ como um modo de amplificar essa ação ativista.

No que diz respeito às Urbanidades, a presente leitura sobre a luta antimanicomial parte de um entendimento a respeito das proposições de Joel Birman (1992), quando este se refere à cidadania das pessoas em situação de sofrimento psíquico. O pensamento de Birman localiza a questão da luta antimanicomial no campo da cultura e, mais especificamente, no cerne do aparato estatal brasileiro, que o autor aponta como devedor em relação às pessoas em sofrimento psíquico, em função de sua longa exclusão social. Birman ressalta o aspecto da localização dos hospitais psiquiátricos — afastada do centro urbano — e a interpreta como um símbolo da marginalização imposta a esses indivíduos.

Tal ótica converge com os preceitos das Urbanidades apontados por Lefebvre (2008), quando o estudioso afirma que o espaço urbano é fruto de um projeto ideológico racionalista, idealizado por uma sociedade obcecada pelo rigor e intolerante às diferenças. Nesse sentido, a pesquisa se relaciona com as Urbanidades ao pensar o projeto de sociedade e a questão da cidadania das pessoas em sofrimento mental, inserida no contexto das demandas sustentáveis, que só serão efetivadas a partir da transformação cultural.

Esse processo de transformação envolve uma série de questionamentos acerca do *status quo* e, neste trabalho, tais questionamentos serão disparados por ações artemidiáticas²⁹, protagonizadas pelos usuários da Rede de Atenção Psicossocial. Desta maneira, o modo como a luta antimanicomial é compreendida também vai ao encontro do conceito de Sustentabilidade cultural, apontado por Kagan (2008) como um processo que requer o desenvolvimento de diversas perspectivas de reflexividade.

Ao se basear em autores como Davide Brocchi (2008), que corrobora a ênfase cultural acerca da sustentabilidade e a aponta como um processo que objetiva não somente perspectivas ambientais/ecológicas, como também a justiça social e a democracia, o conceito de Sustentabilidade aqui desenvolvido dialoga com os posicionamentos do Pipaus. O Programa se inspira em Kagan (2008), que insere essa problemática no campo das Artes, ressaltando um

²⁸ Termo usado por Mauricio Virgulino Silva, vice-presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educação, em sua tese doutoral *Cartas a Teodora: confluências entre a Abordagem Triangular do Ensino das Artes e Culturas Visuais e a Educação para uma arteducação decolonial*. O autor usa o termo para se referir à interface Educação e Arte-educação.

²⁹ Artemídia é um termo adotado por Marciel Consani (2017) para debater a proximidade entre Educação, Arte-educação, mídia e práticas artísticas.

viés ativista que visa ao equilíbrio entre as demandas sociais e a proteção ao meio ambiente, postura que encontra ressonância no presente trabalho.

Essa relação com as propostas de Kagan fica explícita, já que esta pesquisa considera a prática ativista protagonizada por pessoas em situação de vulnerabilidade psicossocial como um modo de promover a sustentabilidade. A partir da leitura de autores como Brocchi, Kagan e Acosta (2016), entende-se que a Sustentabilidade deve lutar pelo fim dos manicômios e da ótica manicomial presente na sociedade, ou não poderá ser chamada de sustentável, pois só existe a partir de um contexto que busca a justiça social.

O próximo capítulo é dedicado ao objeto de pesquisa, ou seja, as práticas educacionais realizadas no CAPS de São João del-Rei, espaço integrante da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). São abordadas possíveis ações e questões específicas da unidade, bem como o histórico de surgimento dos CAPS e da RAPS, como frutos das articulações da Reforma Psiquiátrica no país, que se desenvolvem no contexto da criação e do fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), originado a partir da Constituição Federal de 1988.

3 PRÁTICAS EDUCOMUNICATIVAS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Antes de adentrar as práticas educomunicativas desenvolvidas no CAPS, é importante apresentar o processo histórico que resultou na sua criação: a história dos CAPS caminha lado a lado com a história da Reforma Psiquiátrica Brasileira. Os CAPS são elemento fundamental da Rede de Atenção Psicossocial e surgem como proposta de um novo modelo de atenção no campo da Saúde Mental, em oposição à lógica manicomial.

Os CAPS são instituições destinadas a acolher os pacientes com transtornos mentais, estimular sua integração social e familiar, apoiá-los em suas iniciativas de busca da autonomia, oferecer-lhes atendimento médico e psicológico. Sua característica principal é buscar integrá-los a um ambiente social e cultural concreto, designado como seu “território”, o espaço da cidade onde se desenvolve a vida cotidiana de usuários e familiares. Os CAPS constituem a principal estratégia do processo de reforma psiquiátrica. (BRASIL, 2004, p. 9).

Apesar de seu surgimento estar relacionado a articulações e movimentos protagonizados por organizações ligadas à luta antimanicomial, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental, fundado em 1978, o surgimento do Sistema Único de Saúde, previsto na Constituição de 1988 e instituído em 1990, teve um papel importante no fortalecimento das políticas públicas que consolidaram os CAPS. Essa conjuntura é marcada pelo período de redemocratização, quando houve um fortalecimento da luta pelos direitos humanos. A seguir, são elencados alguns eventos históricos que marcam esse processo de uma maneira ampla e, na sequência, apresenta-se especificamente o CAPS del-Rei.

3.1 Origens da Reforma Psiquiátrica no Brasil

De acordo com o texto *Reforma Psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil*, publicado em 2005, pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2005), 1978 marca o início da articulação em prol dos direitos das pessoas em sofrimento psíquico no país. Naquele ano, é fundado o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), composto por trabalhadores integrantes do movimento sanitário, pessoas com históricos de internações, familiares, sindicalistas etc. Esse movimento surge da revolta com relação às condições desumanas dos hospitais psiquiátricos e constantes violações de direitos humanos nos

manicômios. Assim, começam a se desenhar as primeiras orientações para a mudança no nosso modelo de assistência.

De acordo com Amarante e Nunes (2018, p. 2.068), em 1978, também ocorreu o V Congresso Brasileiro de Psiquiatria, “praticamente ocupado pelos participantes do movimento”. No evento, estiveram presentes nomes como: “Franco Basaglia, Robert Castel, Felix Guattari, Ronald Laing, Donald Cooper, Howard Becker, Thomas Szasz dentre outros”, referências internacionais para a luta antimanicomial. Esse contato gerou vínculos e articulações entre os autores de renome e a militância brasileira, o que fez com que alguns desses pensadores passassem a visitar o país, impulsionando o processo de reforma psiquiátrica nacional.

Após um primeiro evento, em 1979, o MTSM promove, no ano de 1987, o II Congresso Nacional do MTSM, com o lema “Por uma sociedade sem manicômios”. Naquele mesmo ano, ocorreria a I Conferência Nacional de Saúde Mental. Segundo Amarante e Nunes (2018), essa conferência fazia parte de um movimento que revolucionaria as formas de participação social na elaboração das políticas públicas e teve participação ativa do MTSM em sua elaboração. Também em 1987, primeiro CAPS é fundado no Brasil, especificamente na cidade de São Paulo.

3.2 O surgimento do SUS e a Lei da Reforma Psiquiátrica

Juntamente à Constituição de 1988, é criado o Sistema Único de Saúde (SUS), articulando as gestões federal, estaduais e municipais do governo e gerenciado socialmente pelos Conselhos Comunitários de Saúde. De acordo com Amarante (2018), a autonomia trazida pela implementação do SUS propiciou intervenções e a articulação de uma rede substitutiva aos hospitais psiquiátricos. Entre 1991 e 1992, os CAPS são integrados à tabela do SUS, pelas portarias 189 e 224. Essas portarias fomentaram o aumento numérico dos Centros de Atenção Psicossocial e seu fortalecimento. Apesar disso, Amarante pontua que acabaram limitando sua autonomia.

De acordo com Heidrich, Berndt e Dias (2015), em 1992, ocorreu a II Conferência Nacional de Saúde Mental, sendo antecedida por 24 conferências estaduais e 150 conferências municipais. Ela foi realizada após a Declaração de Caracas (1990), na qual o Brasil assinou o compromisso de reestruturação de suas políticas de saúde mental. Apesar de a Reforma Psiquiátrica ter começado a se estruturar mais nesse período, em 2000, o Brasil tinha apenas 208 CAPS, e 93% dos recursos do Ministério da Saúde para o campo da Saúde Mental tinham como destino os hospitais psiquiátricos (BRASIL, 2005).

Em 1989, o deputado Paulo Delgado dava entrada no projeto de lei que propunha a regulamentação dos direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade psicossocial, mais tarde conhecida como a Lei da Reforma Psiquiátrica. Esse projeto de lei demorou 12 anos para ser tramitado e, somente em 2001, foi sancionada a Lei Federal 10.216, visando à proteção das pessoas em sofrimento psíquico, à extinção dos manicômios e a mudanças nas políticas de saúde mental, privilegiando o tratamento em serviços de base comunitária, como é o caso do CAPS.

Assim, a Lei Federal 10.216 redireciona a assistência em saúde mental, privilegiando o oferecimento de tratamento em serviços de base comunitária, dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais, mas não institui mecanismos claros para a progressiva extinção dos manicômios. (BRASIL, 2005, p. 8).

Em 2001, ocorre também a III Conferência Nacional de Saúde Mental, que pedia, entre outras coisas, “a extinção de todos os leitos em hospitais psiquiátricos no Brasil até 2004” (HEIDRICH; BERNDT; DIAS, 2015, p. 6) e pensava políticas públicas e propostas para o SUS nesse sentido. Esse evento e a sanção da Lei da Reforma Psiquiátrica trouxeram um novo andamento ao processo antimanicomial brasileiro, que ganhou consolidação e visibilidade. O Ministério da Saúde criou linhas para financiar os serviços da rede substitutiva aos hospitais psiquiátricos e mecanismos para a fiscalização das instituições. A partir desse momento, os CAPS vivenciariam um grande crescimento. Em 2004, aconteceu o I Congresso Brasileiro de Centros de Atenção Psicossocial, que reuniu dois mil trabalhadores e usuários do CAPS, em São Paulo.

3.3 O CAPS como elemento central da rede substitutiva

Mais de vinte anos após a criação da Lei da Reforma Psiquiátrica, os CAPS se consolidaram como elemento central desse processo, colocando-se como importante aparato para a superação da lógica hospitalocêntrica. Além de amparo médico, os CAPS têm como ideal a integração de seus usuários na sociedade, fomentando processos culturais e vivências que propiciem a relação do indivíduo com seu território cotidiano (BRASIL, 2004).

Um país, um estado, uma cidade, um bairro, uma vila, um vilarejo são recortes de diferentes tamanhos dos territórios que habitamos. Território não é apenas uma área geográfica, embora sua geografia também seja muito importante para caracterizá-lo. O território é constituído fundamentalmente pelas pessoas que nele habitam, com seus conflitos, seus interesses, seus amigos, seus vizinhos, sua família, suas instituições, seus cenários (igreja, cultos, escola, trabalho, boteco etc.). É essa noção de território que busca organizar uma rede de atenção às pessoas que sofrem com transtornos mentais e suas famílias, amigos e interessados. (BRASIL, 2004, p. 11).

De acordo com o texto *Saúde mental no SUS: os Centros de Atenção Psicossocial*, do Ministério da Saúde, publicado em 2004, os objetivos do CAPS são: a prestação de atendimentos diários, o gerenciamento de projetos terapêuticos personalizados, propiciando um cuidado clínico eficiente e a promoção de ações que envolvam “educação, trabalho, esporte, cultura e lazer” (BRASIL, 2004, p. 13), visando à inserção social dos indivíduos. Além disso, são responsabilidades dos CAPS o suporte e a supervisão dos serviços de saúde mental no território, a regulagem do acesso à rede de assistência em saúde mental e a coordenação de atividades de supervisão dos hospitais psiquiátricos que atuem nesse território.

No que se refere à estrutura, o documento afirma que os Centros de Atenção Psicossocial devem ter

consultórios para atividades individuais (consultas, entrevistas, terapias); salas para atividades grupais; espaço de convivência; oficinas; refeitório (o CAPS deve ter capacidade para oferecer refeições de acordo com o tempo de permanência de cada paciente na unidade); sanitários; área externa para oficinas, recreação e esportes. (BRASIL, 2004, p. 14).

As ações podem, inclusive, ultrapassar a estrutura física do Centro, ocupando ruas, palcos e demais espaços cotidianos da vida e territórios dos participantes.

Os Centros de Atenção Psicossocial são compostos por equipes que podem incluir psiquiatras, neurologistas, pediatras, psicólogos, enfermeiros, terapeutas ocupacionais, artesãos, professores de educação física, pedagogos, fonoaudiólogos, assistentes sociais etc. Esses profissionais podem variar de acordo com o projeto terapêutico e com a modalidade do CAPS, que atualmente se divide em cinco categorias: CAPS I, CAPS II, CAPS III, CAPSi e CAPSad.

3.3.1 Os tipos de CAPS

De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2004), os CAPS I e os CAPS II são pensados para atender diariamente a população adulta. Os CAPS I são designados para municípios com população entre 20.000 e 70.000 habitantes; os CAPS II funcionam em cidades de 70.000 a 200.000 habitantes. Além disso, devido à diferença numérica entre a população atendida, a equipe dos CAPS II conta com mais trabalhadores. Já os CAPS III funcionam durante dia e noite, sete dias da semana e são voltados para a população adulta. Situados em municípios com mais de 200.000 habitantes. Em razão dessas características, os CAPS III também têm uma equipe maior que os demais.

Os CAPSi são voltados para crianças e adolescentes com transtornos mentais e localizam-se, assim como os CAPS III, em municípios que ultrapassam os 200.000 habitantes. Os CAPSad, por sua vez, são direcionados a indivíduos com questões relacionadas à dependência química e à utilização de substâncias como álcool e outras drogas; encontram-se em cidades com mais de 100.000 habitantes e contam com leitos de repouso, “com a finalidade exclusiva de tratamento de desintoxicação” (BRASIL, 2004, p. 22).

3.4 Atendimento no CAPS e oficinas terapêuticas

Os atendimentos nos Centros de Atenção Psicossocial podem se dar tanto individualmente quanto em grupo. Além de atender aos sujeitos em sofrimento psíquico, as ações podem abranger outras pessoas, como é o caso dos familiares, que também podem ser amparados. De acordo com o Ministério da Saúde,

todo o trabalho desenvolvido no CAPS deverá ser realizado em um “meio terapêutico”, isto é, tanto as sessões individuais ou grupais como a convivência no serviço têm finalidade terapêutica. Isso é obtido através da construção permanente de um ambiente facilitador, estruturado e acolhedor, abrangendo várias modalidades de tratamento. (BRASIL, 2004, p. 16).

No início do acompanhamento, é traçado um projeto terapêutico personalizado para cada indivíduo, de modo a buscar uma abordagem focalizada nas particularidades de cada quadro. Esse projeto consiste em um conjunto de atividades e atendimentos dentro e fora da unidade. O acompanhamento das ações e do projeto com usuário fica sob responsabilidade do terapeuta de referência, que também será encarregado da mediação com os familiares. Vale

ressaltar que a escolha desse terapeuta tem como um dos principais fatores o vínculo com o usuário, de modo que pode ser alterado, caso seja desejo do indivíduo.

Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2004), as atividades nos Centros de Atenção Psicossocial ultrapassam consultas e o uso de medicamentos, optando por uma abordagem conhecida como “clínica ampliada”. Uma série de recursos terapêuticos são oferecidos, como é o caso de sessões de psicoterapia, “oficinas terapêuticas, oficinas expressivas, oficinas geradoras de renda, oficinas de alfabetização, oficinas culturais, grupos terapêuticos, atividades esportivas, atividades de suporte social, grupos de leitura e debate, grupos de confecção de jornal” (BRASIL, 2004, p. 17). Além disso, podem ocorrer “atendimento nuclear e a grupo de familiares, atendimento individualizado a familiares, visitas domiciliares, atividades de ensino, atividades de lazer com familiares” (BRASIL, 2004, p. 17).

As ações podem se estender à comunidade e ser desenvolvidas em conjunto com as associações de bairro e demais instituições, podendo incluir “festas comunitárias, caminhadas com grupos da comunidade, participação em eventos e grupos dos centros comunitários” (BRASIL, 2004, p. 17). Ademais, são promovidas assembleias, de preferências semanais, envolvendo a equipe técnica, os usuários e os familiares e demais convidados. A partir dessas reuniões, o andamento geral do serviço é avaliado, buscando a melhora no atendimento ofertado.

Um dos métodos centrais de atendimento são as oficinas terapêuticas. Essas oficinas envolvem uma série de atividades, que são escolhidas a partir dos interesses do usuário e das possibilidades dos técnicos da unidade. O objetivo dessas oficinas é promover a integração social, a expressividade dos indivíduos aliada ao caráter emocional, habilidades corporais, a coletividade e a cidadania, entre outras coisas.

De um modo geral, as oficinas terapêuticas podem ser: • Oficinas expressivas: espaços de expressão plástica (pintura, argila, desenho etc.), expressão corporal (dança, ginástica e técnicas teatrais), expressão verbal (poesia, contos, leitura e redação de textos, de peças teatrais e de letras de música), expressão musical (atividades musicais), fotografia, teatro. • Oficinas geradoras de renda: servem como instrumento de geração de renda através do aprendizado de uma atividade específica, que pode ser igual ou diferente da profissão do usuário. As oficinas geradoras de renda podem ser de: culinária, marcenaria, costura, fotocópias, venda de livros, fabricação de velas, artesanato em geral, cerâmica, bijuterias, brechó, etc. • Oficinas de alfabetização: esse tipo de oficina contribui para que os usuários que não tiveram acesso ou que não puderam permanecer na escola possam exercitar a escrita e a leitura, como um recurso importante na (re)construção da cidadania. (BRASIL, 2004, p. 20-21).

Com mais de 20 anos de existência e eficácia comprovada no processo de promoção de saúde mental, os Centros de Atenção Psicossocial são um elemento importantíssimo no processo de Reforma Psiquiátrica. Ampliando essa ação, em 2011, instituiu-se a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que, de acordo com Garcia e Reis (2018), tinha como objetivos a reorganização e a ampliação de pontos de apoio às pessoas em sofrimento mental. Desse modo, além de buscar mais recursos para a rede substitutiva à estrutura manicomial, a RAPS organizava essa rede e passava a reunir os CAPS, os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs) — destinados a sanar a necessidade de moradia de pessoas portadoras de transtornos mentais graves —, os Centros de Convivência (CECOS) e as Enfermarias de Saúde Mental em hospitais gerais e outros serviços.

Atualmente, essa é a maneira como se estabelece o nosso modelo substitutivo aos hospitais psiquiátricos em atenção à saúde mental e ao apoio psicossocial. Apesar da importância da implementação da Rede de Atenção Psicossocial e das articulações que promoveu, Amarante e Nunes (2018) afirmam que a medida carece de detalhamento orçamentário que direcione recursos específicos para atividades de cultura e trabalho e geração de renda. Assim, esses espaços serão mais efetivos para a promoção da saúde mental de seus usuários.

A seguir, apresenta-se o CAPS del-Rei, um CAPS tipo I, integrante da Rede de Atenção Psicossocial.

3.5 O CAPS del-Rei

De acordo com Moreira (2017), o CAPS del-Rei atende uma população que abrange São João del-Rei e outros onze municípios da região, sendo Barroso, Coronel Xavier Chaves, Dolores de Campos, Tiradentes, Resende Costa, Ritópolis, Santa Cruz de Minas, São Tiago, Prados, Lagoa Dourada, Conceição da Barra de Minas. Implementado no dia 25 de junho de 2004, o serviço se configura na modalidade CAPS I e “funciona nas modalidades: intensiva (frequência diária em permanência dia), semi-intensiva (até doze frequências mês) e não intensiva (menos de doze frequências ao mês), de acordo com o planejamento terapêutico individual”. (MOREIRA, 2017, p. 26).

São João del-Rei é um município situado na região do Campo das Vertentes, localizada entre a Zona da Mata mineira e o sul do estado. Composto por 36 cidades, o Campo das Vertentes se divide em três microrregiões, agrupadas em torno de Barbacena, Lavras e São João

del-Rei. Fundada entre 1704 e 1705, São João del-Rei é uma das maiores cidades setecentistas do estado.

FIGURA 4 – Mapa de São João del-Rei



FONTE: Samuel Rabay (2023).

Ainda segundo Moreira (2017), a equipe da unidade é composta por 16 (dezesesseis) trabalhadores, sendo um psiquiatra, dois clínicos gerais, dois psicólogos, um terapeuta ocupacional, um assistente social, duas enfermeiras, três auxiliares de enfermagem, dois auxiliares de serviços gerais e dois vigilantes. Localizado no bairro Tijuco, o CAPS del-Rei funciona de segunda a sexta-feira, nos turnos das 7:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00.

A autora chama a atenção para o fato de que, apesar de a modalidade dos CAPS I serem designadas para municípios de 20.000 a 70.000 habitantes, o CAPS del-Rei se encontra em uma cidade que tem, em média, 90.000 habitantes, isso quando se considera apenas São João del-Rei, tendo em que vista que a unidade atende usuários de outras cidades da região. Além disso, Moreira ressalta que, indo contra o estabelecido pela portaria dos Centros de Atenção Psicossocial, que afirma que uma unidade do tipo I deveria atender no máximo 30 pessoas diariamente, à época, o número de pessoas atendidas por dia no espaço chegava a 33.

Na cartilha sobre os CAPS, do Ministério da Saúde (2004), consta a importância da questão do território, elemento fundamental para pensar a integração das pessoas em sofrimento mental na sociedade. Segundo o documento, território se define por uma série de fatores, que transcendem aspectos meramente geográficos — embora estes também sejam relevantes — e envolve as pessoas que nele habitam, suas relações, seus afetos, seus interesses, instituições e espaços de trocas, como igreja, trabalho, manifestações culturais etc. Tendo dito isso, é importante refletir sobre o contexto no qual se insere a unidade do CAPS del-Rei, localizada no grande bairro do Tijuco.

O Tijuco é o segundo maior bairro da cidade e, de acordo com o censo realizado (IBGE, 2010), à época, tinha uma população de 15.699 habitantes. Apesar de estar localizado em São João del-Rei, onde a maior parcela da população (57,3%) se declara branca, o bairro é composto por 52,4% de pessoas negras, com 45,6% de brancos, um contraste com bairros como o Centro, que possui uma população 75,5% branca.

Historicamente, o Tijuco é apontado como um bairro de população carente. Segundo um diagnóstico sobre São João del-Rei, feito pela Fundação João Pinheiro (1984, p. 61), em parceria com a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral de Minas Gerais, em 1984, o bairro era habitado por “população muito carente e sem equipamentos de saúde”. No último censo (IBGE, 2010), a renda mensal média por domicílio do bairro era de R\$ 1.699,98, sendo a segunda menor do município, em contraste com valores como R\$ 4.695,29, do bairro Jardim Central, e R\$ 3.371,37 das unidades domiciliares localizadas no Centro.

Apesar de ter uma renda baixa se comparado a outros bairros da cidade, o Tijuco é rico em cultura e foi berço do Clube Teatral 15 de novembro, fundado em 1905, e que daria origem ao Clube Teatral Artur Azevedo. De acordo com o documentário *Meu Bairro Tijuco, ou será Tejuco?*, de Guimarães (2012)³⁰, a sede do clube Artur Azevedo tinha cerca de mil assentos, além de uma grande biblioteca e recebeu centenas de espetáculos, encenados por atores locais. O documentário relata ainda que o teatro foi construído coletivamente, a partir de arrecadações comunitárias de materiais, como tijolos e as próprias cadeiras.

Além do Teatro Artur Azevedo, que encerrou suas atividades na década de 1970, estão sediadas no Tijuco as orquestras bicentenárias Lira Sanjoanense e Ribeiro Bastos, apontadas como duas das mais antigas orquestras do país — a Lira Sanjoanense é mencionada como a mais antiga da América Latina. O documentário relata que também se localizam na cercania o bloco de carnaval Pão Molhado, fundado em 1977, e a tradicional escola de samba Vem me Ver, pentacampeã do carnaval de São João del-Rei, de modo que o bairro é um dos mais culturalmente ativos da cidade, que foi nomeada Capital Brasileira da Cultura, no ano de 2007. Além da relação com as artes, o Tijuco é emoldurado pela Serra do Lenheiro, parque ecológico municipal de importância natural e cultural, possuindo sítio arqueológico com pinturas rupestres e aspectos que se relacionam com a história de fundação da cidade.

É nesse território que se encontra o CAPS del-Rei. Consoante Moreira (2017), a instituição já teve endereço em três espaços: uma em outro local do bairro Tijuco e outras duas,

³⁰ A produção pode ser integralmente acessada no seguinte link: <https://youtu.be/hJALav3jx2s>

na Colônia do Marçal, bairro localizado fora da área central do município. Moreira relata ainda que uma das unidades foi denunciada pelo Ministério Público, devido às condições de precariedade do espaço, ao longo da gestão municipal de 2008 a 2012. Esse fato foi veiculado pela mídia local, e os técnicos chegaram a fazer uma paralisação como forma de protesto. À época, havia também a reivindicação dos funcionários da instituição pela implantação de uma unidade do CAPSad no município — essa pauta também estava presente no ofício encaminhado ao Ministério Público.

Em novembro de 2015, foi inaugurado o CAPSad na cidade de São João del-Rei, uma importante conquista para o município e para a região, uma vez que, de acordo com Moreira (2017), antes de sua implantação, 70% dos usuários do CAPS del-Rei — que atuava acima de sua capacidade máxima — eram pessoas em situação de dependência química relacionada ao uso abusivo de álcool e outras drogas. Apesar disso, ao procurar informações relacionadas aos serviços em redes sociais, como o *Facebook*, foram encontrados dados desatualizados e baixíssima presença *online*.

Conforme dito anteriormente, o inciso sexto, da Lei da Reforma Psiquiátrica, destaca que é direito da pessoa portadora de transtornos mentais ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis, de modo que a baixa presença no ambiente virtual denota uma adesão insatisfatória ao proposto pela lei. A pandemia de covid-19 inaugurou uma conjuntura em que o acesso às mídias digitais se tornou elemento fundamental para trocas, acesso à cultura e à informação. Nenhuma das unidades possui página no *Instagram* — uma das principais redes de comunicação atualmente — e, nos perfis disponíveis no *Facebook*, as últimas postagens têm mais de cinco anos. Além do mais, os materiais veiculados não são protagonizados pelos usuários do serviço, que ficam sempre na posição de serem retratados. Desse modo, não lhes é dada a possibilidade de “pronúncia” do mundo, que, de acordo com Freire (1987), é uma maneira de transformá-lo.

Assim sendo, a ausência dos usuários do CAPS del-Rei nas mídias digitais vai contra o proposto pela Lei da Reforma Psiquiátrica e pelas diretrizes dos Centros de Atenção Psicossocial, que citam o protagonismo dos sujeitos em sofrimento psíquico como elemento fundamental para o alcance de seus objetivos. Conforme destacado anteriormente, de acordo com Amarante e Nunes (2018), no I Encontro Nacional da Luta Antimanicomial, realizado no ano de 1993, em Salvador/BA, uma diretriz fundamental para a Reforma Psiquiátrica foi consolidada: a concepção de que a transformação do modo como a sociedade percebe e acolhe a questão da loucura iria se consolidar por meio da ação cultural. Nesse sentido, a ocupação dos

media tradicionais e digitais, protagonizada pelos usuários da Rede de Atenção Psicossocial, é fundamental para esse processo.

Por tais motivos, esta iniciativa considera a educomunicação uma metodologia de trabalho que pode auxiliar a estruturação de práticas que fomentem o Bem Viver dos frequentadores do CAPS, aproximando-se das proposições da Lei da Reforma Psiquiátrica na elaboração e na expressão de práticas e discursos antimanicomiais e, conseqüentemente, promovendo um ambiente mais sustentável no contexto da saúde mental. Portanto, o campo educucomunicativo tem uma perspectiva crítica, que se aproxima da abordagem cultural apontada por Amarante e Torre (2017, p. 766), baseada no “reconhecimento da diversidade dos sujeitos em sofrimento mental ou vulnerabilidade psicossocial”, o que significa protegê-los da violação de direitos e possibilitar que sejam ouvidos.

3.6 Práticas educucomunicativas transdisciplinares de Arte e Cultura

As práticas educucomunicativas relativas a esta proposta nascem do campo “Expressão Comunicativa por meio da Arte”³¹, que Soares (2011) define como a aproximação entre as práticas da Educomunicação e da Arte-educação. Soares aponta que essa junção resulta em processos criativos que visam à promoção da autonomia por meio da livre expressão. Vale destacar que, devido à natureza dialógica do campo educucomunicativo, inicialmente foram apresentadas sugestões de ações, uma vez que essa definição foi feita a partir do acordo com os participantes, que podiam trazer novas ideias e possibilidades.

Em minha experiência prévia atuando em hospitais psiquiátricos, buscava organizar as rotinas de maneira fluida, atento apenas ao cronograma da instituição. O início dava-se sempre com uma roda de conversa livre, ao final da qual eu propunha um exercício musicalizador inicial, com violão e pandeiro, e estimulava os participantes a saudarem o grupo a partir de palavras ou de maneira cantada.

³¹Conforme explicado em capítulo anterior, Consani (2017) também se refere a esse campo de atuação, porém traz algumas reflexões sobre o termo, pontuando que a preposição “através”, em “Expressão Comunicativa Através das Artes”, atribui um valor comunicativo funcional ao fazer artístico, retirando-o da sua dimensão de fato social complexo. Essa percepção dialoga com o pensamento de Amarante e Torre (2017), que, ao pensar as práticas artísticas protagonizadas por indivíduos em sofrimento psíquico, fazem uma crítica à leitura de tais ações como meramente terapêuticas, enfatizando seu valor cultural e potencial de transformação social. As práticas que aqui propostas, além de buscarem a promoção do diálogo através das Artes, também partem da compreensão desse processo artístico/sensível e seus desdobramentos como algo potente. Outro ponto do campo Expressão Comunicativa através das Artes, apontado por Consani e que vai ao encontro do pensamento de Amarante e Torre, ao pensar iniciativas artísticas inseridas no contexto antimanicomial, é uma percepção mais abrangente do que seja Arte, questionando padrões institucionalizados e hegemônicos.

Vale destacar que a apreciação musical ou de outra linguagem artístico-midiática pode ser um bom começo para a criação de vínculos com os participantes. Outra possibilidade de início com indivíduos que não se comuniquem necessariamente de maneira verbal pode ser a execução de alguma peça musical por parte do pesquisador, em instrumentos como flautas de bambu, buscando sons mais calmos e estimulando os sentidos e a percepção musical.

É importante ressaltar que minha experiência nos hospitais se insere nesse contexto apenas a título de referência, já que se trata de instituições que lidam com o mesmo público. Apesar disso, os espaços possuem dinâmicas diferentes, pois os CAPS se organizam de modo a promover a interação dos usuários com o território e a comunidade onde estão inseridos. Dessa maneira, aspectos do cotidiano dos indivíduos devem ser levados em conta no momento de organizar as práticas, como suas atividades diárias e rotinas familiares. Esse posicionamento pode influenciar também as intervenções, haja vista que as diretrizes dos Centros de Atenção Psicossocial consideram as ações na comunidade, em paralelo com os atendimentos nas unidades, visando à integração dos sujeitos em sofrimento psíquico em contextos culturais e na vida comunitária.

Outro elemento que costumava acionar em minhas ações anteriores eram jogos de improvisação rítmica, a partir do uso de percussão reciclável. Essas dinâmicas partiam do princípio da imitação sonora, na qual um participante buscava imitar o ritmo criado pelo outro e vice-versa. Do estímulo à criação rítmica e através de repetições, podíamos chegar a jogos que envolvem a sonoridade das palavras, promovendo a percepção da fala como elemento musical. Somado a esses processos, podemos utilizar a tecnologia do pedal de *loop*, aparato que grava os sons instantaneamente e os reproduz em tempo real, gerando um ostinato³² com os sons recém-captados. Essa prática costuma gerar reações interessantes entre os participantes, ao perceber sua voz em uma peça sonora que se entende como música. Dessa maneira, pessoas que até então não se consideravam artistas ou criadoras visualizam-se instantaneamente como parte ativa de uma obra artística³³.

Outras linguagens artísticas, fora do âmbito musical, podem ser integradas, a partir de oficinas convidados pelo facilitador. O processo arteducomunicativo pode se dar, independentemente da linguagem artística — inclusive da mistura de linguagens. Em minha vivência anterior, por exemplo, tive a oportunidade de convidar uma educadora, que promoveu

³² Repetição de uma frase musical em sequência, um loop (do inglês “ciclo”) que se repete.

³³ “Disco criado por pacientes de hospitais psiquiátricos reverbera vozes manicomializadas: Álbum é documento artístico de realidade manicomial ainda presente”. Disponível em: <https://madinbrasil.org/2022/03/disco-criado-por-pacientes-de-hospitais-psiquiatricos-reverbera-vozes-manicomializadas-album-e-documento-artistico-de-realidade-manicomial-ainda-presente/>

uma oficina de fanzines, desenvolvendo livrinhos artesanais e autorais com nosso grupo. Dessa maneira, a partir do vínculo que já havia desenvolvido com os participantes, por meio de nossas práticas artísticas, pude atuar como uma ponte para a educadora, fomentando criações que se tornariam parte de nossa rotina. Tais ações mostraram-se igualmente efetivas, tanto na questão afetivo-dialógica quanto no âmbito expressivo, uma vez que estavam pautadas pela liberdade criativa e respeito aos processos individuais e alinhadas aos princípios da Expressão Comunicativa por meio da Arte.

Concomitantemente às práticas artísticas, podem acontecer oficinas de capacitação e estímulo à criação de materiais audiovisuais. Desse modo, através de oficinas de rádio, fotografia e vídeo com celulares, entre outras mídias, é estimulado o registro das práticas artísticas mencionadas anteriormente. Vale ressaltar o termo *artemídia*, utilizado por Consani (2017), para abordar a proximidade entre as linguagens artístico-midiáticas e suas articulações por meio da Educomunicação. Assim sendo, é esperada uma aproximação transdisciplinar entre os exercícios e as oficinas, de modo que as criações artísticas (musicais etc.) passem a fazer parte dos produtos audiovisuais e que os produtos audiovisuais também estejam pautados pela liberdade criativa.

A partir dessas práticas e desses registros, busca-se a ocupação do espaço urbano-midiático, visando promover intervenções. Essas intervenções podem ser desde a presença dos registros e dos discursos nas mídias digitais — por meio da criação e da alimentação de perfis em redes sociais — e meios tradicionais, como rádio e televisão, até a promoção de apresentações protagonizadas pelos usuários do Centro de Atenção Psicossocial. Essa proposta vai ao encontro das diretrizes nacionais dos CAPS (BRASIL, 2004), que têm como um dos seus principais objetivos o estímulo à integração social de seus usuários, devendo “apoiá-los em suas iniciativas de busca da autonomia” e “integrá-los a um ambiente social e cultural concreto, designado como seu território”. (BRASIL, 2004, p. 9).

4 ESQUIZOCARTOGRAFIAS E CARTOGRAFIAS PSICOSSOCIAIS: METODOLOGIAS ANTIMANICOMIAIS APLICADAS NO CAPS DEL-REI

Conforme já mencionado, o objetivo da presente pesquisa foi investigar e experimentar a ideia de que as práticas arteducomunicativas, bem como o pensamento educomunicativo, podem ser estratégias de ação antimanicomial, fomentando processos de Bem Viver para indivíduos em vulnerabilidade psicossocial. Visando a tal propósito, a abordagem metodológica baseou-se no campo da cartografia, como proposto por Passos *et al.* (2009; 2016) e Rolnik (2011), para compor um processo de pesquisa que abarcasse a natureza política e subjetiva de se trabalhar com a questão da loucura e da luta antimanicomial. De acordo com Rolnik (2011, p. 23), o método da cartografia acolhe a expressão dos afetos, a partir da percepção de que “as paisagens psicossociais também são cartografáveis”.

Já Passos e Barros (2009) mostram que o fazer cartográfico é, essencialmente, um fazer pesquisa-intervenção, uma vez que se trata de acompanhar processos e, mais do que interpretar uma realidade, intervir sobre ela a partir de uma perspectiva criativa. Nesse sentido, a presente proposta de cartografia psicossocial com os usuários do CAPS configurou-se um processo de pesquisa-intervenção. Como se trata de um método essencialmente político que, segundo Rolnik (2011), visa à escolha e à construção de novos mundos e sociedades, a cartografia proporciona um fazer metodológico que dialoga com a perspectiva da formação de diferentes formas de relacionamento com a questão da loucura. Porém, como construir um pensamento científico, que intenta questionar as estruturas racionalistas cartesianas, partindo das mesmas estruturas para constituir-lo? A cartografia oferece o aparato para buscar uma saída para tal problema.

Nesse sentido, como mencionado anteriormente, Foucault (1996, p. 10) afirma que, desde a Idade Média, o discurso do louco é “aquele que não pode circular como o dos outros”. Segundo o autor, era através das palavras que se reconhecia a loucura do indivíduo e, a partir delas, se exercia a separação. Contudo, essas palavras não eram nunca recolhidas ou escutadas. Portanto, qual seria o sentido de construir uma pesquisa de cunho antimanicomial, a partir de uma metodologia que não esteja baseada na escuta às pessoas em situação de vulnerabilidade psicossocial?

Indo mais além, Foucault (2016) ressalta que, mesmo quando finalmente se concede a palavra ao “louco”, tal concessão se dá apenas mediante a condição de que essa fala esteja relacionada à questão da loucura e nada mais do que isso, ficando restrita a esse tema. Tendo isso em vista, a presente iniciativa metodológica propôs a escuta dos usuários do CAPS, para

além de sua condição de usuários, sobre temas que transcendessem seu diagnóstico ou o universo em torno da reforma psiquiátrica: suas criações, seus gostos (musicais, gastronômicos etc.), seus discursos múltiplos (textuais ou não), sobre temas diversos, como a própria vida é.

É que a palavra dos loucos, ao longo da história, foi investida de grandiosos riscos, assim como a seus corpos foram atribuídas forças sobre-humanas. Os muros dos hospícios o diriam por conta própria: na nossa cultura, entre os procedimentos de exclusão do discurso, veio se demarcar uma oposição, uma separação entre razão e loucura, afirmando ao mesmo tempo o domínio da primeira sobre a segunda. Não importa de que lado do muro estejamos. Basta que pensemos em todo o aparato de saber e poder com que deciframos os atos dos loucos, nas instituições que permitem ou convocam que falem e nas formas específicas pelas quais os escutamos. (TAVARES *et al.*, 2021, p. 655).

Outro termo utilizado para o exercício da cartografia dos afetos e das paisagens psicossociais é esquizocartografia, palavra que resulta da junção entre “esquizo” e “cartografia”, a partir do pensamento de Deleuze e Guattari (1995). Os autores utilizam o conceito de esquizo como uma crítica à Psiquiatria e ao estabelecimento da categoria psiquiátrica de esquizofrenia. Para eles, o esquizo — indivíduo que pode carregar ou não o diagnóstico de esquizofrenia — é aquele que, de certa forma, subverte a ordem racionalista, dotado de uma potência insurrecional baseada na criatividade, nos afetos e nas subjetividades, entre outros elementos. É possível dizer que os autores adotam o termo esquizo como um sinônimo do que seria uma postura antimanicomial e, nesse sentido, a esquizocartografia se trata de um método cartográfico alinhado a essa perspectiva.

De acordo com Félix-Silva *et al.* (2015, p. 82), a esquizocartografia é uma metodologia “crítica, criativa e cuidante do encontro e das afecções” e que abrange a “produção de saúde mental na vida cotidiana”.

Esquizocartografia consiste no exercício de experimentar a composição de paisagens psicossociais e das experiências do encontro entre esquizes que têm ou não, nas afecções do corpo, as marcas da esquizofrenia. Como tal, é um exercício que pode ser protagonizado por qualquer ator social interessado em produzir novas paisagens subjetivas no campo da saúde mental e nos corpos marcados pelas categorias psiquiátricas produtoras dos manicômios e suas violências. (FÉLIX-SILVA *et al.*, 2015, p. 82).

Dessa maneira, é possível afirmar que o método da cartografia — psicossocial, esquizocartografia etc. — vai ao encontro do proposto pela presente pesquisa. Tavares *et al.* (2021, p. 656) advertem que, nessa caminhada cartográfica, encontraremos “loucos, filósofos, artistas, psiquiatras, ficcionistas, psicanalistas, poetas, sociólogos”, em um modo de fazer

pesquisa “aberto às marcas dos encontros”. Esse caráter de abertura, apontado por Passos e Barros (2009), ao descreverem a cartografia como método de acompanhar processos, dialoga com o desenvolvimento das práticas arteducomunicativas no CAPS, uma vez que proporciona maior liberdade criativa ao trajeto da pesquisa, bem como a construção coletiva desse desenvolvimento.

A flexibilidade processual e a liberdade criativa do método cartográfico estabelecem relação com as proposições de Silveira (1992), Consani (2017) e Soares (2014), elencadas no referencial teórico da presente pesquisa, de modo que possibilitam uma coleta de dados em sintonia com a proposta. Acerca desse aspecto, Rolnik (2011, p. 66) afirma que o critério das escolhas do cartógrafo deve ser a descoberta de quais “matérias de expressão, misturadas a quais outras, que composições de linguagem favorecem a passagem das intensidades”. Segundo a autora, “tudo o que der língua para os movimentos do desejo, tudo o que servir para cunhar matéria de expressão e criar sentido, para ele é bem-vindo” (ROLNIK, 2011, p. 65). Essa característica da metodologia cartográfica confirma o caráter transdisciplinar das práticas, que pensam o uso e a experimentação de diferentes linguagens artístico-midiáticas. Para Rolnik, o pesquisador deve buscar a criação de pontes de linguagem, a partir da mistura dos diversos meios expressivos que se apresentarem e se fizerem necessários, de modo a estabelecer canais pelos quais os afetos se manifestem.

Além dos registros artemidiáticos, resultantes do processo da mistura entre as matérias de expressão, como indicado por Rolnik (2011), esta coleta de dados foi baseada na estratégia da observação participante, cujo desenvolvimento foi registrado em um diário de bordo. Tal escolha vai ao encontro da orientação dialógica do método da cartografia, pois o observador em questão não se trata de um observador externo, que descreve uma realidade, mas sim um pesquisador, que participa ao “fazer com” (PASSOS *et al.*, 2009) e acompanha os processos através de uma postura ética, criativa e afetiva (FÉLIX-SILVA *et al.*, 2015).

A partir do entendimento sobre a cartografia como um método de pesquisa-intervenção, como apontado por Passos *et al.* (2009, p. 19), compreende-se que “a análise aqui se faz sem distanciamento, já que está mergulhada na experiência coletiva em que tudo e todos estão implicados.”. Justamente por esse caráter processual coletivo, os critérios da análise para a cartografia não podem ser os da fidedignidade, pois “não há a expectativa de se atingir a completude de um objeto ou dado do real”. (BARROS; BARROS, 2016, p. 385), mas sim a de cartografar as paisagens psicossociais que se manifestem.

Aliás, “entender”, para o cartógrafo, não tem nada a ver com explicar e muito menos com revelar. Para ele, não há nada em cima — céus da transcendência —, nem embaixo — brumas da essência. O que há em cima, embaixo e por todos os lados são intensidades buscando expressão. E o que ele quer é mergulhar na geografia dos afetos e, ao mesmo tempo, inventar pontes para fazer sua travessia: pontes de linguagem. (ROLNIK, 2011, p. 66).

Assim sendo, na etapa de análise que vem a seguir, são elencados elementos que surgiram no processo cartográfico a partir das práticas arteducomunicativas no CAPS. Seguindo o princípio de conexão das matérias de expressão (ROLNIK, 2011), de modo a propiciar que o maior número de afetos e paisagens psicossociais se manifestem, o material de análise é agrupado a partir de indicadores percebidos no decorrer do processo. Os indicadores psicossociais podem ser impressões, conversas, detalhes do processo criativo, relações entre os participantes, pontes entre a prática e o referencial teórico, memórias de experiências prévias atuando no campo da saúde mental, questões relativas a RAPS, reflexões acerca do discurso e as mídias, entre outros. Como citado anteriormente, o objetivo desta esquizocartografia é “produzir novas paisagens subjetivas no campo da saúde mental e nos corpos marcados pelas categorias psiquiátricas produtoras dos manicômios e suas violências” (FÉLIX-SILVA *et al.*, 2015, p. 82), bem como o questionamento das estruturas manicomiais ainda presentes.

4.1 Cartografia das práticas arteducomunicativas: indicadores psicossociais

As práticas arteducomunicativas no CAPS del-Rei começaram no dia 11 de agosto e foram até o dia 25 de novembro de 2022. Os encontros foram semanais, com duração de duas a três horas. Devido à situação em que o CAPS se encontrava, com a implantação de uma nova equipe e uma mudança recente de endereço, além de uma rotina de oficinas ainda não estabelecida, após um período predominantemente ambulatorial — apenas atendimentos médicos, psicológicos e a distribuição de medicamentos — durante a pandemia, ainda não havia se consolidado uma cultura de atividades e permanência dos usuários na unidade. Frente a esse fato, um dos objetivos desta intervenção passou a ser o pensamento de estratégias, junto à administração, para contribuir com o desenvolvimento das atividades e de maneiras de fortalecer o vínculo dos usuários com a instituição. Apesar disso, o cenário inicial das práticas foi de grande flutuação dos participantes, com um grupo ainda rotativo de pessoas que se encontravam no espaço no horário das ações.

A metodologia educomunicativa ensina a flexibilização do contrato social frente às diversas situações e configurações sociais que se impõem no cotidiano. Por isso, a estratégia

utilizada perante tal quadro foi receber aqueles que apareciam da maneira mais cordial, independentemente de seu retorno, e tentar usufruir ao máximo dos encontros pontuais. Essa escolha mostrou-se frutífera, pois, com o passar das semanas, aqueles que estiveram nos encontros começaram a retornar nos horários das atividades. Desse modo, o número de participantes das oficinas variou de 1 a 15 pessoas, entre 16 e 60 anos, em grupos compostos por usuários, familiares, membros da comunidade e trabalhadores da unidade.

Os encontros resultaram em uma série de interações e trocas, cujos registros originaram um disco coletivo de 28 minutos, criado por cerca de 20 participantes, um EP (disco mais curto) de funk com duração de 18 minutos, de autoria do MC (mestre de cerimônia) Jotaefe. Além disso, o final das atividades foi celebrado com uma apresentação do artista Adriano Sexto, cantor, compositor e usuário do CAPS, que integrou a programação da VII Mostra Vestígios, ocorrida no Centro Cultural da Universidade Federal de São João del-Rei. O show foi tema de matérias em veículos da imprensa local, o que acarretou centenas de reações em apoio ao artista nas mídias digitais e a sua participação em um programa de entrevistas de uma rádio local. Vale ressaltar a criação do perfil do Centro de Atenção Psicossocial em redes sociais como o *Instagram*, contendo informações sobre a localização e o horário de funcionamento da unidade, bem como fotos do espaço, além de conteúdos desenvolvidos em parceria com os usuários.

FIGURA 5 – Fotos do sarau de boas-vindas no CAPS del-Rei



FONTE: Acervo pessoal (2022).

Tendo em vista o cenário descrito, de um espaço novo e uma instituição que se encontrava em fase de retomada, com a ausência de atividades e oficinas, propus que iniciássemos o processo com um sarau de boas-vindas. O sarau, além de celebrar o início das práticas arteduo comunicativas, também tinha a intenção de marcar o retorno às atividades

presenciais na unidade. A preparação para o primeiro dia iniciou-se cerca de uma semana antes, na perspectiva de tentar contato telefônico com os usuários do CAPS, para avisá-los que as atividades estavam retornando e que teríamos um sarau de boas-vindas. Enquanto eu me comprometi a organizar o evento e a convidar artistas da comunidade sanjoanense para promover atividades artísticas na unidade, a equipe do CAPS assumiu o compromisso de convidar os usuários.

O início do sarau estava marcado para 14 horas, de modo que cheguei uma hora antes para organizar o espaço, montando a estrutura de som e posicionando algumas obras artísticas feitas por usuários antes da pandemia, para decorá-lo. Os artistas convidados foram o músico Pablo Araújo, cavaquinista e compositor de São João del-Rei, que, no ano de 2022, lançou seu primeiro disco autoral, intitulado *Entardecendo*, e o grupo de maracatu Raízes da Terra, que atua na cidade há mais de 10 anos, ministrando oficinas e apresentações musicais. Além dos usuários e dos artistas/educadores, o sarau contou também com a presença de familiares dos usuários e trabalhadores da RAPS.

Começamos o sarau com um momento de apreciação musical, no qual Pablo Araújo se apresentou com uma linguagem instrumental e, logo em seguida, tocou alguns clássicos do pagode, ritmo popular brasileiro, acompanhado de um pandeiro. Nesse momento, houve engajamento do grupo, que cantou junto as canções. Na sequência, fizemos uma rodada de karaokê, na qual todos os presentes cantaram músicas no microfone, acompanhados do *playback*. Posteriormente, foram propostos jogos de improvisação e criação coletiva utilizando o pedal de *loop*. Houve uma pausa para o lanche, proporcionado pela equipe do CAPS, e, finalizando as atividades, tivemos uma oficina de maracatu, na qual alguns elementos rítmicos foram passados para os participantes, para, em seguida, tocarmos algumas canções. Acompanhando os instrumentos do maracatu, o grupo Raízes da Terra trouxe também birutas: elementos cênico-performáticos, confeccionados com varas, linhas e papel, que se assemelham a um estandarte e que, ao serem levantados, possuem um movimento leve, acentuado pelas tiras de papel colorido, criando uma experiência estética ao ser executado junto à música.

O espaço escolhido para as atividades ficava de frente para um grande portão vazado que dá para a rua. Desse modo, a vizinhança e as pessoas que estavam passando pela calçada naquele momento puderam ver e ouvir as intervenções artísticas. Esse foi um dos motivos que justificou a escolha do espaço, de modo a começar o desenvolvimento de uma relação com o território da unidade. De acordo com a equipe, foi a primeira intervenção artística no local, tendo em vista que a unidade havia se mudado para lá há pouco tempo. Dessa maneira, o evento

demarcou um novo tipo de relação com a vizinhança, enfatizando o papel que os CAPS devem representar: um espaço que fomente trocas culturais e artísticas com a comunidade.

Clique ou digite o link no seu navegador, ou escaneie o QR code, e ouça algumas de nossas criações desse dia: <https://on.soundcloud.com/7FkkF>



O número total de participantes das atividades do sarau chegou a 15 pessoas, contando com os artistas, os educadores, os usuários, os trabalhadores e os familiares. Apesar disso, proporcionalmente, o número de usuários foi abaixo de nossas expectativas, contando com apenas dois. Essa situação demarcou a necessidade de iniciativas que aumentassem a adesão da permanência diária na unidade, sendo a principal delas a disponibilização de oficinas regulares, o que está previsto no manual do CAPS como parte da estrutura mínima que deve ser ofertada pelo espaço (BRASIL, 2004, p. 14). Sem as oficinas regulares, os usuários ficam ociosos e sem motivação para frequentar o espaço.

Todavia, o momento de confraternização com os familiares que estavam presentes e com a própria equipe foi algo positivo, pois não havia divisão estabelecida com relação aos indivíduos em sofrimento psíquico, uma vez que todos participaram igualmente. O clima era de interação e convivência, correspondendo àquilo disposto no documento norteador do CAPS, que prevê atividades comunitárias “que têm como objetivo as trocas sociais, a integração do serviço e do usuário com a família, a comunidade e a sociedade em geral” (BRASIL, 2004, p. 17).

A seguir, são apresentados os desdobramentos do processo de construção das práticas arteduo comunicativas e da relação com os usuários, a instituição e a comunidade, nesse momento de retomada. Tais desdobramentos foram cartografados a partir dos afetos suscitados, englobando uma série de matérias expressivas — diálogos, eventos, criações etc. —,

organizadas por indicadores psicossociais, sem, contudo, corresponder necessariamente a uma ordem cronológica, seguindo a perspectiva de Rolnik (2011), que indica que as paisagens afetivas também são cartografáveis. Para tanto, foram selecionados os seguintes indicadores:

I – Criatividade / Pontes afetivas;

II – Produções e intervenções artemidiáticas;

III – Gestos;

IV – Contrastes com o manicômio versus fragilidades na rede substitutiva.

A experiência no CAPS foi um encontro entre expectativas e realidade: expectativas de um pesquisador antimanicomial que havia conhecido as contradições dos hospitais psiquiátricos de perto e ansiava por vivenciar o modelo substitutivo e o encontro com uma realidade complexa e com demandas pendentes. Cartografar o CAPS foi alternar entre encontros criativos e trocas afetivas e ter que lidar com a inconstância de um espaço em construção, especialmente em um momento de retorno às atividades presenciais após o período mais intenso da pandemia de covid-19. Apesar disso, vivenciar a potência das relações dos usuários com a comunidade, a família e o território foi algo marcante. É importante pontuar que não se trata aqui, de uma crítica ao modelo do cuidado em comunidade, mas o reconhecimento da necessidade urgente de mais investimentos.

4.2 Indicador psicossocial I: Criatividade / Pontes afetivas

Este trecho das cartografias, agrupado a partir do indicador psicossocial “Criatividade / Pontes afetivas”, dedica-se às percepções acerca de um dos aspectos mais marcantes das vivências no CAPS: a fluidez e a autonomia no processo criativo e as pontes afetivas que se formam e se manifestam através dele. De acordo com Freire (2013), o processo de construção da nossa percepção da realidade é um processo criativo, já Silveira (2015) afirma que entendemos e organizamos nossas emoções por meio da criatividade.

- **“Viver em família é a melhor coisa”**

Como citado anteriormente, o intuito do sarau promovido no primeiro dia de atividades era uma espécie de abre-alas, visando a um chamado dos usuários para retornar ao CAPS. Durante o sarau, pude conhecer melhor Bráulio e Elisângela, ambos na casa dos 20 anos e usuários do CAPS del-Rei. Além disso, pude estabelecer contato com a equipe da unidade e com o pai de Bráulio, um senhor de cerca de 50 anos que também participou das atividades.

Durante o sarau, busquei reforçar que estaria presente a partir da próxima semana, nas terças-feiras, às 14 horas, para o desenvolvimento de oficinas arteduo comunicativas, de modo que, no dia 15/08, data da segunda visita, voltei à unidade com a expectativa de encontrar minimamente os dois usuários que mencionei. Porém, ao adentrar o espaço, fui informado que, naquele momento, não havia ninguém para participar das oficinas. A informação me pegou de surpresa e resolvi esperar para ver se algum usuário aparecia no Centro de Atenção Psicossocial.

Após cerca de 30 minutos esperando, uma família de quatro pessoas adentrou a unidade, perguntando pelo sarau da semana passada. Eles haviam sido informados do evento pela equipe, mas se confundiram com a data. Essa família era composta por quatro pessoas, sendo duas irmãs gêmeas, na casa dos 30 anos e usuárias do CAPS, de nome Samira e Soraia, seu pai, Márcio, e a madrasta Magda. Informei-lhes que o sarau havia sido na semana anterior e os convidei para desenvolvermos algumas atividades artísticas, ao que prontamente aceitaram.

Depois de uma conversa inicial, na qual nos apresentamos, fizemos alguns exercícios percussivos de pergunta e resposta com claves rítmicas, uma espécie de aquecimento musical em roda, no qual um participante executa uma breve frase musical e o restante do grupo a repete. Fiquei surpreso com a fluidez de Samira e de Soraia no exercício, as irmãs que, inicialmente, se mostraram tímidas e de uma fala mais contida, quando foram para o campo musical/percussivo, demonstraram bastante criatividade e desenvoltura rítmica.

Tocou-me especialmente o fato de estar fazendo um atendimento exclusivamente familiar. Através das atividades, pude promover um espaço de integração e troca artística coletiva entre aquela família. Durante o exercício que se seguiu ao jogo rítmico, criamos algumas composições coletivas e um dos versos de autoria do pai foi “Viver em família é a melhor coisa”. Essa integração do usuário com seu ambiente familiar é um dos principais objetivos do CAPS, como elemento da rede substitutiva aos hospitais psiquiátricos, tendo em vista que a internação retira o indivíduo do seio familiar. Dessa maneira, ao promover interações artísticas entre os usuários e seus familiares, me senti em consonância com os ideais da reforma psiquiátrica brasileira e me chamou a atenção a manifestação desses laços, verbalizados de uma maneira espontânea, através do processo criativo.



Clique ou digite o link no seu navegador, ou escaneie o QR code, e ouça “viver em família é a melhor coisa”: <https://on.soundcloud.com/c5eRB>

Finalizando as atividades com aquela família, cantamos algumas músicas no karaokê. O grupo se mostrou bastante satisfeito com a tarde de atividades e me agradeceu pelos momentos que tivemos. Naquele momento, eu não sabia, mas Samira, Soraia, Magda e Maurício iriam se tornar alguns dos participantes mais assíduos das oficinas.

- “Se tem angu, tem que ter couve”

FIGURA 6 – Fotos dos cartazes de divulgação das atividades feitos pelo grupo



FONTE: Acervo pessoal (2022).

No quarto dia das atividades, tive uma surpresa positiva quando cheguei à unidade e encontrei Bráulio e Elisângela — os usuários que haviam comparecido ao sarau de boas-vindas — e Samira, Soraia, Magda e Maurício, a família que estava completando seu terceiro encontro comigo. Além disso, ao longo do encontro, juntaram-se a nós a enfermeira Luciene e Flávia, usuária do CAPS — que participava pela primeira vez das atividades — acompanhada de seu primo, totalizando um grupo de dez pessoas. Flávia estava passando pela unidade para conversar com a equipe, mas viu nossa reunião — estrategicamente localizada numa área com

um portão vazado, que permite a visibilidade de quem passa pela rua. Ao ver nossa animação, batucando e cantando juntos, entrou rapidamente e veio ao nosso encontro indagando: “estão fazendo festa e nem me chamaram?”. Até então, esse havia sido o maior número de participantes das oficinas e o maior número de usuários presentes ao mesmo tempo no CAPS, que presenciei desde o início das práticas.

Como oito dos dez indivíduos já haviam participado dos encontros anteriormente, a familiaridade com o processo de trocas e de criação foi um facilitador, de modo que percebi uma desenvoltura mais fluida nas atividades, além de um ecossistema comunicativo mais dinâmico e abrangente. Essas percepções se manifestaram na sobreposição de linguagens artísticas, em momentos em que somados aos *loops* e a camadas vocais coletivas, manifestaram-se cantos e percussividades, gerando uma composição musical rica e criativa. Além disso, em determinado momento, enquanto Flávia cantava músicas no karaokê, outros usuários se engajaram na confecção de um cartaz para divulgação das atividades no CAPS, visando fomentar a participação nas atividades e a presença de novos membros. O cartaz foi feito coletivamente, com informações da periodicidade e os horários das oficinas e decorado a várias mãos, em um processo no qual um usuário começava um desenho e o outro o complementava, uma dinâmica bastante intuitiva.

Outro fato que me pareceu significativo, no que se refere à formação do ecossistema comunicativo, foi o processo das dinâmicas de improvisação. Em dado momento, sugeri que criássemos camadas sonoras utilizando apenas substantivos e, após a primeira rodada do exercício, Bráulio sugeriu que utilizássemos palavras que formassem comidas ou receitas, como um sanduíche. Ele propôs que cada um trouxesse um elemento desse cardápio, ao que o grupo aderiu, criando diversas refeições sonoras nutritivas. Um verso coletivo que surgiu na dinâmica ressaltava que “se tem angu, tem que ter couve”, e o refrão foi um sucesso, de modo que um grande coro com o mote se manifestou. É interessante perceber os aspectos regionais da culinária mineira, que surgiram como elementos aglutinadores na dinâmica, o que me remeteu aos círculos de cultura de Freire, nos quais esses traços da cultura regional também funcionavam como fatores de aproximação afetiva entre os grupos e intensificavam as relações de ensino-aprendizagem.



Clique (abra em nova guia) ou digite o link no seu navegador, ou escaneie o QR code, e ouça “Se tem Angu tem que ter Couve”: <https://youtu.be/dee8pZTcRIE?t=791>

- **Música sacra em ritmo de funk: Pilar e MC Jotaefe**

No quinto dia das ações, talvez pela adesão do encontro anterior e da confecção do cartaz na ocasião, cheguei esperando encontrar os participantes da última oficina. Porém, provavelmente devido ao fato de se tratar de uma véspera de feriado, nenhum integrante do grupo estava presente. Quem estava presente era Jefferson, um jovem de 16 anos, usuário do CAPS, cantor e compositor de funk. Eu havia me encontrado brevemente com Jefferson e sua mãe na unidade alguns dias atrás, quando ele manifestou interesse em participar das atividades, o que sua mãe prontamente incentivou.

Jefferson, de nome artístico Jotaefe, me disse que já havia sido preso e, quando perguntou minha idade e eu lhe disse que tinha 29 anos, o jovem relatou que 29 anos foi a idade que o tio dele tinha quando morreu. Jotaefe me contou que pensava a música como uma saída para a vida do crime. O compositor, que nunca havia cantado no microfone, me apresentou o trabalho musical de amigos dele, MCs — mestres de cerimônia, que é como são conhecidos os cantores de funk —, como o MC Nino Shot, originário da periferia de Tiradentes/MG.

Inicialmente, fizemos uma batida juntos, utilizando o pedal de *loop*, e eu acompanhei tocando percussão enquanto ele cantava. Depois ele me pediu para procurar batidas de funk do estilo de Belo Horizonte na internet. Então, o gravei cantando algumas de suas composições, usando as trilhas disponíveis no *YouTube*. Em seguida, ouvimos as gravações, e o artista mostrou-se bastante empolgado com o material. Além de mim, estavam presentes Rafael, psicólogo da unidade, e Renato, enfermeiro. Eles ficaram interessados na expressão artística de Jotaefe, que demonstrou bastante desenvoltura.



Clique ou digite o link no seu navegador, ou escaneie o QR code, e ouça “Proibidão de MC Jotaefe”:

<https://on.soundcloud.com/J9deD>

O MC ficou tímido inicialmente, olhando para os membros da equipe e se dizendo receoso com relação ao teor das suas letras, referindo-se ao cunho sexual e aos aspectos que remetiam à vivência no mundo do crime. Disse-lhe que poderia se expressar livremente, pois o que importava ali era que ele se sentisse à vontade e desfrutasse daquele momento de criatividade e musicalidade. Jotaefe mostrou-se bastante satisfeito com aquela liberdade, e entramos em um fluxo criativo intenso, gravando cerca de cinco composições do jovem artista. Enquanto o MC cantava, algumas pessoas passavam pela rua e olhavam com certo estranhamento aquela manifestação. Por se tratar de um ritmo historicamente ligado à periferia e à população negra, é notório o preconceito social relacionado ao funk. Ao final das atividades, ele pediu meu *WhatsApp* para que lhe enviasse as gravações.

Uma semana depois, ao voltar à unidade, estavam presentes o jovem Jotaefe e uma senhora chamada Pilar. Além disso, houve a participação da enfermeira Luciene nas dinâmicas de criação. Perguntei para a equipe sobre alguns dos usuários que haviam participado das atividades anteriormente e me foi informado que, devido à falta do transporte, que deveria ser proporcionado pela prefeitura, algumas pessoas não estavam mais frequentando diariamente o espaço. Apesar disso, os funcionários da instituição mencionaram a possibilidade de um novo veículo, que supostamente iria começar a efetuar o transporte a partir da próxima semana, fato que não ocorreu.

De todo modo, propus as atividades para Jotaefe e Pilar, dois indivíduos, aparentemente, de mundos distintos. Ela: mulher, branca, na casa dos 60, amante de música sacra. Ele: homem, negro, de apenas 16 anos, cantor de funk. A aparente distância foi superada através da prática artística, com ambos muito abertos para o processo criativo. Fizemos algumas práticas de improvisação e musicalização, cantamos no karaokê, conversamos e criamos paisagens sonoras vocais, utilizando vocalizações e palavras. A partir da percepção das influências de cada um, propus um intercâmbio: e se fizessemos uma versão da música *Ó Maria Concebida* (trazida por Pilar) em ritmo de funk? Eles se prontificaram, e o resultado nos agradou. Depois das

dinâmicas, os dois, que no início do dia estavam na unidade, mas não se conheciam e ainda não haviam interagido, foram lanchar juntos e ficaram conversando. Ao longo das práticas no CAPS, Jotaefe retornou e gravamos mais composições dele, material que acabou resultando em um EP (disco de menor duração) demo, que o MC planejou utilizar para mostrar seu trabalho para produtores interessados. Mais adiante, falarei mais sobre esse registro, em um indicador dedicado às produções artemidiáticas.



Clique (abra em nova guia) ou digite o link no seu navegador, ou escaneie o QR code, e ouça “Ó Maria Concebida” em ritmo de funk: <https://youtu.be/dee8pZTcRIE?t=115>

- **Para além do som: comunicação através das cores**

FIGURA 7 – Fotos do dia da visita da arte-educadora Maria Cordélia, aplicando a metodologia da Música do Círculo



FONTE: Acervo pessoal (2022).

No nosso décimo segundo encontro, que ocorreu no início de novembro, contamos com a presença da arte-educadora Maria Cordélia, que trabalha e possui formação na metodologia

intitulada “Música do Círculo – Música e Conexão Humana”. O método foi desenvolvido por Ronaldo Crispim, Zuza Gonçalves e Pedro Consorte, que possuem ligação direta com grupos como os Barbatuques, o músico Bobby Mc Ferrin e o grupo inglês “STOMP”, referências em processos musicais criativos, coletivos e livres.

Nessa fase das ações, a partir de uma sugestão da equipe, havíamos mudado o horário dos encontros. As práticas passaram a ocorrer na parte da manhã, durante o atendimento médico, pois, nesses momentos, normalmente se formam filas para a consulta com o psiquiatra e psicólogo e/ou para a aplicação dos remédios, e a espera costuma estender-se por horas, devido ao grande volume de pessoas. Desse modo, além de existir a possibilidade de um maior número de participantes nas práticas arteducomunicativas, as ações auxiliariam na ansiedade relativa à espera pelo atendimento.

Nessa ocasião, uma enfermeira relatou que, na época, uma usuária havia chegado a ter uma crise de ansiedade esperando por sua vez de ser atendida. Mesmo assim, nesse dia, fomos pegos de surpresa pela baixa quantidade de usuários na unidade: apenas três usuários se encontravam no CAPS, e eu havia relatado para a convidada que os grupos estavam recebendo em média 10 a 15 pessoas, um número que, segundo Maria, era o ideal para a dinâmica. Fiquei ansioso com a situação, já que havia convidado a educadora para as práticas, que aceitou de maneira voluntária, e eu não queria que ela se sentisse frustrada pela quantidade de pessoas inferior ao que havia planejado.

Antes de iniciarmos as práticas, conversei com Cordélia sobre esse fato e também sobre a questão da expectativa com relação aos resultados. Concordamos que, para nós, o mais importante era o processo e o diálogo, independentemente do tamanho do grupo. Maria Cordélia iniciou as atividades conversando sobre as emoções, aproximando-se das pessoas na roda a partir de um diálogo sobre como os participantes se sentiam naquele momento e chamando a atenção para o corpo e as sensações físicas. Em seguida, propôs uma dinâmica imaginativa com relação às cores, na qual uma pessoa mentalizava uma cor e a enviava para outro participante, enquanto a roda tentava adivinhar/visualizar que cor era aquela. Essa dinâmica acabou aproximando uma usuária que não queria participar das trocas de teor musical e que, a partir desse momento, juntou-se a nós.

Mesmo com um grupo reduzido de pessoas, as práticas da música do círculo fluíram e proporcionaram uma série de trocas criativas, além de conversas sobre memórias afetivas relacionadas à música. Na conversa que tivemos depois das práticas para avaliar a experiência, Maria disse que, muitas vezes, nos acostumamos com a dinâmica bancária da escola, focada no resultado, e que isso pode nos fazer esquecer do processo, o que dificulta nossa capacidade de

adaptação dialógica à situação que se apresenta. Quando estamos mais atentos ao diálogo, aos afetos e aos processos, temos mais calma e conseguimos desenvolver relações mais orgânicas, que contribuem para o processo educativo. Tal postura dialógica e relacional encontra eco na metodologia educacional comunicativa.



Clique (abra em nova guia) ou digite o link no seu navegador, ou escaneie o QR code, e ouça um resumo de nossos processos com a música do círculo: <https://youtu.be/dee8pZTcRIE?t=1435>

4.3 Indicador psicossocial II: Produções e intervenções artemidiáticas

FIGURA 8 – Frames do GIF de divulgação do show da Banda Rádio Roll



FONTE: Acervo pessoal (2022).

Nesse indicador psicossocial, são abordadas algumas de nossas produções artemidiáticas, bem como intervenções artísticas no espaço urbano, nos meios de comunicação tradicionais (rádio, jornal) e mídias digitais. Essas produções são frutos do processo criativo/afetivo descrito no indicador psicossocial I, registros e resultados de uma vivência de cerca de quatro meses e meio com os usuários do Centro de Atenção Psicossocial.

- **Disco *Rádio Lelé Vol. 2 – Sessões no Centro de Atenção Psicossocial***

O disco *Rádio Lelé Vol. 2 – Sessões no Centro de Atenção Psicossocial* foi lançado no dia 25/11/2022, em um evento no Centro Cultural da Universidade Federal de São João del-Rei, que integrou a programação artística da VII Mostra Vestígios, mais adiante falarei mais sobre essa ocasião, que contou com a apresentação do artista e usuário do CAPS, Adriano Sexto, que é um dos autores do álbum. *Rádio Lelé Vol. 2 – Sessões no Centro de Atenção Psicossocial* é um compilado de gravações feitas durante as práticas arteducomunicativas na unidade, uma espécie de diário sonoro do processo, e conta com a participação de Flávia, Maria do Pilar, Samira, Soraia, Adriano, Bráulio, Elisângela, Maria Cordélia, Rabay, Jotaefe (MC JF), Márcio, Magda, Antônia, Alessandra, Luiz, Carolina, Kellen, Gilmara, Margareth e Marina.



Clique ou digite o link no seu navegador, ou escaneie o QR code, e ouça o disco *Rádio Lelé Vol. 2 – Sessões no Centro de Atenção Psicossocial*: <https://youtu.be/dee8pZTcRIE>

Com duração de cerca de 28 minutos, o material conta com composições autorais, interpretações, paisagens sonoras vocais coletivas, trechos de diálogos etc. A “capa”, que se trata, na verdade, de um vídeo curto em repetição, mostra Adriano — uma figura marcante que será mais bem apresentada adiante — interagindo com as pessoas nas ruas de São João del-Rei, durante uma caminhada que fizemos no processo de montagem do show de lançamento. Exímio comunicador, enquanto caminhávamos, Adriano cantava e convidava as pessoas para o evento. Desse modo, a capa do disco representa um usuário da RAPS em pleno momento de interação cultural com a comunidade e o território.

FIGURA 9 – Capa de *Rádio Lelé Vol. 2 – Sessões no Centro de Atenção Psicossocial*

FONTE: Acervo pessoal (2022).

O disco é assim nomeado em homenagem às iniciativas relacionadas à interface entre arte e loucura, como a Rádio Tam Tam, projeto artemidiático de Santos/SP, surgido no ano de 1989, a Rádio Maluco Beleza, de Campinas/SP, e o grupo musical Trem Tan Tan, de Belo Horizonte, formado por indivíduos em sofrimento psíquico, com mais de 18 anos de atividade. Além disso, dá seguimento ao disco Rádio Lelé, lançado em 2022, que desenvolvi em parceria com pessoas que se encontravam internadas em hospitais psiquiátricos. Dessa maneira, *Rádio Lelé Vol. 2* simboliza o movimento de se debruçar sobre o modelo substitutivo ao manicômio, mas sem esquecer que essa realidade ainda é presente.

FIGURA 10 – Matéria sobre a primeira edição de Rádio Lelé³⁴

FONTE: Portal Mad in Brasil (2022).

FIGURA 11 – Matéria do *site* Vertente Agência de Notícias sobre o lançamento de Rádio Lelé Vol. 2 – Sessões no Centro de Atenção Psicossocial



FONTE: VAN (2022).

- **Criação do *Instagram* do CAPS del-Rei**

Outro processo de intervenção que vale ressaltar foi a criação do *Instagram* do CAPS del-Rei. Até então, a unidade não contava com presença digital, e os próprios dados relativos a endereço e telefone se encontravam desatualizados no Google, tendo em vista a

³⁴ No *site* MAD in Brasil, portal que nasce da parceria entre os pesquisadores Paulo Amarante e Fernando Freitas e Robert Whitaker.

mudança recente de logradouro. A outra unidade do CAPS localizada na cidade, na modalidade Álcool e outras drogas, tem um perfil no *Facebook*, porém a última postagem é de cinco anos atrás. Ademais, os materiais postados não são protagonizados pelos usuários, restritos à posição de serem retratados. De acordo com Freire (1987, p. 45), conforme dito anteriormente, “é preciso primeiro que os que assim se encontram negados no direito primordial de dizer a palavra reconquistem esse direito, proibindo que este assalto desumanizante continue”. Essa proposição vai ao encontro do inciso sexto da Lei da Reforma Psiquiátrica, segundo o qual é direito da pessoa em sofrimento psíquico ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis.

O período pandêmico inaugurou uma conjuntura na qual o acesso às mídias digitais era um dos poucos modos pelos quais podíamos acessar os fluxos de troca da sociedade, assim como seus bens culturais e informações. Desse modo, a ausência dos discursos e das ações dos usuários do CAPS nas redes sociais e a falta de informações atualizadas sobre os serviços e a situação da unidade vão contra os princípios da Reforma Psiquiátrica e dificultam o acesso da população a essa estrutura fundamental. Uma das primeiras medidas após a criação do perfil no *Instagram* foi destacar o endereço e o telefone da unidade. Em seguida, junto com os usuários, registramos a estrutura do Centro de Atenção Psicossocial: um espaço público que conta com piscina, horta, jardins etc.

FIGURA 12 – Prints do *Instagram* do CAPS del-Rei



FONTE: Instagram (2022)

Além de apresentar a unidade e suas estruturas, a fim de cumprir a função social de divulgação do serviço, o objetivo foi que esse processo fosse protagonizado pelos usuários da unidade e que os conteúdos não ficassem restritos a esse tema, podendo abordar nossas criações artísticas ou qualquer outro assunto que os participantes julgassem pertinente.

Vale ressaltar o vídeo que fizemos em parceria com o artista e comunicador Adriano: comentei com ele que queria fazer um vídeo mostrando a unidade do CAPS, para divulgar o espaço e atrair mais pessoas para a instituição. Perguntei se ele poderia me ajudar com esse material, sendo ele o apresentador que filmaria o espaço, entrevistando as pessoas e comentando sobre a estrutura. Ele prontamente aceitou e conduziu a filmagem com maestria, cantando versos sobre os espaços da unidade, como a piscina, e canções em homenagem aos trabalhadores da unidade. Durante toda a narração, ele cantou uma espécie de oração musical, que continha o verso “que eu possa mergulhar nessa piscina”. Achei simbólica sua prece e pensei que mergulhar na piscina poderia representar um símbolo de ocupação do espaço. Segundo a equipe do CAPS, a piscina ainda não havia sido utilizada pelos usuários e acredito que o desfrute lúdico do espaço poderia ser um atrativo para os usuários, e seu uso, um modo de fortalecer o senso de que aquela grande casa e toda sua estrutura lhes pertence.



Clique ou digite o link no seu navegador, ou escaneie o QR code, e conheça o CAPS del-Rei com Adriano:

<https://www.instagram.com/p/Ci0SzFhppuG/>

Apesar disso, tivemos dificuldade em avançar editorialmente em temas que transcendessem o CAPS ou o processo arteducomunicativo em si. A elaboração dos discursos midiáticos para a ocupação do *Instagram* foi uma das ações mais afetadas pela flutuação dos participantes. É difícil pensar e elaborar discursos coletivos quando o grupo ainda não está consolidado e não faria sentido uma ação midiática que ficasse restrita às pautas trazidas pelo pesquisador. A sugestão pode até existir, mas o processo tem que ser dialógico e o mais descentralizado possível: o ideal é que os participantes se apropriem do processo narrativo e criem suas próprias pautas artemidiáticas de maneira livre, o que — pela minha experiência — ocorre mais facilmente a partir de um ecossistema comunicativo preestabelecido.

Além do mais, ao trazer aspectos institucionais na divulgação da unidade e veicular conteúdos relacionados às práticas artísticas, mais de uma vez me vi refletindo acerca da questão da imparcialidade: o CAPS deveria ofertar oficinas diárias para os usuários, fato que não estava acontecendo. Ao divulgar as ações arteducomunicativas, que ocorriam uma vez por semana, fiquei com receio de maquiar uma realidade de carência de atividades. Essa parte do

processo me fez refletir bastante acerca do ativismo midiático no contexto da Reforma Psiquiátrica, questões que abordarei em minhas considerações finais. No decorrer das atividades, conversei com a equipe do CAPS sobre a importância da presença da unidade e do protagonismo dos usuários nas redes e, ao fim das práticas, deixei os dados de acesso para o perfil com a administração, porém até o momento nenhuma nova postagem foi feita.

- **EP Demonstrativo do MC Jotaefe**

Além do disco *Rádio Lelé Vol. 2 – Sessões no Centro de Atenção Psicossocial*, outro material fonográfico foi produzido durante as práticas no CAPS del-Rei. Trata-se de um EP (disco de duração menor) demo — termo utilizado para se referir às gravações demonstrativas de artistas para apresentação a produtores etc.—, do MC Jotaefe, nome artístico de Jefferson, de 16 anos e usuário do CAPS. Jotaefe já foi citado e apresentado neste texto, quando se discorria sobre processos criativos e relações afetivas através da criatividade.

O jovem mostrou-se bastante engajado no fazer artístico e, juntos, desenvolvemos uma série de experimentos e gravações das composições do músico, que resultaram em um disco com cerca de 18 minutos. Após finalizado, com regulagem básica de volumes e frequências, o material foi disponibilizado para o artista, que relatou que planejava apresentá-lo para um produtor interessado em produzir vídeos com ele.

O registro, gravado ao vivo, versa sobre diversos temas, que englobam aspectos como sexualidade, pertencimento e regionalidade, drogas, saúde mental e emoções, relacionamentos, trajetória de vida etc. O disco, gravado a partir de batidas disponibilizadas no *YouTube*, é predominantemente no estilo de Funk de BH (Belo Horizonte/MG) que, de acordo com o pesquisador e jornalista pernambucano, GG Albuquerque (2021), é um estilo minimalista, com “um ritmo mais lento e uma sonoridade mais espacial, etérea e ‘ambiente’.”



Clique ou digite o link no seu navegador, ou escaneie o QR code e ouça o EP de MC Jotaefe: <https://on.soundcloud.com/J9deD>

Vivo a vida tranqüilinho, porque já passei depressão
por causa de uma menina que iludiu meu coração
me deu uma rasteira e também me jogou no chão
mas o coração cicatriza e aí cê tá ligado
um dia cê tá lá embaixo e no outro não desamparado
(JOTAEFE, 2022).

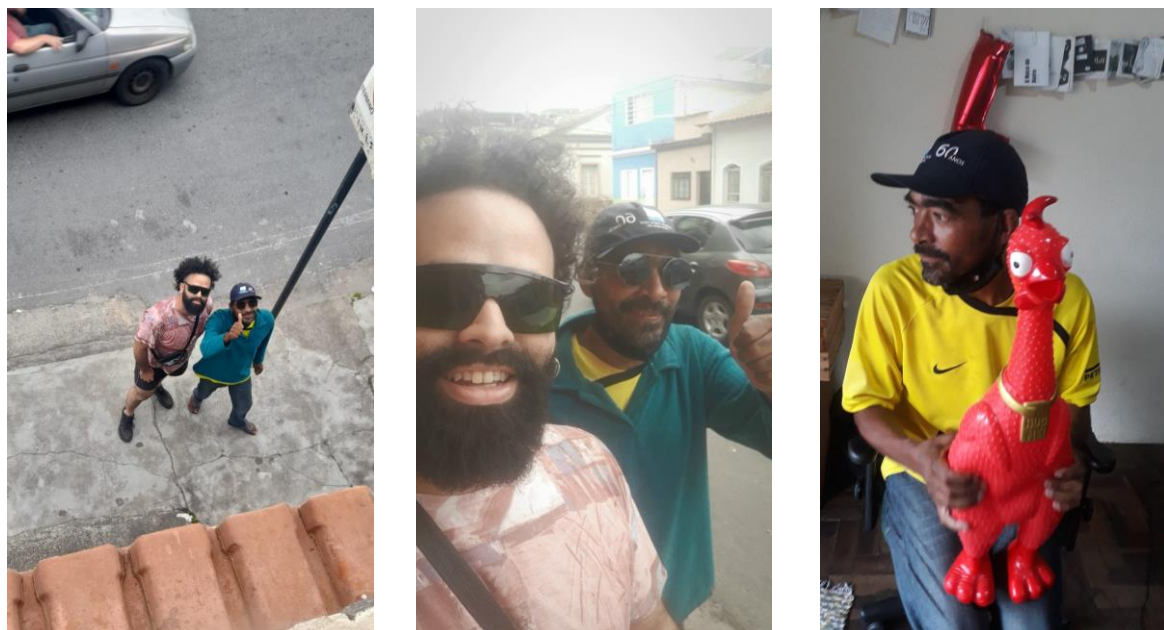
- **Banda de Música Ráio Roll na Mostra Vestígios UFSJ**

O indicador psicossocial abordado a seguir trata de uma das principais intervenções promovidas através das práticas arteduo comunicativas no CAPS del-Rei: produzimos um show experimental, pautado pela liberdade artística e protagonizado por um artista que é usuário do CAPS. Com essa proposta, integramos a programação de uma mostra de artes promovida por alunos e professores da pós-graduação da Universidade Federal de São João del-Rei, evento que ocorreu no centro cultural da instituição, um casarão histórico da cidade, patrimônio tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O que transcende a apresentação foi o seu processo de montagem, que contou com uma série de intervenções urbanas artemidiáticas, entrevistas e matérias nos meios de comunicação tradicionais e centenas de manifestações públicas em apoio a grande estrela do show: Adriano Sexto. Para falar sobre esse evento e seus desdobramentos, antes preciso falar sobre Adriano, esse cidadão brasileiro de 45 anos, casado, pai de família (três filhos), cantor, locutor e comunicador, e sobre como nos conhecemos.

Conheci Adriano em minha terceira visita ao CAPS: quando cheguei à unidade, às 14 horas daquela terça-feira, quem se encontrava na unidade, com sua voz potente e grande criatividade, era Adriano, usuário da RAPS e artista de rua. Fiquei feliz ao vê-lo ali, pois já havia visto Adriano cantando pelas ruas de São João-del Rei e ficado interessado pela sua intervenção artística. Encontrá-lo daquele espaço, disponível para conversar e criar, me deixou bastante animado, de modo que começamos instantaneamente uma troca de ideias e sons, a qual o músico respondeu com a fluidez e a abertura características dos indivíduos do meio artístico. Esse encontro marcaria o início de uma relação mediada pela criatividade: viramos parceiros de ação; Adriano se tornou o participante mais assíduo das práticas arteduo comunicativas no CAPS (e fora dele).

FIGURA 13 – Fotos do processo de produção do show da Banda Ráio Roll



FONTE: Acervo Pessoal (2022).

O cantor é conhecido na cidade, pois leva sua música por onde vai, cantando e interagindo com as pessoas. Às vezes, à capela, ou seja, sem microfonação; às vezes, com um microfone de cabeça — aqueles no estilo *headset*, que ficam presos sobre as orelhas por uma armação —, mas sempre com um sorriso. Adriano Sexto — seu nome artístico — mistura canções autorais, versões de clássicos do pop, romântico, brega e gospel, mensagens variadas e muito carisma em suas intervenções diárias. Para Adriano, caminhar é sinônimo de cantar. Enquanto se desloca em suas jornadas diárias pela cidade, vai cantando e encantando a população, que nutre pelo artista um carinho que se manifestou — entre outras formas — em centenas de reações e comentários nas matérias veiculadas sobre o nosso show.

Após o encontro do dia (08/11) com a arte-educadora Maria Cordélia, as práticas entraram na sua reta final, encaminhando-se para a realização de seu encerramento: a meta de produzir uma apresentação artística na comunidade e, a partir disso, promover a ocupação do cenário cultural em diversas esferas (espaço urbano, mídia etc.). Devido ao processo de ambulatorização da unidade e à ausência do transporte que deveria ser fornecido pela prefeitura, já relatados, a baixa adesão à permanência diária no CAPS dificultou o processo de formar um grupo fixo para as atividades. Assim sendo, resolvi focar na parceria com o artista Adriano Sexto, para produzirmos a apresentação, tendo em vista que Adriano sempre retornava para os grupos e mostrava-se bastante animado com a ideia.

Sugeri para ele que nos apresentássemos na programação da VII Mostra Vestígios, produzida pelo Programa Interdepartamental de Pós-Graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS) da UFSJ. Em caráter presencial, a mostra aconteceu no Centro Cultural da UFSJ, localizado em um casarão colonial denominado Solar da Baronesa, situado no centro histórico de São João del-Rei. O evento, que durou nove dias, reuniu uma série de trabalhos e performances e tinha como base “o paradigma da sustentabilidade como uma nova fronteira para as artes”, além do intuito de “desenvolver novas linguagens artístico-estéticas e teórico-práticas, aqui denominadas “Ecopoéticas”, cujos objetivos são os de ampliar o papel das artes no desenvolvimento de uma cultura e de uma estética de sustentabilidade.” (VESTÍGIOS, 2022, não p.).³⁵

Antes de confirmar nossa participação no evento, fui até a casa de Adriano — ele havia me dito onde morava —, para ver sua disponibilidade e perguntar qual seria o nome da nossa banda, ao que ele respondeu: “Banda de Música Rádio Roll!”. Nessa ocasião, tive a oportunidade de conhecer a casa e a família de Adriano: sua esposa e os três filhos do cantor. A mostra Vestígios ocorreu dos dias 18 a 27 de novembro, e nossa apresentação ficou marcada para 25/11 (sexta-feira), às 18 horas, encerrando a programação daquele dia.

Nossa agenda de preparação ficou definida para um ensaio na minha casa, no dia 23, uma entrevista para a rádio Estrada Real, no dia 24, convidando a população para o show, e a passagem de som e apresentação, ambas no dia 25. Além da nossa performance, aconteceria o lançamento do álbum *Rádio Lelé Vol. 2 – Sessões no Centro de Atenção Psicossocial*, com registros musicais das práticas desenvolvidas no CAPS del-Rei.

A seguir, são apresentados o desenrolar do processo de montagem e a divulgação da performance, bem como o dia do evento e seus desdobramentos.

Dia do ensaio (23/11)

Marcamos nosso ensaio para quarta-feira (23/11), na parte da tarde. Como já vínhamos de uma série de encontros musicais no CAPS, encontrávamo-nos bastante sintonizados em relação ao repertório e à dinâmica de nossa prática musical. Adriano é um artista bastante fluido e versátil, que se adapta bem ao improviso, dialogando musicalmente com praticamente tudo que lhe é proposto, sem dificuldade. A preparação do show com Adriano foi uma intervenção antimanicomial do início ao fim: ele já veio para o ensaio cantando durante o caminho, de modo

³⁵ Para acessar registros da Mostra, acesse: <https://mostravestigios.ufsj.edu.br/2022/>

que foi possível ouvi-lo de longe, pois sua cantoria ficava cada vez mais próxima. Assim que chegou, se direcionou para a varanda e começou a cantar — moro em um imóvel de segundo piso, cuja varanda frontal dá para uma das ruas mais movimentadas do bairro, com fluxo intenso de carros, ônibus e pessoas. À medida que eu perguntava quais músicas iríamos cantar no próximo dia, ele falava o nome das canções e já começava a entoá-las na varanda, interagindo com as pessoas na rua.

Depois de analisar o repertório e tomar um café, fomos buscar um equipamento de áudio na casa dele para poder ensaiar. Antes de sair, sugeri que colocássemos óculos escuros para que ficássemos descolados como estrelas do rock. Caminhamos pelo centro da cidade, cantando durante o trajeto, interagindo com os transeuntes, convidando a comunidade para o show do dia seguinte e fazendo vídeos desse processo para a divulgação. Quando voltamos e montamos a estrutura do som para o ensaio (efeitos, microfones, amplificação), ele também fez o ensaio inteiro na varanda, cantando e interagindo com as pessoas, promovendo uma verdadeira intervenção urbana através da arte.



Clique ou digite o link no seu navegador, ou escaneie o QR code, e confira Adriano interagindo com a população de São João del-Rei/MG: <https://youtu.be/GHAPiykw1dY>

Depois do ensaio, fomos até a casa devolver uma caixa de som que havíamos buscado e o convidei para irmos até o Solar da Baronesa, onde haveria uma apresentação performática às 19 horas, integrando a programação daquele dia da Mostra Vestígios. A performance, intitulada *Manifesto Tupiboabas*, passava por uma série de referências antropofágicas e modernistas e apresentou uma proposta teatral sonora e interativa. Durante a apresentação, acabamos interagindo com os atores, que nos puxaram para dentro da cena e, inclusive, penduraram partes do figurino em Adriano, que acabou participando do quadro, dançando, rindo e se divertindo bastante. Ficamos juntos até o final da apresentação, às 20 horas, e nos despedimos, ficando de nos encontrar no dia seguinte, na parte da manhã, para ir à Rádio Estrada Real gravar uma entrevista convidando as pessoas para o show da Banda de Música Ráio Roll.

Dia da entrevista (24/11)

FIGURA 14 – Postagem sobre entrevista de Adriano Sexto nas redes sociais da Rádio Estrada Real



FONTE: Instagram (2022).

No dia seguinte, fomos à sede da Rádio Estrada Real, localizada no centro histórico de São João del-Rei, para gravar uma entrevista com Adriano convidando a população para o show e falando sobre o lançamento do disco gravado no Centro de Atenção Psicossocial. Novamente, fizemos um trajeto urbano regado a intervenções artístico/midiáticas. Chegando à rádio, concedemos a entrevista, Adriano cantou, contou um pouco de sua história de vida e convidou as pessoas para apresentação. O artista ficou bastante animado e, quando deixamos a sede do veículo de imprensa, ele estava tão empolgado que, assim que nos despedimos, saiu correndo e cantando feliz, andando de um modo bastante acelerado, meio saltitante e demonstrando excitação.



Clique ou digite o link no seu navegador, ou escaneie o QR code, e confira trecho da entrevista de Adriano para a Rádio Estrada Real: https://www.instagram.com/p/C1_3EAXJiCl/

“Quero aprender música, ser professor especial de alegria pela música.”

(ADRIANO SEXTO, 2022)

Dia da apresentação (25/11)

No dia da apresentação, Adriano veio até a minha casa por volta de 15 horas. O show estava marcado para 18 horas e tínhamos que fazer a montagem às 16 horas. Convidei o músico Pablo Araújo, cavaquinista que já havia colaborado com o projeto no CAPS em outros momentos, para fazer participações no show. A apresentação foi um sucesso e reuniu um público de cerca de 20 pessoas, entre professores, alunos da UFSJ e membros da comunidade local. O cenário era bonito, emoldurado pela beleza do casarão histórico e pelas obras de arte componentes da Mostra Vestígios. Em uma das paredes, projetamos imagens de autoria de Marlon de Paula, feitas no Museu Bispo do Rosário³⁶ e componentes da primeira edição do álbum *Rádio Lelé*. Além disso, fixamos cartazes com um QR code direcionando as pessoas para a segunda edição de *Rádio Lelé – Sessões no Centro de Atenção Psicossocial*, oficializando o lançamento da obra, que consiste no registro das criações coletivas desenvolvidas pelos usuários do CAPS del-Rei, no período de nossas atividades.

A apresentação ocorreu com grande carga de criatividade e ludicidade, com Adriano cantando e dançando com bastante animação, ao que eu e Pablo Araújo compúnhamos a base musical para a cantoria do artista. Entre uma música e outra, Adriano encaixava mensagens aos professores e aos alunos e falava de temas variados, como família e as festas de fim de ano, desejando momentos de harmonia e felicidade para os presentes.

O processo de produção da apresentação me fez refletir sobre a questão do território e suas relações, sendo este um dos principais aspectos que pautam a atuação dos Centros de Atenção Psicossocial: a inserção dos indivíduos em vulnerabilidade psicossocial na comunidade. Por ser um artista que ocupa o espaço urbano, Adriano é um indivíduo que carrega a questão da territorialidade. Ele mora em São João del-Rei há mais de 14 anos e tem família aqui, integrando, além da paisagem sonora da cidade, a comunidade local. Centenas de pessoas o reconheceram e reagiram nas mídias veiculadas sobre a apresentação. Além disso, enquanto caminhávamos pelo centro, cantando e anunciando o show, pude perceber demonstrações de carinho com relação a sua figura.

³⁶ Localizado no território da antiga Colônia Juliano Moreira (RJ), complexo psiquiátrico que chegou a receber milhares de internos, o museu é uma referência de arte e luta antimanicomial, homenageando o grande artista Arthur Bispo do Rosário, que passou grande parte de sua vida internado.

FIGURA 15 – Comentários em apoio a Adriano em postagens de veículos de imprensa nas redes sociais



FONTE: Instagram (2022).

A universidade, por outro lado, é um espaço que, por vezes, é visto como um ente externo à comunidade, inclusive pelo fato de muitos estudantes e professores serem oriundos de outras cidades. Ademais, a distância entre a Academia e a população acaba reforçando essa percepção. Ao integrar a programação da mostra, nesse espaço do Centro Cultural da UFSJ, geralmente reservado a grandes artistas ou estudantes e pesquisadores da Arte, bem como a solenidades oficiais da instituição, Adriano acabou tensionando essas relações territoriais simbólicas. Pude perceber esse fato no reconhecimento por parte de funcionários do Centro Cultural e da Universidade, nativos de São João del-Rei, que ficaram sabendo do show, viram Adriano lá e se mostraram bastante animados com a apresentação, com o fato de vê-lo ocupando aquele espaço. Ao integrar uma programação que, muitas vezes, é composta por obras e expositores que não têm uma conexão direta com a comunidade local, Adriano despertou reações positivas nesse público.

Esse fato encontra eco nos ideais educomunicativos na proposta do CAPS, que é justamente potencializar essas integrações por meio da arte e da ocupação cultural. Trata-se de reconhecer esse indivíduo, sua arte e a importância territorial cultural que ele tem, buscando contribuir para que ele se perceba inserido na sociedade, tentando fomentar essa relação com os territórios do qual ele já faz parte através da ocupação dos veículos de mídia, das redes digitais e dos espaços de trocas e fluxos culturais: o potencial arteducomunicativo aliado às perspectivas da Reforma Psiquiátrica, buscando o reconhecimento e o fomento a essa ocupação que ele já faz do espaço urbano. O processo de montagem e de execução dessa apresentação foi

muito gratificante e, através dele, pudemos estreitar nossos laços afetivos. Além disso, o show marcou a celebração das práticas arteducomunicativas no CAPS del-Rei, encerrando nosso processo na unidade, em uma noite repleta de arte e liberdade criativa.



Clique ou digite o link no seu navegador, ou escaneie o QR code, e confira trechos da apresentação da Banda Rádio Roll na VII Mostra Vestígios: <https://youtu.be/f2kjgmOUEtg>

4.4 Indicador psicossocial III: Gestos

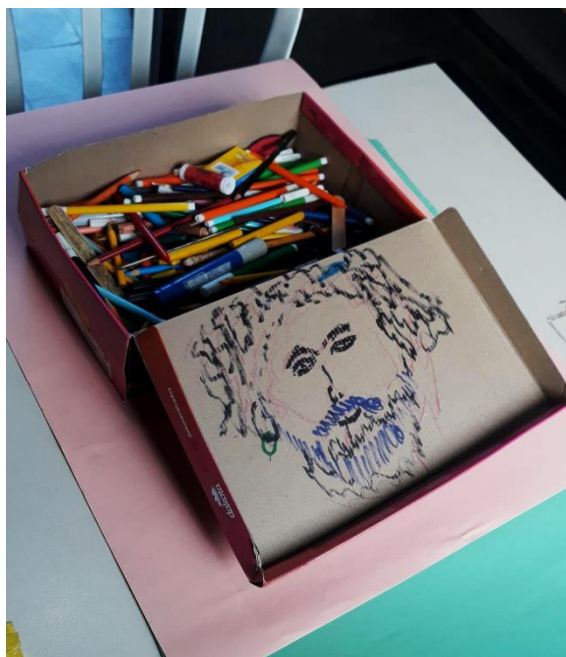
O presente indicador psicossocial trata de uma pausa nos aspectos descritivos do processo, para uma abordagem subjetiva e, de certa forma, poética. Um momento para apreciar alguns dos gestos e das texturas afetivas que se manifestaram no decorrer das práticas arteducomunicativas no CAPS, em consonância com o pensamento cartográfico de Rolnik (2011), que destaca a importância de buscar matérias expressivas que manifestem o máximo de afetos possíveis. Alguns desses gestos já apareceram no texto anteriormente, outros, não. De toda forma, acredito que eles ganhem força agrupados dessa maneira. A seguir, está organizada uma lista antirracionalista de cinco gestos e afetos no Centro de Atenção Psicossocial:

1 – **Tuxa sambando de olhos fechados:** Margareth, também conhecida como Tuxa, é uma mulher com cerca de 50 anos de idade e usuária do CAPS. Ela participa da congada em Santa Cruz de Minas, canta e toca reco-reco³⁷. No dia em que participou das práticas, protagonizou momentos interessantes. À certa altura, cantou um louvor em homenagem a outra usuária e, em seguida, fez uma oração pedindo pelo bem de todos no grupo. Em outro momento, Tuxa entoou *Cheia de Manias*, do grupo Raça Negra, e, na sequência, ouvimos a gravação dela cantando, ao que ela reagiu com animação, sambando de olhos fechados enquanto o grupo aplaudia.

2 – O dia em que **o grupo (familiares e usuários) fez espontaneamente um desenho coletivo, no qual me retrataram na tampa de uma das caixas de lápis de cor.** Gesto que, para mim, soou bastante afetivo e me deixou muito feliz.

³⁷ Instrumento percussivo.

FIGURA 16 – Desenho na caixa de lápis



FONTE: Acervo pessoal (2022).

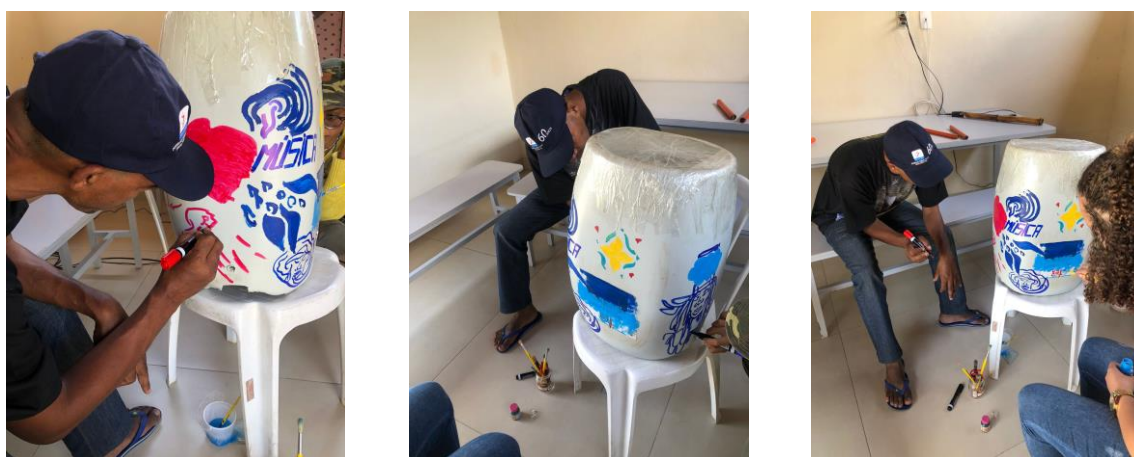
3 – Flávia, usuária do CAPS, passando pela rua, viu as práticas acontecendo através da grade do portão — a gente cantando, tocando e rindo —, saiu correndo e entrou na unidade para participar daquele momento, indagando “**estão fazendo festa e nem me chamaram?!**”

4 – **Adriano plugando seu microfone:** enquanto eu montava o equipamento que iríamos utilizar nas atividades, Adriano, de maneira autônoma, plugou (conectou) um microfone que havia levado em uma das entradas da caixa de som. Não era necessariamente a entrada de microfone, mas aquele gesto espontâneo, literalmente de conexão, me pareceu simbólico. Sem que ele percebesse, mudei o cabo para a entrada indicada e liguei a caixa, plugando também meu microfone, ao que começamos a conversar amplificadamente, em um tom de programa de rádio, com Adriano saudando as pessoas presentes na unidade. Depois disso, fui buscar alguns instrumentos de percussão para as práticas e o deixei “microfonado”. Nesse meio tempo, o artista começou a cantar, o que atraiu a atenção das pessoas, que foram naturalmente se aproximando. Desse modo, os participantes agruparam-se de uma maneira orgânica e, à medida que se aproximavam, sugeri que tocassem os instrumentos de percussão que estavam disponíveis, somando-se à música de Adriano. Assim sendo, o início das atividades daquele dia se deu de maneira bastante fluida, o que contribuiu para o ecossistema comunicativo entre nosso grupo de cerca de 15 pessoas. Ao grupo, composto por usuários, estudantes de Psicologia e familiares, somou-se também a neta de uma das participantes: Hanna, com cerca

de 5 anos de idade, que cantou no microfone e juntou sua voz de criança às nossas vozes. Foi um momento bastante terno, que despertou reações positivas nos participantes.

5 – **Adriano correndo na porta da rádio:** o dia em que demos entrevista na Rádio Estrada Real FM, sobre o nosso show na Mostra Vestígios e, na saída, Adriano ficou tão empolgado que saiu correndo e cantando, bastante eufórico.

FIGURA 17 – Pintura coletiva do tambor de percussão reciclável utilizado nas atividades³⁸



FONTE: Acervo pessoal (2022).

Esses foram cinco gestos que escolhi para simbolizar momentos afetivos que ocorreram durante as práticas no CAPS, um momento mais leve nesta leitura para nos preparar para o próximo e último indicador psicossocial desta cartografia: os contrastes com o manicômio e as fragilidades que detectei na rede substitutiva.

4.5 Indicador psicossocial IV: Contrastes com o manicômio versus fragilidades na rede substitutiva

Como citei no início do capítulo, as atividades de pesquisa no Centro de Atenção Psicossocial foram um processo de encontro entre expectativa e realidade, por parte de um pesquisador antimanicomial que havia vivenciado a realidade dos hospitais psiquiátricos de perto e ansiava por um contato com a rede substitutiva ao modelo hospitalocêntrico manicomial. Justamente por haver vivenciado o manicômio de perto, sabia das inúmeras contradições e violações de direitos humanos presentes nos hospitais psiquiátricos, de modo que compreendo

³⁸ Enquanto pintávamos, Flávia ficou cantando no karaokê. Uma usuária fez um desenho antiproibicionista no tambor e os demais coloriram o instrumento.

a necessidade urgente do fim dessa estrutura — que, infelizmente, ainda é presente em nosso país — e a adoção de novos³⁹ modelos. Os Centros de Atenção Psicossocial são um elemento central nesse processo, sendo esse um dos motivos que fundamentaram a escolha desse equipamento para a realização das práticas artemidiáticas.

Porém, a realidade nunca é como idealizada: como cidadão brasileiro e usuário do SUS e de outros serviços públicos (transporte, educação etc.), sei bem que existe uma série de demandas no setor estatal, o que não quer dizer que o livre acesso a tais serviços não seja fundamental. Saúde e educação, por exemplo, são direitos universais, que devem ser garantidos a todos pelo Estado, do contrário viveríamos situações semelhantes àquela de países como os Estados Unidos, onde o indivíduo, além de sofrer com o acometimento de algum mal à sua saúde, muitas vezes precisa lidar com dívidas altíssimas decorrentes do tratamento médico. Desse modo, pontuo aqui que as críticas que apresentarei não estão direcionadas ao modelo de tratamento em comunidade, recomendado pela OMS (2001). Trata-se apenas de identificar a necessidade de mais investimentos, do fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial, bem como da consolidação da Lei da Reforma Psiquiátrica, encerrando de vez o modelo hospitalocêntrico e garantindo os preceitos presentes em nossa Constituição.

O contato com o CAPS revelou uma série de aspectos positivos e efetivos do tratamento integrado à comunidade, que brilharam aos olhos de alguém que só conhecia o modelo manicomial. Que beleza foi vivenciar a potência das relações dos usuários com o território e a comunidade e a presença transformadora da família nesse processo. A seguir, são descritas impressões decorrentes dessa vivência, tanto contrastes positivos com relação ao modelo hospitalocêntrico, quanto fragilidades que identifiquei na estrutura do CAPS. Vale ressaltar o momento delicado em que a unidade se encontrava, retornando às atividades presenciais após o período mais intenso da pandemia de covid-19, bem como a chegada de uma nova equipe, sem experiência prévia atuando no campo da Saúde Mental.

- **Contrastes com o Manicômio**

Antes de iniciar este tópico, vale pontuar que, de acordo com Alverga e Dimenstein (2006), o manicômio pode se manifestar em diversos aspectos de nossa sociedade, dentro ou fora dos muros dos grandes hospitais psiquiátricos, em nossas percepções ou maneiras de agir com relação aos indivíduos em sofrimento psíquico. Apesar disso, o que está em pauta aqui são

³⁹ O que estamos chamando aqui de “novos modelos” já foi apontado (no mínimo) há mais de 20 anos, nas diretrizes da Lei da Reforma Psiquiátrica, que, infelizmente, ainda não foi completamente implementada.

os contrastes entre o cuidado em liberdade, integrado à comunidade, e o modelo hospitalocêntrico, no qual pessoas passam décadas internadas “vivendo” em grandes alas hospitalares com camas metálicas, afastadas do restante da sociedade e privadas de sua individualidade: sim, infelizmente, essa realidade persiste no Brasil de 2023.

- **Família**

Acredito que a questão familiar tenha sido a primeira que me impactou com relação à experiência que tinha tido nos hospitais psiquiátricos: enquanto, nos hospitais, a presença familiar fica restrita à visita em horários preestabelecidos e dias específicos, no CAPS, esse elemento é constantemente presente. Lembro-me da primeira vez que fui à unidade do CAPS del-Rei para apresentar a proposta de pesquisa. Naquele dia, estavam presentes uma mãe e seu filho no corredor, questionando o psiquiatra acerca da dosagem da medicação do jovem.

No hospital psiquiátrico, a família tem pouco ou nenhum controle sobre essa questão, que fica restrita ao interno e à autoridade médica, em uma relação claramente assimétrica. Muitas vezes, pessoas de outras cidades são direcionadas para o hospital psiquiátrico, o que dificulta ainda mais o contato familiar, tendo em vista os custos de deslocamento e o perfil das pessoas internadas em hospitais psiquiátricos públicos: majoritariamente oriundas de famílias de baixa renda. Esse afastamento pode se tornar tão intenso, que não são raros os casos nos quais o indivíduo perde totalmente o vínculo familiar e passa a ser tutelado pela instituição.

No CAPS, além da intervenção familiar em questões relativas ao tratamento clínico, pude vivenciar diversos momentos da presença da família nas práticas arteduo comunicativas e me arrisco a dizer que a maioria das práticas teve a participação de algum familiar. Tive, inclusive, a oportunidade de desenvolver momentos de ação artística exclusivamente com um núcleo familiar, como o dia citado no indicador psicossocial I, em que estiveram presentes na oficina as irmãs Samira e Soraia, juntas do pai e da madrasta. Na ocasião, criamos algumas composições coletivas e, em uma delas, surgiu o verso “Viver em família é a melhor coisa”, cantado pelo pai.

No hospital psiquiátrico, eu jamais havia feito uma prática com algum familiar presente, salvo os casos em que mais de um membro da família estavam internados. Nesse sentido, outro dia que me marcou na experiência no CAPS foi o momento em que a neta de cinco anos de uma das usuárias participou das práticas, cantando com o grupo. A presença de uma criança nas dependências do hospital psiquiátrico é algo praticamente impensável, fato que ilustra a separação brutal do cotidiano dos internos (pais, mães, avós, tios etc.) com o seio da família.

- **Psiquiatria**

Outro ator que nunca havia estado presente nas práticas artísticas que desenvolvi em hospitais psiquiátricos é a figura do psiquiatra. Enfermeiros, psicólogos, oficineiros, estagiários e até pessoas da manutenção já haviam se juntado às rodas de criação coletiva, mas psiquiatras nunca. Em certa ocasião, uma psiquiatra recriminou a criação artística de uma usuária, dizendo, para mim — após escutar a gravação da composição —, que não era algo positivo, pois se tratava de uma mente em delírio.

Fiquei impactado com a colocação, pois tal posicionamento já era criticado por Nise da Silveira em 1981, quando publicou a primeira edição do livro *Imagens do inconsciente*. Segundo Silveira (2015), os psiquiatras insistem em reduzir as obras dos indivíduos em sofrimento psíquico a reflexos de sintomas e de ruína psíquica.

No CAPS, tive a oportunidade de vivenciar a participação de psiquiatras nas práticas arteduo comunicativas em mais de um momento. A psiquiatra Flávia juntou-se a nós em mais de uma ocasião, cantando, inventando uma coreografia com uma usuária e fazendo um dueto com outro participante.

- **Comunidade e território**

A relação dos usuários com a comunidade e o território foi outro fator presente no Centro de Atenção Psicossocial que contrastou com minha experiência nos hospitais psiquiátricos. Esse aspecto se manifestou de diversas maneiras na autonomia com que tais relações se dão no cuidado comunitário, fator que é um dos princípios norteadores dos Centros de Atenção Psicossocial (BRASIL, 2004). Quando atuava nos hospitais, algumas vezes, convidei internos para minha casa ou para eventos culturais abertos e, para que fosse possível tal interação, era necessária uma aprovação por parte do corpo técnico da instituição, com especificidades relacionadas a horário de saída e entrada do indivíduo no hospital. Já no CAPS, esse processo fica mediado apenas pelo próprio indivíduo e, em casos específicos, sua família.

Durante a preparação para o show da Banda Rádio Roll no Centro Cultural da UFSJ, estive na casa de Adriano algumas vezes e interagi com sua família. Adriano também esteve em minha casa, ensaiando, conversando, tomando café etc., em mais de uma ocasião. Em um dos dias de ensaio, convidei o músico para um evento que estava ocorrendo na programação da mostra que integrávamos e ele prontamente aceitou. Passamos em sua casa para deixar alguns equipamentos e nos deslocamos até o evento, no qual ficamos até as dez da noite,

aproximadamente. Tudo isso sem nenhuma necessidade de mediação, apenas dois indivíduos exercendo sua autonomia e frequentando os ambientes de trocas culturais do espaço urbano.

Além disso, a construção do nosso show — as escolhas estéticas e de conteúdo — se deu de maneira dialógica, sem nenhum tipo de censura ou restrição do corpo técnico do CAPS: construímos a proposta a partir das referências que Adriano havia trazido. O mesmo aconteceu nas vivências com o MC Jotaefe, que inicialmente se mostrou receoso de cantar funk no CAPS, na dúvida se seria permitido ou não. Em minha experiência nos hospitais psiquiátricos, já presenciei, mais de uma vez, recomendações da equipe para evitar músicas do gênero funk, por sua relação com a temática de drogas, sexo etc. Essa postura moralista se dá, em grande parte, pela relação desses espaços com a religiosidade (cristã), que acaba sendo adotada como forma de tratamento. Em vários casos, a própria instituição é gerenciada por órgãos diretamente relacionados a comunidades religiosas.

Ainda sobre o show que fizemos no centro cultural, em diálogo com a comunidade e a mídia local, todo o processo de divulgação e de relação com os meios também foi mediado pela autonomia de Adriano em suas escolhas de comparecer ou não, diferente do que ocorreria no hospital psiquiátrico, onde tal decisão teria que ser aprovada pela instituição. A própria opção de realizar o show foi pautada na escolha de Adriano em fazê-lo: a autonomia de um artista que ocupa cotidianamente o espaço urbano com sua prática artística, em contraste com os vários artistas que conheci nos hospitais psiquiátricos, silenciados pelos muros das instituições e impedidos de circular livremente com seus discursos e expressões pelo centro urbano.

Essas e outras diferenças com relação ao modelo dos hospitais psiquiátricos reafirmam as diretrizes da Organização Mundial da Saúde (2001), segundo as quais os cuidados devem ser conduzidos na comunidade. Esse posicionamento não é alheio à ocasional necessidade de acolhimentos intensivos em casos extremos. Muitos familiares questionam tal diretriz ao pensar nos casos de surto em que o indivíduo coloca em risco outras pessoas ou a si mesmo. Tal situação está prevista na estrutura da rede substitutiva, seja nos leitos em hospitais gerais ou em acolhimentos nos CAPS III, modalidade que funciona 24 horas por dia. A diferença está no tempo de internação e no direcionamento para que o indivíduo retorne o quanto antes para o convívio social, diferente do modelo hospitalocêntrico, que quer mantê-lo internado o maior tempo possível, pois depende das diárias referentes à sua internação para obter recursos.

Tendo dito isso, são apresentadas as colocações acerca das fragilidades detectadas na rede substitutiva e reflexões sobre o ativismo midiático nessa conjuntura de um modo mais amplo. Porém, antes, é necessário reafirmar o apoio à desinstitucionalização e à Reforma Psiquiátrica no Brasil: pelo fim dos Manicômios! Hospital não é lugar para se morar!

- **Fragilidades na rede substitutiva**

Por ter tido contato com a realidade dos hospitais psiquiátricos e suas violações de direitos humanos, minha expectativa com relação a conhecer a rede substitutiva era bastante alta. Além disso, ao longo do processo de construção do texto para a qualificação, aprofundi-me em leituras acerca da história da Reforma Psiquiátrica e dos Centros de Atenção Psicossocial, elementos centrais desta iniciativa e cuja idealização e seus regimentos são baseados em fatores que vão ao encontro dos ideais da luta antimanicomial. Dessa maneira, ao conhecer o pensamento que norteia a criação e o estabelecimento da Rede de Atenção Psicossocial no Brasil, a expectativa de conhecer essas estruturas de perto ficou ainda maior.

Como dito anteriormente, o contato com o CAPS reafirmou minhas percepções acerca da potência do cuidado em comunidade, bem como a urgência pela efetivação das medidas propostas na Lei da Reforma Psiquiátrica. Porém, conhecer a realidade da rede substitutiva também foi perceber uma série de demandas por investimentos, além de alguns aspectos que não estavam em consonância com as diretrizes que norteiam o estabelecimento do Centros de Atenção Psicossocial.

Nesse sentido, o principal aspecto que identifiquei foi a ausência de atividades culturais e oficinas proporcionadas pela unidade. De acordo com o manual do CAPS (BRASIL, 2004), a disponibilização de oficinas regulares está prevista como parte da estrutura mínima que deve ser ofertada pelo espaço. Quando iniciei as atividades, as oficinas arteduo comunicativas eram a única opção e elas aconteciam apenas uma vez por semana. No decorrer do processo, apareceu uma dupla de voluntários, que também iria propor atividades de cunho artístico, porém, igualmente, apenas uma vez por semana (no turno da tarde), de modo que, dos cinco dias úteis da semana, em apenas dois, havia a oferta de algum tipo de prática e apenas em um turno, com o resto da grade ociosa.

Apesar disso, vale pontuar que o CAPS se encontrava em um momento delicado, de retorno às atividades presenciais, após o período mais intenso da pandemia de covid-19. Ademais, a equipe da unidade era composta majoritariamente de pessoas recém-contratadas, que não possuíam experiência prévia atuando no campo da Saúde Mental. Todavia, vale ressaltar que, entre o corpo de funcionários — mesmo entre os recém-contratados —, não havia o cargo de oficinheiro ou qualquer função voltada para o desenvolvimento de atividades práticas. A ausência de atividades no CAPS foi um dificultador para as práticas, pois, sem elas, a adesão dos usuários e sua permanência no espaço ficam prejudicadas, uma vez que estes estarão sujeitos à ociosidade. Desse modo, tal quadro reforçava uma situação de ambulatorização da

unidade, cuja presença dos usuários fica restrita aos atendimentos médicos e psicológicos e questões relativas a medicação e aspectos clínicos do tratamento, em vez de ser um espaço que fomente as relações e trocas culturais com a comunidade e o território, o que está previsto nas suas diretrizes federais (BRASIL, 2004).

Essa falta de aderência ao serviço, conseqüente, entre outros fatores, da falta de atividades no CAPS, prejudicou o desenvolvimento das práticas arteducomunicativas na unidade, pois nos deixou sujeitos à flutuação do público presente. Desse modo, lidar com um Centro de Atenção Psicossocial, muitas vezes, esvaziado e com uma frequência inconstante dificultou a formação do ecossistema comunicativo decorrente de atividades grupais e da conseqüente noção de coletividade.

Outro agravante para o quadro foi a ausência do transporte, que deveria ser garantido pela prefeitura para o deslocamento dos usuários. O CAPS del-Rei atende uma população que abrange moradores de várias partes da cidade — além de outros onze municípios. Desse modo, a falta do transporte impossibilitou a presença de usuários que residiam em bairros distantes da unidade e que tiveram que deixar de frequentar o espaço na modalidade de permanência diária. Tal situação foi relatada por parte da equipe diversas vezes, semana após semana, com uma previsão de solucionamento que não se concretizou até o fim das práticas arteducomunicativas.

Perante o quadro relatado, a equipe sugeriu que mudássemos o dia e o horário das práticas: inicialmente às terças-feiras, às 14 horas; depois às quartas-feiras, às 9 horas. Essa mudança ocorreu para privilegiar o horário em que acontecem os atendimentos médicos com o psiquiatra e as consultas com psicólogos, bem como a aplicação de remédios. O corpo técnico relatou que esses momentos eram os de maior público na unidade, com filas que podiam durar horas. Assim sendo, a estratégia seria abordar os usuários ociosos na espera por atendimento e realizar as práticas durante esse processo, como um modo de alcançar um público maior. Tal alteração ocorreu por volta do segundo mês de atividades, aproximadamente na metade do processo.

O fato demonstra o processo de ambulatorização da unidade, relatado anteriormente. Esse quadro de ausência de atividades e processos culturais no CAPS me deixou reflexivo, de modo que, quando estava próximo ao fim do período das práticas, fiquei pensando sobre como aquele tipo de vivências faria falta para as pessoas e para o cotidiano do Centro de Atenção Psicossocial: é urgente alguma mudança que garanta atividades regulares, coletivas e culturais no CAPS. Em meio a uma conjuntura com demandas latentes, o ativismo midiático me fez refletir sobre os riscos e os cuidados que devemos ter ao exercer tais práticas, de modo a evitar a distorção de uma realidade que precisa de mais investimentos, porém, sem expor

indevidamente um aparato tão fundamental para o processo de reforma psiquiátrica, como os CAPS, ainda mais em um momento de ataques e desmontes de cunho negacionista. Essa reflexão será abordada nas considerações finais da pesquisa, que vêm a seguir.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazer uma pesquisa de cunho político, a respeito da realidade de outras pessoas, é algo delicado. Adotar uma escrita crítica e discorrer sobre posicionamentos éticos também. Cria-se um risco de contradição, de hipocrisia, de vestir um falso papel de salvador, na contramão da horizontalidade defendida. Tão mais gratificante é o fazer e estar: a relação direta, a troca criativa e sensorial, tão mais dialógica que as teorias. Trata-se só de deixar que nossas criações, nossas sonoridades e nossos encontros falem por si. Foi desse lugar que vim, quando iniciei a pós-graduação, de quase três anos imerso na ação direta.

Apesar disso, sei a importância dessa reflexão e a necessidade de nos engajarmos como sociedade por diferentes maneiras e meios de nos relacionar com as "pessoas em situação de sofrimento psíquico"... "Pessoas em situação de vulnerabilidade psicossocial"... "Pessoas portadoras de transtornos mentais"... "Usuários da RAPS"... Pessoas. Durante a escrita, fazia a contagem de quais palavras usei e de quantas vezes as usei para me referir a indivíduos que enfrentam questões com as quais eu não sofro diretamente, e isso me fazia questionar o sentido do processo. Espero que, de alguma forma, este trabalho possa contribuir para a amplificação dessas vozes, dentro ou fora da Academia e sobre os mais variados temas, nas mais variadas formas de expressão e de criação de novos meios de comunicação disponíveis, bem como seu livre acesso, para que, de fato, possamos ouvir essas pessoas.

Além disso, espero modestamente poder contribuir com a ampliação da nossa capacidade de escuta como sociedade, para ouvir mais, com menos ideias previamente formuladas e normas acerca do que vale a pena ser ouvido ou não. Um ouvido mais aberto aos ruídos, às diferentes texturas, ao não linear, ao imprevisível, às emoções, ao afeto. Sejamos menos sérios, menos reacionários, menos conservadores, menos cheios de certezas sobre nós mesmos e sobre os outros. Podemos, inclusive, ser utópicos, romper o protocolo. Ser antimanicomial é aceitar que o protocolo pode ser rompido.

O que me motivou a desenvolver esta pesquisa e as ações que a antecedem é a luta pela ampliação da nossa gama de escuta, pelo alargamento desse espectro, ampliação dos sentidos, das nuances de cores que percebemos na vida. Foi também o posicionamento por mais liberdade criativa no nosso modo de se relacionar com as pessoas, por mais liberdade criativa na nossa percepção do mundo, na nossa percepção da arte, das expressões, da realidade, dos discursos. Trilhar esse processo foi entender que o monocromatismo da nossa sociedade racionalista é um projeto político capitalista focado na produtividade, no qual o sonhar é um privilégio, e o delírio da classe trabalhadora deve ser contido, pois é dotado de grande poder insurrecional.

É importante pontuar que esta pesquisa se desenvolveu em um momento de ascensão do conservadorismo no Brasil, no início do segundo ano do mandato de Jair Bolsonaro, marcado por fortes ataques à Reforma Psiquiátrica e aos direitos humanos no geral. Essa conjuntura acentuou a percepção acerca da natureza do projeto manicomial e a quem ele serve, bem como da urgência por transformações nesse sentido. Em um momento histórico de ataques e desmontes, vivenciado simultaneamente uma pandemia, pude presenciar articulações em resposta a tal quadro e participar, a nível municipal, da V Conferência Nacional de Saúde Mental, convocada pelo Conselho Nacional de Saúde, em dezembro de 2020, menos de um ano após o início desse projeto. As Conferências Nacionais são convocadas em momentos críticos no processo da Reforma Psiquiátrica no Brasil e representam pontos estruturantes de sua implementação, a última conferência havia sido em 2010, no contexto de dez anos da implantação da lei. Assim sendo, vivenciar tal articulação, durante a escrita de um texto que passa pela reflexão acerca desse movimento histórico, reforça a atualidade da presente pesquisa e a necessidade imediata de mudanças.

O pensamento estratégico sobre a ocupação dos meios de comunicação físicos — o espaço urbano e seus fluxos de trocas culturais —, digitais e analógicos, permeado pela liberdade criativa e protagonizado por pessoas em sofrimento psíquico — sistematicamente privadas de sua cidadania —, além de fomentar o Bem Viver desse grupo, pode contribuir para a sociedade como um todo. Se seguirmos esses ideais, certamente seremos um povo mais feliz, mais criativo, amoroso e diverso. Esse exercício de ocupação midiática, permeada pela liberdade criativa e afetividade, também contribuirá com a ação educacional, no que se refere ao questionamento e à formulação de modelos alternativos à mídia hegemônica. Desse modo, podemos fomentar a reflexão acerca das estruturas de comunicação que nos afetam profundamente e sobre aspectos de uma sociedade adoecida pela hipermediatização — à mercê de algoritmos enviesados —, aguçando um olhar crítico para configurações que nos atingem cotidianamente.

A Educomunicação oferece o suporte prático-teórico para a superação da percepção acerca das obras artísticas e discursivas de indivíduos em sofrimento psíquico como algo restrito ao âmbito terapêutico (apontada por vários autores), encarando-as como o que são: ações culturais, dotadas de valor artístico e potencial de intervenção na sociedade, amplificado através da ocupação dos meios de comunicação e do espaço urbano. Assim sendo, é importante reafirmar a discussão presente em nosso referencial teórico, sobre o inciso sexto da Lei da Reforma Psiquiátrica, segundo a qual é direito das pessoas portadoras de transtornos mentais “ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis”.

À luz da Constituição, acreditamos que a Educomunicação e o campo da Expressão Comunicativa por meio da Arte podem ser verdadeiros aliados da luta antimanicomial e se tornarem, além de um instrumento de denúncia, agentes na redução de danos para as pessoas em situação de vulnerabilidade psicossocial no Brasil. Nesse sentido, esta pesquisa busca reforçar e traçar estratégias que fomentem uma histórica — porém ainda vanguardista — abordagem cultural com relação à questão da loucura.

Quais seriam os meios de comunicação disponíveis, cujo livre acesso é um direito dessa população? Ao nos debruçarmos sobre o campo da Expressão Comunicativa por meio da Arte, não a compreendemos como um meio de comunicação? A etimologia da palavra *mídia*, do latim *media* (plural de meio), se refere à mediação, ou seja, ao encontro. As pessoas em situação de vulnerabilidade psicossocial têm direito ao encontro, ao diálogo, ao afeto, sejam esses encontros promovidos através das mídias, da arte ou do livre acesso aos demais meios de comunicação disponíveis.

Se é direito da pessoa portadora de transtornos mentais ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis, trata-se do direito, garantido por lei, à construção dialógica — arteducomunicativa ou não — da busca por maneiras diferentes de nos relacionarmos (comunicarmos) com a questão da loucura. Devemos reconhecer nossa responsabilidade constitucional de busca pela construção de diferentes meios de comunicação disponíveis, para estabelecer novas formas de relacionamento com as pessoas em situação de sofrimento psíquico. A diversidade cultural da loucura abrange múltiplas formas de expressão, sendo esse, inclusive, um dos principais pontos de partida para a discriminação dessa população. Esta proposta passa pela ressignificação dessa estrutura, pensando a multiplicidade expressiva como estratégia de intervenção e a Educomunicação como fomento ao seu grande poder criativo: se é pela comunicação que se exclui, talvez, por meio dela, possamos combater a exclusão.

A partir do contato com o cotidiano do Centro de Atenção Psicossocial, uma série de questionamentos relativos à imparcialidade começaram a me acometer: a ausência de atividades grupais e oficinas vai contra o próprio estatuto federal dos CAPS, que aponta tais práticas como estrutura básica que deve ser oferecida pela instituição. Ao compartilhar os registros das práticas arteducomunicativas, não se estaria contribuindo para maquiagem uma situação de desassistência? No curso de Comunicação Social, aprende-se que não existe imparcialidade, já que, ao escolher uma pauta ou assunto, uma série de outras pautas e assuntos estão sendo preteridos. Sob esse viés, ao escolher retratar e divulgar as ações artísticas que foram promovidas durante apenas um turno, um dia por semana, a ausência de atividades no restante dos dias não estaria sendo deixada de lado?

Em certa ocasião, estendi meus questionamentos a duas estudantes de Psicologia da UFSJ, que estavam acompanhando as práticas como parte de seu estágio obrigatório de intervenção em grupos. Refletimos sobre a linha tênue entre promover o protagonismo dos usuários, a defesa desse aparato tão importante da reforma psiquiátrica e o silenciamento acerca do sucateamento e ambulatorização do mesmo. A conclusão provisória a que chegamos foi uma ideia que se assemelha a “fazer o carro pegar no tranco”, demonstrando, para a equipe e para a comunidade, as possibilidades de ação e de troca cultural na unidade e seus benefícios, esperando, com muito otimismo, que, a partir disso, alguma providência fosse tomada.

Avaliando minha trajetória com as práticas arteducomunicativas em instituições da saúde mental, percebo alguns riscos relativos ao ativismo midiático e à produção de conteúdo: o risco de maquiar realidades manicomiais. Enquanto, no hospital, há o risco de cooptação por parte da instituição, para propagar o discurso falso de renovação de suas estruturas, tendência apontada por Robert Castel (1978), no CAPS, existe o risco de maquiar as carências presentes no serviço. Como apontar as demandas e as fragilidades que possam se manifestar no CAPS — visando saná-las —, sem expor essa estrutura central da reforma psiquiátrica de uma maneira indevida, em meio a uma conjuntura de ataques e desmontes? Como evitar que a ação artemidiativista desvie o foco de uma realidade com demandas urgentes? Reforço, aqui, que não se trata de uma crítica ao modelo de cuidado no território, apontado pela Organização Mundial da Saúde como o mais efetivo, apenas de um reconhecimento da necessidade de mais investimentos.

No momento, não tenho a resposta para essas perguntas, apenas as sinalizo para que as tenhamos em mente em futuras ações. A Educomunicação oferece aparato prático-teórico para um ativismo midiático antimanicomial, baseado no protagonismo dos indivíduos em sofrimento psíquico, porém é necessário agir com responsabilidade. Além disso, em consonância com o viés crítico e contra-hegemônico do campo educucomunicativo, é necessário questionarmos sempre a quais lógicas estamos servindo com nossas ações. Que Nise da Silveira, Paulo Freire, Stella do Patrocínio e tantas e tantos outros nos auxiliem nesse caminho.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2016.

ALBUQUERQUE, G. Guia: as diferentes batidas do funk pelo Brasil. **Blog Volume Morto**, [S.l.], 2021. Disponível em: <https://volumemorto.com.br/diferentes-batidas-funk-brasil/>. Acesso em: 31 mar. 2023.

ALMEIDA, Angélica Aparecida Silva de. **Uma fábrica de loucos**: Psiquiatria x Espiritismo no Brasil (1900-1950). 2007. 225 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

ALVERGA, A. R.; DIMENSTEIN, M. A reforma psiquiátrica e os desafios na desinstitucionalização da loucura. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**. Botucatu, v. 10, n. 20, p. 299-316, jul./dez., 2006.

AMARANTE, Paulo Duarte de Carvalho. **O homem e a serpente**: outras histórias para a loucura e a psiquiatria. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.

AMARANTE, P.; TORRE, E. H. G. Loucura e diversidade cultural: inovação e ruptura nas experiências de arte e cultura da Reforma Psiquiátrica e do campo da Saúde Mental no Brasil. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**. Botucatu, v. 21, n. 63, p. 763-774, dez. 2017.

AMARANTE, P.; NUNES, M. O. A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.l.], v. 23, n. 6, p. 2.067-2.074, 2018.

ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro**. São Paulo: Intrínseca, 2013.

BARRETO, Lima. **Diário do hospício**: o cemitério dos vivos. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

BARROS, Letícia Maria Renault de; BARROS, Maria Elizabeth Barros de. O problema da análise em pesquisa cartográfica. *In*: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Sílvia (org.). **Pistas do método da cartografia**: a experiência da pesquisa e o plano comum. Porto Alegre: Sulina, 2016. (Vol. 2). p. 175-202.

BIRMAN, Joel. A cidadania tresloucada: notas introdutórias sobre a cidadania dos doentes mentais. *In*: BEZERRA JUNIOR, B.; AMARANTE, P. (org.). **Psiquiatria sem hospício**: contribuições ao estudo da reforma psiquiátrica. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992. p. 71-89.

BOSCO, Natália. Governo estaria planejando encerrar programas de saúde mental do SUS. **Correio Braziliense**, [S.l.], 7 dez. 2020. Brasil, não paginado. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/brasil/2020/12/4893610-governo-estaria-planejando-encerrar-programas-de-saude-mental-do-sus.html>. Acesso em: 19 abr. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Lei da Reforma Psiquiátrica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 abr., 2001, Seção 1, p. 2.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde mental no SUS: os Centros de Atenção Psicossocial**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil**. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, nov. 2005.

BRASIL. Portaria nº 3.588, de 21 de dezembro de 2017. Altera as Portarias de Consolidação nº 3 e nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Rede de Atenção Psicossocial, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 245, 22 dez. 2017, Seção 1, p. 236- 238.

BREVE Histórico do PAI Nosso Lar. Polo de Atividades Integradas (PAI) Nosso Lar. Disponível em: <https://www.painossolar.com.br/-breve-historico-do-pai-nosso-lar/>. Acesso em: 19 abr. 2022.

BROCCHI, Davide. The Cultural Dimension of Sustainability. *In*: KAGAN, S.; KIRCHBERG, V. (ed.). **Sustainability: a New Frontier for the Arts and Cultures**. Frankfurt am Main: VAS-Verlag für Akademische Schriften, 2008. p. 26-58.

CASTEL, Robert. **A Ordem Psiquiátrica: A idade de ouro do Alienismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

CLÍNICA PAI NOSSO LAR. Adamantina, 2006. Disponível em: <https://www.painossolar.com.br/> Acesso em: 3 jun. 2023

CONSANI, M. A. Arte-educação, Educomunicação e Artemídia: diálogos na fronteira entre o digital e o sensorial. *In*: SOARES, I. O.; VIANA, C. E.; XAVIER, J. B. (org.). **Educomunicação e suas áreas de intervenção: novos paradigmas para o diálogo intercultural**. (Vol. 1). São Paulo: ABPEducom, 2017. p. 841-848.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP) *et al.* **Hospitais psiquiátricos no Brasil: Relatório de Inspeção Nacional**. [S.l.: s. n.], 2020. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/12/Relatorio_Inspecao_HospPsiqui.pdf. Acesso em: 15 mar. 2022.

COSTA, Jurandir Freire: **História da Psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

D'AMBROSIO, Ubiratan. A transdisciplinaridade como uma resposta à sustentabilidade. **Revista Terceiro Incluído**, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 1-13, 2013. DOI: 10.5216/teri.v1i1.14393. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teri/article/view/14393>. Acesso em: 20 abr. 2022.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs 1: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Ed. 3, 1995.

DISCO criado por pacientes de hospitais psiquiátricos reverbera vozes manicomializadas: Álbum é documento artístico de realidade manicomial ainda presente. **Mad in Brasil** – Ciência, Psiquiatria e Justiça Social, [S.l.], 9 mar. 2022. Disponível em: <https://madinbrasil.org/2022/03/disco-criado-por-pacientes-de-hospitais-psiquiatricos-reverbera-vozes-manicomializadas-album-e-documento-artistico-de-realidade-manicomial-ainda-presente/>. Acesso em: 23 abr. 2022.

FÉLIX-SILVA, Antônio Vladimir *et al.* Esquizocartografias do corpo em cena e experiências em movimento e luta antimanicomial. **Ayvu: Revista de Psicologia**, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 79 - 99, ago. 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. A linguagem da loucura. *In:* FOUCAULT, Michel. **A grande estrangeira: sobre literatura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 25-72.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira**. São Paulo: Olho D'água, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da tolerância**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Diretoria de Projetos III. **Diagnóstico de São João del-Rei**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1984. 3 v.

GARCIA, Paola Trindade; REIS, Regimarina Soares. (org.). **Redes de atenção à saúde: Rede de Atenção Psicossocial – RAPS**. São Luís, MA: EDUFMA, 2018.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

GUIMARÃES, João Paulo. **Meu Bairro Tijuco, ou será Tejuco?** YouTube, 15 nov. 2012. vídeo (71min54). Disponível em: <https://youtu.be/hJALav3jx2s>. Acesso em: 16 abr. 2022.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HEIDRICH, Andrea Valente; BERNDT, Dulce Pinheiro; DIAS, Miriam. As Conferências Nacionais de Saúde Mental e o paradigma da desinstitucionalização. *In:* SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL, 1, 2015. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina., 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INICIADO projeto que pode redefinir atuação da Clínica de Repouso. **SigaMais Portal de Notícias**, [S.l.], 9 fev. 2017. Disponível em: <https://www.sigamais.com/noticias/saude/iniciado-projeto-que-pode-redefinir-atuacao-da-clinica-de-reposou/> Acesso em: 19 abr. 2022.

KAGAN, S. Introduction: Sustainability as a New Frontier for the Arts and Cultures. *In*: KAGAN, S.; KIRCHBERG, V. (ed.). **Sustainability: a New Frontier for the Arts and Cultures**. Frankfurt am Main: VAS-Verlag für Akademische Schriften, 2008. p. 14-23.

KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. *In*: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009. (Vol. 1). p. 32-51.

LEFEBVRE, Henri. **A re-produção das relações de produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008a.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editoria UFMG, 2008b.

MELO JUNIOR, Walter. **Oswaldo dos Santos**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.

MINISTÉRIO Público Federal arquiva inquérito contra a clínica PAI Nosso Lar. **Polo de Atividades Integradas (PAI) Nosso Lar**, Adamantina, jul. 2018. Disponível em: <https://www.painossolar.com.br/noticias/Minist%C3%A9rio-P%C3%ABlico-Federal-arquiva-inqu%C3%A9rito-contra-a-cl%C3%ADnica-PAI-Nosso-Lar/790/>. Acesso em: 19 abr. 2022.

MINISTÉRIO realiza visita técnica a hospital psiquiátrico em Natal que é Centro de Referência nacional em dependência química. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/ministerio-da-cidadania-realiza-visita-tecnica-a-hospital-psiquiatrico-em-natal-que-e-centro-de-referencia-nacional-em-dependencia-quimica>. Acesso em: 23 jun. 2026

MOREIRA, Laura Resende. **Buraco na rede: uma perspectiva psicanalítica acerca das funções de um CAPS I na rede de saúde mental**. 2017. 93 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2017.

MOREIRA, Anelize. No Brasil, hospitais psiquiátricos se tornam moradias por tempo indeterminado. **Portal Brasil de Fato**, [S. l.], não paginado, 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/05/18/no-brasil-hospitais-psiquiatricos-se-tornam-moradias-por-tempo-indeterminado>. Acesso em: 25 ago. 2021.

MOSÉ, Viviane. Stella do Patrocínio: uma trajetória poética em uma instituição psiquiátrica. *In: PATROCÍNIO, Stella do. Reino dos bichos e dos animais é o meu nome*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2001. p. 19-43.

NISE da Silveira, Vida e Obra - Nise da Silveira: uma mulher à frente do seu tempo. Centro Cultural do Ministério da Saúde (CCMS). Disponível em: <http://www.ccms.saude.gov.br/nisedasilveira/frases.php>. Acesso em: 14 mar. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE . **Relatório sobre a saúde no mundo 2001** – Saúde mental: nova concepção, nova esperança. Genebra: [s. n.], 2001.

PAI - Polo de Atividades Integradas traz novo nome e novos desafios à Clínica Nosso Lar. **SigaMais Portal de Notícias**, [S.l.], mar. 2017. Disponível em: <https://www.sigamais.com/noticias/saude/pai-polo-de-atividades-integradas-traz-novo-nome-e-novos-desafios-a-clinica-nosso-lar/>. Acesso em: 30 fev. 2021.

PAI Nosso Lar renegocia dívida trabalhista e elimina risco de prédio ir a leilão. **SigaMais Portal de Notícias**, [S.l.], ago. 2017. Disponível em: <https://www.sigamais.com/noticias/cidades/pai-nosso-lar-renegocia-divida-trabalhista-e-elimina-risco-de-predio-ir-a-leilao/> Acesso em: 19 abr. 2022.

PAI Nosso Lar faz investimentos estruturais, resgata credibilidade e se torna referência regional. **Rádio Life FM - O Portal de Notícias de Adamantina**, Adamantina, nov. 2021. Disponível em: <https://radiolifefm.com.br/noticias/pai-nosso-lar-faz-investimentos-estruturais-resgata-credibilidade-e-se-torna-referencia-regional/>. Acesso em: 19 abr. 2022.

PASSETTI, E. **Encontro com Pessoas Notáveis 1**: Nise da Silveira São Paulo: Fundação Cultural São Paulo, PUC-Cogea, 1992.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Lilian da (org.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009. (Vol. 1)

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Silvia (org.). **Pistas do método da cartografia**: a experiência da pesquisa e o plano comum. Porto Alegre: Sulina, 2016. (Vol. 2)

PATROCÍNIO, Stella do. **Reino dos bichos e dos animais é o meu nome**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2001.

PORDEUS, Vitor. **NISE da Silveira**: a revolução pelo afeto. "CCBB Educativo: Com a Palavra Vitor Pordeus. YouTube, 22 jul. 2021.vídeo (33min44).Disponível em: <https://youtu.be/grm4-Q42yF0>. Acesso em: 24 ago. 2021.

PROGRAMA Interdepartamental de Pós-graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade – PIPAUS. **Premissas do Programa**. UFSJ, 2015. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/pipaus/PIPAUS-Premissas.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2022.

PROGRAMA Interdepartamental de Pós-graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade – PIPAUS. **Linhas de Pesquisa**. UFSJ, 2015. Disponível em: https://ufsj.edu.br/pipaus/linhas_de_pesquisa.php. Acesso em: 14 abr. 2022.

REVADAM, Rafael; SCARTEZINI, Tainá. 50 anos em 5: como o Brasil está regredindo décadas na luta antimanicomial. **Com Ciência** - Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, [S.l.], não paginado, fev. 2020. Disponível em: <http://www.comciencia.br/50-anos-em-5-como-o-brasil-esta-regredindo-decadas-na-luta-antimanicomial/>. Acesso em: 17 jan. 2022.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SILVA, Mauricio Virgulino; VIANA, Claudemir Edson. Expressão comunicativa por meio da Arte: construindo e refletindo sobre uma área de intervenção da Educomunicação. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 7-19, 2019.

SILVA, Maurício da. **Cartas a Teodora**: confluências entre a Abordagem Triangular do Ensino das Artes e Culturas Visuais e a Educomunicação para uma arteducomunicação decolonial. 2021. 294 f. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2021.

SILVEIRA, Nise da. **O mundo das imagens**. São Paulo: Ática, 1992.

SILVEIRA, Nise da. **Imagens do inconsciente**. Petrópolis: Vozes, 2015.

SIQUEIRA, Adilson Roberto. Arte e Sustentabilidade: argumentos para a pesquisa ecopoética da cena. **Moringa** - Artes do Espetáculo, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 87-99, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/moringa/article/view/4800>. Acesso em: 20 abr. 2022.

SOARES, Ilka de Araújo. **Institucionalização da loucura**: um recorte histórico sobre o município de Barbacena/MG. [S.l.]: Biblioteca Nacional Ministério da Cultura, 2006.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação: um campo de mediações. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 1, n. 19, p. 12-24, 2000.

SOARES, Ismar de Oliveira. Mudando sua escola, mudando sua comunidade, melhorando o Mundo. In: VOLPI, Mário; PALAZZO, Ludmila (org.) **Rede Comunicação, Educação e Participação** - Sistematização da Experiência. Brasília: UNICEF, 2010. p. 18-59.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação**: o conceito, a aplicação, o profissional. São Paulo: Editora Paulinas, 2011.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação e a formação de professores no século XXI. **Revista FGV Online**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jan/jul., p. 19-34, 2014.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1986.

TAVARES, Arthur Daibert Machado *et al.* Delirar a Realidade: por uma escrita antimanicomial. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, [S.l.], v. 21, n. 2, p. 653-673, 15 jul. 2021.

VESTIGÍOS. São João del-Rei, 2022. Disponível em: <https://mostravestigios.ufsj.edu.br/2022/> Acesso em: 30 jun. 2023.